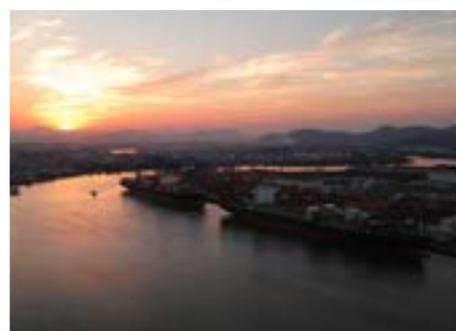


Volume 01

Perfil de Crianças e Adolescentes e Mapeamento da Rede de Atendimento



DIAGNÓSTICO DA REALIDADE SOCIAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ



Volume 01

Introdução ao Diagnóstico Social da Infância e Adolescência do Município de Itajaí: Perfil de Crianças e Adolescentes e Mapeamento da Rede de Atendimento

1ª Edição
Itajaí, 2019

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE SOCIAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

Volume 01

Introdução ao Diagnóstico Social da Infância e Adolescência do Município de Itajaí: Perfil de Crianças e Adolescentes e Mapeamento da Rede de Atendimento

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA)

Idealização:



Realização:



Apoio Institucional:



SECRETARIA MUNICIPAL DE
**PROMOÇÃO
DA CIDADANIA**

**DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI)
(CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)**

Diagnóstico da realidade social de crianças e adolescentes do município de Itajaí / [equipe Painel Pesquisas e Consultoria]. -- 1. ed. -- Joinville, SC : Painel Instituto de Pesquisas, 2019. -- (Diagnóstico da realidade social de crianças e adolescentes do município de Itajaí.

Obra em 6 v.
Vários colaboradores.
Bibliografia
ISBN 978-85-93177-10-1

1. Ciências sociais 2. Crianças e adolescentes - Brasil - Condições sociais 3. Direitos fundamentais - Brasil 4. Estatística 5. Estatuto da Criança e do Adolescente 6. Indicadores sociais - Itajaí (SC) 7. Itajaí (SC) - Descrição 8. Pesquisa - Metodologia 9. Políticas públicas I. Painel Pesquisas e Consultoria. II. Série.

19-31418

CDD-304.60981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Itajaí : Santa Catarina : Diagnóstico da realidade social de crianças e adolescentes : Ciências sociais 304.60981

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI) (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Diagnóstico da Realidade Social de Crianças e Adolescentes do Município de Itajaí
Volume 01: Perfil de Crianças e Adolescentes e Mapeamento da Rede de Atendimento
1ª Edição, Itajaí, SC – Núcleo Criativo Painel – 2019
19-31418 CDD-304.60981

EQUIPE TÉCNICA PAINEL PESQUISAS E CONSULTORIA

Coordenação Geral do Diagnóstico

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista (CORECON n. 2.556-9)

Coordenação de Projeto

Maria Helena Provenzano – Administradora (CRA n. 27913) e Assistente Social
Fabiana Caetano – Administradora (CRA/SC n. 28080) e Advogada (OAB/SC n. 54.940)

Análise Estatística

Fátima Mottin – Estatística (CONRE n. 9013-A)

Equipe Técnica – Volume 01

Fabiana Caetano – Administradora (CRA/SC n. 28080) e Advogada (OAB/SC n. 54.940)
Felipe de Avila – Bacharel em Ciência da Computação
Marcelo Paolillo – Bacharel em Ciência da Computação
Rodolfo Uber Januário – Bacharel em Administração

Coordenação de Coleta de Dados em Campo

Fabiana Caetano – Administradora (CRA/SC n. 28080) e Advogada (OAB/SC n. 54.940)
Deise de Souza Barros – Arquiteta (CAU n. A4463-6)

Apoio Logístico

Diana Maria Garbin de Castilhos – Tecnóloga em Gestão Ambiental
Ian Casas

Revisão Ortográfica

Vanessa Cristina Leal Miranda
Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa e Língua Inglesa

Identidade Visual e Capa

Rafael Uber – Diretor de Arte e Diretor Cinematográfico (DRT n. 11048/48)

Diagramação

Núcleo Criativo
Gabriele Alexandra Teixeira – Designer Gráfico
Isabela Bortoletto Bozzola – Designer Gráfico

Imagem da Capa

Shutterstock

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itajaí – COMDICA 2018

Mesa Diretora

Presidente
Nádia Regina Mota

Vice-Presidente
Sonia Maria Bobany Tavares

Mesa Diretora

1º Secretário
Elton José Blangeski Junior

2ª Secretária
Muriel Duarte

Secretaria ou Fundação

Secretaria Municipal de Educação
Titular: Tatiana Regina Reis Fidelis
Suplente: Ondina Beppler da Costa

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
Titular: Jacqueline Lindner
Suplente: Rosemir Isaltino Sardo

Secretaria Municipal da Fazenda
Titular: Daniela Fiori Martins Costa
Suplente: Maria das Neves V. Silva

Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude
Titular: Nádia Regina Mota
Suplente: Gracimere Rocha
Titular: Elton José Blangeski Junior
Suplente: Emerson Gonçalves

Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Temáticas
Titular: Sara Jane Ternes
Suplente: Sidneya Silva dos Santos

Secretaria Municipal da Saúde
Titular: Mirela Corrêa
Suplente: Arizotele dos Santos

Fundação Cultural de Itajaí
Titular: Evelise Moraes Ribas Wiersinski
Suplente: Arthur Leite da Silva

Secretária Executiva
Cinthia Renata Floriano

Entidades Titulares

Instituto Lar da Juventude de Assistência e Educação – Parque Dom Bosco
Padre Antônio Braz de Oliveira

Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
Ana Carolina Gomes da Silva

Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE
Cleusimar Torres Mates

Associação Pássaros de Luz
Gracia Maria Nascimento Corrêa

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Maria Cristina Brito

Associação Pró-Menor Lar Padre Jacó
Priscilla Mainardi Kotz

Associação de Equoterapia Vale do Itajaí e Litoral
Sonia Maria Bobany Tavares

Instituto Crescer – Movimento e Cidadania
Sandra Mara de Andrade

Entidades Suplentes

Comissão do Bem Estar do Menor de Itajaí – COMBEMI
Muriel Duarte
Bianca Elisa Montibeller

Centro de Intervenção e Estimulação Precoce Vovó Biquinha
Juliana Kael

Pró Arte
Eneide Rodrigues Schoepping

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Carlize Dias

Associação Pró-Menor Lar Padre Jacó
Cinthia Aparecida Kirchnner

Instituto Lar da Juventude de Assistência e Educação – Parque Dom Bosco
Juliana de Oliveira Monteiro

Associação Pássaros de Luz
Cristiane Nadaletto

Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itajaí – COMDICA 2019

Mesa Diretora

Presidente
Nádia Regina Mota

Vice-Presidente
Sonia Maria Bobany Tavares

Mesa Diretora

1º Secretário
Elton José Blangeski Junior

2ª Secretária
Juliana de Oliveira Monteiro

Secretaria ou Fundação

Secretaria Municipal de Educação
Titular: Tatiana Regina Reis Fidelis
Suplente: Ondina Beppler da Costa

Secretaria Municipal da Fazenda
Titular: Daniela Fiori Martins Costa
Suplente: Maria das Neves V. Silva

Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania
Titular: Nadia Regina Mota
Suplente: Gracimere Rocha
Titular: Elton José Blangeski Junior
Suplente: Emerson Gonçalves

Secretaria Municipal da Saúde
Titular: Daniela Cristiane dos Santos
Suplente: Arizotele dos Santos

Fundação Cultural de Itajaí
Titular: Arthur Leite da Silva

Secretária Executiva
Cinthia Renata Floriano

Entidades Titulares

Instituto Lar da Juventude de Assistência e Educação – Parque Dom Bosco
Juliana de Oliveira Monteiro

Fundação Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
Ana Carolina Gomes da Silva

Centro de Integração Empresa-Escola – CIEE
Cleusimar Torres Mates

Associação Pássaros de Luz
Gracia Maria Nascimento Corrêa

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Maria Cristina Brito

Associação Pró-Menor Lar Padre Jacó
Roberta Cristina da Cunha

Associação de Equoterapia Vale do Itajaí e Litoral
Sonia Maria Bobany Tavares

Instituto Crescer – Movimento e Cidadania
Sandra Mara de Andrade

Entidades Suplentes

Comissão do Bem Estar do Menor de Itajaí – COMBEMI
Joseelli Nogueira
Bianca Elisa Montibeller

Centro de Intervenção e Estimulação Precoce Vovó Biquinha
Juliana Kael

Pró Arte
Eneide Rodrigues Schoepping

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE
Daniela Miranda Rodrigues

Associação Pró-Menor Lar Padre Jacó
Samuel Carlos Caetano

Instituto Lar da Juventude de Assistência e Educação – Parque Dom Bosco
Magnus Antônio Petry

Associação Pássaros de Luz
Cristiane Nadaletto

Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico 2018 - 2019

Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania

Titular: Fernanda Cristina da Luz

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente

Titular: Nádia Regina Mota

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Viviane Leila Martins

Suplente: Keila Rosa Oliveira

Secretaria Municipal da Saúde

Titular: Daniela Cristiane dos Santos Silva

Suplente: Maria do Carmo Cabral

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Eliane Albanaes

Suplente: Andrey Felipe Cé Soares

Tribunal de Justiça

Titular: Francilene Laureano Moreira Krzisch

Suplente: Mariane Irineia Alves

Sociedade Civil

Titular: Juliana Kael

Suplente: Juliana de Oliveira Monteiro

Técnicos Participantes

Fabiana Regina Cardoso Pereira - Estagiária da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania
Jaceguay Zukoski – Arquiteto da Secretaria Municipal de Urbanismo
Maria Fernanda M. P. Ardigó – Psicóloga do CREAS
Michelle M. Souza Peixer – Coordenadora do Serviço de Medidas Socioeducativas do CREAS
Mirela Correia – Representante da Secretaria Municipal da Saúde
Patrícia Eliane Lima da Silva – Educadora Social da Secretaria Municipal de Assistência Social
Fátima Regina Cardoso Contâncio – Assistente Social do Ministério Público de SC
Marluci Camila Gomes – Psicóloga do Lar dos Adolescentes
Leontina B. Pereira – Coordenadora do Lar da Criança
Eliane Schell – Assistente Social do Lar dos Adolescentes
Mariane Santos Faccin – Assistente Social do CRAS Promorar
Aniele Bioziussi – Psicóloga Lar da Criança Feliz
Carlos Augusto Silvestre – Conselheiro Tutelar
Juliana I. S. Gonçalves – Presidente do Grupo de Estudos e Apoio a Adoção Laços Encontrados
Itamar Telles - Coordenador do Lar dos Adolescentes
Tatiana Matias Lopes – Psicóloga do CREAS
Miriam Teresa S. Marcelino – Coordenadora Geral do CREAS
Aline Gonçalves de Almeida – Orientadora Educacional da Secretaria Municipal de Educação
Nayara Duarte – Fonoaudióloga do NASF-AB
Francine R. Ruhnen – Enfermeira do CAPSi
Eliane C. L. O. Viana – Enfermeira ESF da UBS Cidade Nova 2
Carolina Torres Guazzeli – Terapeuta Ocupacional do NASF-AB 2
Juliana A. Molinari – Enfermeira da UBS Fazenda
Daiane Gonçalves da Silva – Psicóloga do CAPSi
Luciana Duarte Manuel – Técnica em Enfermagem CAPSi
Ronan Adiel Pinheiro – Supervisor de Educação Especial da Rede Municipal de Ensino
Elisangela Candido – Coordenadora Jovem Aprendiz do Parque Dom Bosco
Giovanna C. Rocha – Psicóloga no Instituto Crescer
Schirlei Quadros – Coordenadora Pedagógica do Programa CAPACIT da APAE
Carlize Dias – Gestora do Programa CAPACIT da APAE
Jessica Pereira Cardoso – Psicóloga e Coordenadora Técnica do Amor Para Down
Cleusimar Torres Mattes – Assistente Social do CIEE
Sandra Mara de Andrade – Coordenadora do Instituto Crescer
Miriam Borges – Psicóloga do CIEE
Deyse Moraes dos Reis – Pedagoga do Instituto Crescer
Liliane Santos de Souza – Educadora Social da Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania
Alexandra Domingos Carneiro – Orientadora Educacional da Secretaria Municipal de Educação
Anderson Rafael Camargo Gomes – Educador do Parque Dom Bosco
Fabiana Cerato – Representante do Núcleo de Educação do Sistema FIESC
Alessandra Monestel – Nutricionista responsável pelo Programa de Nutrição Municipal
Monica Arruda Souza da Costa – Enfermeira da Secretaria Municipal da Saúde

EPÍGRAFE

O Direito das Crianças

Toda criança no mundo, deve ser bem protegida

Contra os rigores do tempo, contra os rigores da vida.

Criança tem que ter nome, criança tem que ter lar

Ter saúde e não ter fome, ter segurança e estudar.

Não é questão de querer, nem questão de concordar

Os direitos das crianças, todos têm de respeitar.

Tem direito à atenção, direito de não ter medos

Direito a livros e a pão, direito de ter brinquedos.

Mas criança também tem, o direito de sorrir.

Correr na beira do mar, ter lápis de colorir...

Ver uma estrela cadente, filme que tenha robô,

Ganhar um lindo presente, ouvir histórias do avô.

Descer do escorregador, fazer bolha de sabão,

Sorvete, se faz calor, brincar de adivinhação.

Morango com chantilly, ver mágico de cartola,

O canto do bem-te-vi, bola, bola, bola, bola!

Lamber fundo da panela, ser tratada com afeição

Ser alegre e tagarela, poder também dizer não!

Carrinho, jogos, bonecas, montar um jogo de armar,

Amarelinha, petecas, e uma corda de pular.

Ruth Rocha¹

1 Defensora dos direitos das crianças, tem mais de cinquenta anos dedicados à literatura, mais de duzentos títulos publicados e suas obras já foram traduzidas para vinte e cinco idiomas. Em *Os Direitos das Crianças Segundo Ruth Rocha* ela escreve que o objetivo deste trabalho é “chamar a atenção para o fato de que a infância é um tempo muito curto, mas que é o período em que se constrói o direito à felicidade”. Disponível em <http://www.ruthrocha.com.br/biografia>

PREFÁCIO

A construção deste Diagnóstico foi participativa, da coleta à análise de dados. Participaram a Coordenação, os técnicos e a Comissão Intersectorial do COMDICA no seu acompanhamento.

O conteúdo deste Volume 01 buscou resguardar opiniões pessoais e crenças pré-estabelecidas sobre o tema e as problemáticas que o envolvem.

Importante ressaltar que a leitura do presente Diagnóstico tem por base o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Esperamos que a leitura seja reflexiva e oriente de forma efetiva as políticas públicas e as ações da sociedade civil em benefício das crianças e dos adolescentes do município de Itajaí.

Dedicamos este projeto de pesquisa a todas as crianças e adolescentes residentes no município de Itajaí, a todas as instituições, conselheiros e pessoas que zelam por elas.

*Equipe Painel Pesquisas e Consultoria.
Outubro, 2019.*

A PALAVRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA CIDADANIA

O Diagnóstico da Realidade Social de Crianças e Adolescentes da cidade de Itajaí representa um grande avanço na perspectiva de ações na garantia dos direitos de crianças e adolescentes de nossa cidade. Representa o empenho e envolvimento de vários atores, que durante muitos anos ansiavam por esta conquista e solicitavam ao poder público sua elaboração.

Este trabalho direcionará os entes públicos para ações assertivas no que se refere a garantir, preservar e promover direitos, pois abrange todas as áreas afetas e correlatas a crianças e adolescentes. Com certeza possibilitará trabalhos mais eficazes e impactantes, especialmente no que se refere ao investimento do orçamento público municipal e dos serviços, programas e projetos, que poderão ser melhor adequados às demandas existentes para essa população, que deve ser a prioridade de qualquer cidade e merece toda nossa atenção e esforço, para serem bem atendidos em suas necessidades.

Muito ainda esta por vir e fazer, pois o diagnóstico se configura como ponto de partida e não como uma ação em si, mas demonstra toda nossa preocupação na condição de gestores públicos que atuam diretamente nessa engrenagem que é a Política de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

A Secretaria de Promoção da Cidadania, juntamente com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente se orgulham de promover esta ação e agradecem a todos os envolvidos, em especial á empresa ganhadora do certame, Painel Pesquisas e Diagnósticos, e vislumbra um futuro promissor em nossa cidade na garantia dos direitos de crianças e adolescentes de Itajaí.

Christiane Stuart
Secretária de Promoção da Cidadania
Gestão 2017 - 2020

SIGLATÓRIO

CAGED	O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
COMDICA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DATASUS	Departamento de informática do Sistema Único de Saúde
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FMACA	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
MP	Ministério Público
MPSC	Ministério Público do Estado de Santa Catarina
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PAIF	Proteção e Atendimento Integral à Família
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SEDAC	Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania
SGD	Sistema de Garantia de Direito
SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SIM	Sistema de Informação de Mortalidade
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SINASC	Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo
TJSC	Tribunal de Justiça de Santa Catarina

LISTA DE INDICADORES

Indicador 1 – População de Itajaí	44
Indicador 2 – Densidade domiciliar	46
Indicador 3 – População de 0 a 17 anos	48
Indicador 4 – População de 0 a 5 anos	50
Indicador 5 – População de 6 a 11 anos	52
Indicador 6 – População de 12 a 17 anos	54
Indicador 7 – Renda per capita até 1/4 SM	56

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Instituições por Eixo Estratégico de Ação do SGDCA	37
Tabela 2 – Número de Instituições do Eixo Estratégico de Defesa	39
Tabela 3 – Número de Instituições do Eixo Estratégico de Controle	40
Tabela 4 – Número de Instituições do Eixo Estratégico de Promoção	41
Tabela 4 – Número de Instituições do Eixo Estratégico de Promoção (continuação)	42
Tabela 5 – Número de Instituições por Eixo Estratégico de Ação do SGDCA	43
Tabela 6 – População total residente no município de Itajaí	44
Tabela 7 – Densidade domiciliar	46
Tabela 8 – População na faixa etária de 0 a 17 anos	48
Tabela 9 – População na faixa etária de 0 a 5 anos	50
Tabela 10 – População na faixa etária de 6 a 11 anos	52
Tabela 11 – População na faixa etária de 12 a 17 anos	54
Tabela 12 – Percentual de domicílios com renda per capita até 1/4 SM	56
Tabela 13 – Mapa Social de vulnerabilidade do perfil socioeconômico de Itajaí	58
Tabela 14 – Sexo da população de Itajaí	62
Tabela 15 – Área de residência da população de Itajaí	62
Tabela 16 – Sexo da população de 0 a 17 anos por região	63
Tabela 17 – Raça e cor da população residente em Itajaí em 2010	64
Tabela 18 – Renda per capita	65
Tabela 19 – Responsáveis com guarda de crianças ou adolescentes	67
Tabela 20 – Quantidade de filhos dos responsáveis entrevistados	68
Tabela 21 – Distribuição de filhos por faixa etária	68
Tabela 22 – Faixa etária dos entrevistados	69
Tabela 23 – Sexo dos entrevistados	69
Tabela 24 – Raça, etnia ou cor declarada pelos responsáveis	69
Tabela 25 – Estado civil dos responsáveis	70
Tabela 26 – Composição familiar do responsável	70
Tabela 27 – Pessoas que moram com o responsável	70
Tabela 28 – Renda familiar dos responsáveis	71
Tabela 29 – Escolaridade dos responsáveis	71
Tabela 30 – Raça, etnia ou cor dos adolescentes	72
Tabela 31 – Distribuição de entrevistados por idade	73
Tabela 32 – Orientação sexual por sexo de nascimento	73
Tabela 33 – Possui religião por sexo	74
Tabela 34 – Religião dos adolescentes	74
Tabela 35 – Conhecimento dos adolescentes sobre o ECA	75
Tabela 36 – Motivo do desconhecimento do ECA pelos adolescentes	75

Tabela 37 – Conhecimento dos responsáveis sobre o ECA	75
Tabela 38 – Como conheceu ou ouviu falar do ECA	76
Tabela 39 – Percepção dos responsáveis em relação ao ECA para a família e para a comunidade	76
Tabela 40 – Adolescentes que ouviram palestras sobre o ECA	77
Tabela 41 – Conhecimento sobre o Conselho Tutelar e o COMDICA	77
Tabela 42 – Incentiva os filhos a participarem de grupos sociais	78
Tabela 43 – Adolescentes que participam de grupos sociais	78
Tabela 44 – Grupos que os adolescentes participam	78
Tabela 45 – Percepção de frequência dada pelos adolescentes de algumas situações sobre a convivência familiar	79
Tabela 46 – Percepção do responsável em ter tido problemas na criação dos filhos	80
Tabela 47 – Renda familiar versus dificuldade na criação dos filhos	80
Tabela 48 – Principais problemas encontrados na criação dos filhos	81
Tabela 49 – Assuntos mais conversados em família abertamente	81
Tabela 49 – Assuntos mais conversados em família abertamente (continuação)	82
Tabela 50 – Responsáveis que afirmam que tem filhos que trabalham	82
Tabela 51 – Faixa etária dos filhos que trabalham	83
Tabela 52 – Adolescentes que trabalham	83
Tabela 53 – Motivo de trabalhar	83
Tabela 54 – Forma de trabalho	84
Tabela 55 – Ramo da atividade	84
Tabela 56 – Para quem trabalha	84
Tabela 57 – Outras formas de trabalho	85
Tabela 58 – Responsáveis que incentivam os adolescentes a trabalhar	85
Tabela 59 – Motivo de incentivar os filhos a trabalharem antes dos 16 anos	85
Tabela 60 – Sobre os programas de aprendizagem	86
Tabela 61 – Qual curso frequenta	86
Tabela 63 – Cursos que o município deveria oferecer	87
Tabela 64 – Adolescentes que possuem alguma deficiência	88
Tabela 65 – Avaliação dos serviços para pessoas com deficiência	89
Tabela 66 – Sobre doenças pré diagnosticadas nos adolescentes	89
Tabela 67 – Como os adolescentes se sentem na maior parte do tempo	90
Tabela 68 – Situações vivenciadas pelos adolescentes	90
Tabela 69 – Pessoa com que os adolescentes conversam sobre sexo	91
Tabela 70 – Adolescentes que já tiveram relação sexual	91
Tabela 71 – Utilizou camisinha na última relação sexual	91
Tabela 72 – Aceitaria um filho com outra orientação sexual	92
Tabela 73 – Percepção dos responsáveis sobre a utilização de drogas pelos filhos	92
Tabela 74 – Drogas já experimentadas pelos adolescentes	93
Tabela 75 – Frequência de uso das drogas dos adolescentes que já experimentaram	93

Tabela 76 – Drogas já experimentadas pelos responsáveis	94
Tabela 77 – Frequência de uso das drogas pelos responsáveis que já experimentaram	94
Tabela 78 – Utilização do SUS versus possuir plano de saúde	94
Tabela 79 – Avaliação do SUS pelos responsáveis que o utilizam versus possuir plano de saúde	95
Tabela 80 – Avaliação da alimentação pelos responsáveis	95
Tabela 81 – Controle da alimentação dos filhos	95
Tabela 82 – Frequência que ocorrem determinadas situações na residência do entrevistado	96
Tabela 83 – Adolescentes que sofreram preconceito	97
Tabela 84 – Tipo de preconceito sofrido pelos adolescentes	97
Tabela 85 – Adolescentes que sofreram violências	97
Tabela 86 – Local no qual ocorreram as violências citadas pelos adolescentes	98
Tabela 87 – Pessoa que os adolescentes procurariam em caso de violência	98
Tabela 88 – Em qual rede de ensino estudam os filhos	99
Tabela 89 – Avaliação das escolas públicas na percepção dos pais	99
Tabela 90 – Motivo das avaliações sobre as escolas públicas na percepção dos pais	100
Tabela 91 – Sobre o incentivo dado pelos responsáveis para cursar o ensino superior	101
Tabela 92 – Outras atividades que deveriam ser ofertadas nas escolas	101
Tabela 93 – Frequência que os responsáveis leem	101
Tabela 94 – Em que o poder público pode contribuir na formação das crianças e adolescentes	102
Tabela 95 – Rede de ensino em que os adolescentes estudam	102
Tabela 96 – Período em que os adolescentes estudam	103
Tabela 97 – Local que fica quando não está na escola	103
Tabela 98 – Atividade que faz no local em que fica quando não está na escola	104
Tabela 99 – Pessoa que fica com o adolescente quando ele não está na escola	104
Tabela 100 – Escolaridade dos adolescentes entrevistados	105
Tabela 101 – Sobre a leitura e escrita dos adolescentes entrevistados	105
Tabela 102 – Cumprindo ou já cumpriu alguma medida socioeducativa	106
Tabela 103 – Tipo de medida socioeducativa cumprida	106
Tabela 104 – Contribuição da medida socioeducativa	106
Tabela 105 – Praticar esportes	107
Tabela 106 – Porque não pratica esportes	107
Tabela 107 – participa de atividades culturais	108
Tabela 108 – Porque não participa atividades culturais	109
Tabela 109 – Gostaria que o município ofertasse atividades	110
Tabela 110 – Atividades de lazer que pratica	111
Tabela 111 – Sobre o incentivo a prática de atividades esportivas e culturais	112
Tabela 112 – Tem acesso à internet	112
Tabela 113 – Forma de acesso à internet	113
Tabela 114 – Portais que acessa na internet	113
Tabela 115 – Avaliação dos responsáveis sobre a qualidade de vida no bairro de residência	113
Tabela 116 – Avaliação dos entrevistados sobre a qualidade de vida no bairro de residência por região	114

SUMÁRIO

PARTE I	21
1. APRESENTAÇÃO	21
2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	22
PARTE II	29
3. NOTAS METODOLÓGICAS	29
3.1. DIVISÃO TERRITORIAL	29
3.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO	33
3.3. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS	33
3.4. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ANÁLISE ESTATÍSTICA	34
4. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SGDCA)	36
4.1. EIXO ESTRATÉGICO DE DEFESA	39
4.2. EIXO ESTRATÉGICO DE CONTROLE	40
4.3. EIXO ESTRATÉGICO DE PROMOÇÃO	41
PARTE III	44
5. INDICADORES SOCIAIS	44
6. MAPA SOCIAL	58
7. MATRIZ DE CORRELAÇÃO	61
8. ESTATÍSTICAS COMPLEMENTARES	62
8.1.1. CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS	64
8.1.2. BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)	78
8.1.3. REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	80
8.1.4. REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE	85
8.1.5. REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	89
9. PESQUISA DE PERCEPÇÃO	66
9.1. ANÁLISE DAS PESQUISAS DE PERCEPÇÃO	67
9.1.1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS	67
9.1.2. CONHECIMENTO SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	75
9.2. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA	78
9.3. TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO	82
9.4. SAÚDE	88
9.5. RESPEITO, LIBERDADE E DIGNIDADE	95
9.6. EDUCAÇÃO	98
9.7. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA	106
9.8. ESPORTE, CULTURA E LAZER	107
9.8.1. MÍDIAS	112
PARTE IV	115
10. CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
11. GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIAS	117
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120

INTRODUÇÃO

No intuito de organizar os dados compilados por este Diagnóstico, os resultados serão apresentados em seis volumes diferentes os quais contemplam:

- **Volume 01** – Informações introdutórias do Diagnóstico, os dados do perfil socioeconômico, o mapeamento da rede de atendimento no município, e as pesquisas de percepção com adolescentes de 12 a 17 anos de idade e com pais e responsáveis;
- **Volume 02** – Informações sobre os serviços relacionados ao direito à convivência familiar e comunitária, incluindo os dados de acolhimento e adoção;
- **Volume 03** – Informações relacionadas ao eixo de direitos à liberdade, ao respeito e à dignidade, incluindo temas como violências e violações de direito, prática de atos infracionais e cumprimento de medidas socioeducativas;
- **Volume 04** – Informações sobre o serviço relacionado ao eixo de direito à vida e à saúde, em que são abordadas temáticas como gravidez na adolescência, mortalidade, agravos em saúde, saúde mental e os dados pertinentes à pessoa com deficiência;
- **Volume 05** – Informações pertinentes ao eixo de direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer, compreendendo temas como a infraestrutura, o acesso e a permanência no sistema educacional, aprovação, rendimento, abandono, projetos, programas e ações nos âmbitos da cultura, do esporte e do lazer;
- **Volume 06** – Informações sobre o eixo de direito à profissionalização e à proteção no trabalho, incluindo temas como o programa Jovem Aprendiz, e as notificações de situações de trabalho infantil no município;

Cada volume está organizado em quatro partes, que por sua vez estão subdivididas em capítulos. A Parte I contempla a apresentação, a contextualização do eixo de direito pertinente a cada volume, e as notas metodológicas, que incluem a divisão territorial e os métodos estatísticos aplicados. Na Parte II estão inseridos os resultados estatísticos, que consistem em indicadores sociais representados na forma de cartogramas (mapas), as estatísticas complementares com tabelas, gráficos, infográficos e comentários, e por fim os relatos das pesquisas qualitativas. E, na Parte III, estão inseridas as considerações finais e recomendações.

PARTE I

1. APRESENTAÇÃO

O Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Adolescência de Itajaí é realizado pela primeira vez e representa um marco na efetivação dos direitos da criança e do adolescente no município. Fruto de iniciativa do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), da antiga Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude, hoje Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania, e dos demais atores do Sistema de Garantia de Direitos, tem como principal objetivo subsidiar as instâncias governamentais e não governamentais na formulação e execução assertivas das políticas públicas direcionadas para a infância e adolescência, como forma de aproximar o poder público e a sociedade civil da realidade social na qual elas estão inseridas.

Portanto, este projeto foi idealizado de modo que possa retratar o panorama situacional por território das crianças e adolescentes residentes em Itajaí, por meio da apresentação de indicadores sociais construídos e formatados a partir dos eixos de direitos fundamentais preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), assim como de indicadores socioeconômicos e do resultado das pesquisas de percepção, cuja compilação almeja desenhar o retrato do perfil na população e do público estudado.

Seu conteúdo foi elaborado a partir da coleta e análise de dados fornecidos por instituições municipais que realizam atendimento ao público em epígrafe, como também de informações secundárias sistematizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e de pesquisas de percepção realizadas no município com pais, responsáveis, adolescentes e com a rede de atendimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGDCA).

Utilizou-se como norte construtivo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e demais instrumentos normativos vinculados ao tema, com destaque à Resolução 113/2016 do CONANDA – que trata da implementação e fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) – assim como foram precisamente seguidas as orientações contidas no Edital Concorrência nº 001/2017 FMACA, Processo Administrativo nº 2640043/2017.

Ademais, durante o projeto foram realizadas reuniões mensais, das quais participaram membros da Comissão de Acompanhamento Municipal da equipe da Painel Pesquisas e Consultoria e um corpo técnico especializado atuante no município, conferindo à sua elaboração um caráter construtivo e integrativo na concepção e estruturação das diretrizes para sua execução e finalização.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

A positivação dos direitos humanos no ordenamento jurídico é fruto de uma trajetória de conquistas históricas. Para José de Farias Tavares (2001), no contexto dos direitos da criança e do adolescente esse movimento não é diferente, tendo como marco a Declaração dos Direitos da Criança (ONU, 1959), que tratou de explicitamente reconhecer a criança e o adolescente como sujeitos de direitos e, por sua condição peculiar de desenvolvimento, merecerem proteção e atenção especializada e prioritária, ao que ficou conhecida como a doutrina da proteção integral.

Todavia, segundo o doutrinador a trajetória evolutiva para tal conquista teve seus primeiros indícios no contexto internacional ainda com a Liga das Nações², na Declaração de Genebra de 1924 e de 1933. Outros marcos ainda foram importantes, como a criação da primeira organização internacional voltada especificamente para os cuidados com a infância, a United Nations Internacional Child Emergency Fund (UNICEF) em 1946; a Declaração dos Direitos e Deveres do Homem em 1948; a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 1969. Outro tratado de grande e monumental importância foi a Convenção dos Direitos da Criança assinada em 1989 (mas que iniciou em 1979, declarado o Ano Internacional da Criança), fundada em três princípios basilares: i) a proteção especial e integral como ser em desenvolvimento, ii) a prioridade em preservar a convivência familiar, por ser este lugar ideal para seu desenvolvimento iii) o comprometimento das nações signatárias da convenção em assegurar tais direitos com prioridade absoluta.

É neste cenário que se inicia a trajetória do reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeito de direitos no Brasil. A promulgação da Constituição Federal de 1988 foi um marco no ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo por preocupar-se em assegurar direitos fundamentais e essenciais a todos e estabelecer mecanismos para garantir o cumprimento de tais direitos. No mesmo espírito de inovação, foram introduzidos ao corpo constitucional aspectos próprios do princípio da proteção integral, através do artigo 227, que os reconhece como sujeitos de direito e como indivíduos em processo de formação, atribuindo como dever da família, da sociedade e do Estado assegurar seus direitos, “além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

O doutrinador Paulo Afonso Garrido de Paula (2002) organiza a evolução do tratamento da criança e do adolescente no ordenamento jurídico brasileiro em quatro fases distintas. A primeira

2 Organização Internacional criada em 1919 no contexto pós guerra destinado à preservação da paz e à resolução dos conflitos internacionais. A liga se dissolveu no ano seguinte a criação da Organização das Nações Unidas em 1945, transferindo a ela suas responsabilidades e competências.

fase é caracterizada pela absoluta ausência de normas jurídicas específicas que tratam dos interesses de crianças e adolescentes. Já na segunda fase, a de imputação criminal, as legislações passam a mencionar as crianças e adolescentes, porém apenas para tratar de sua responsabilização pela prática de infração penal. Na terceira fase, a do sistema tutelar, há a preocupação com a integração sócio familiar, em que é concedido ao juiz ampla discricionariedade de atuação, com tutela reflexa de seus interesses pessoais para atuar enquanto representante e no papel de “pai de família”. E por fim, na quarta fase, denominada de fase da proteção integral, é incorporado a legislação nacional um novo modelo de atenção e proteção às crianças e adolescentes, em oposição ao que vigia até então, através da introdução de aspectos próprios da Doutrina de Proteção Integral. É nesta última fase, e dois anos após a promulgação da Constituição Federal, que surge o Estatuto da Criança e do Adolescente, por meio da Lei nº 8.069/1990.

De forma inovadora o Estatuto rompeu obstáculos e se tornou um instrumento de quebra e mudança de paradigma na realidade das crianças e adolescentes perante a sociedade, rompendo com concepção de serem “simples objetos de intervenção no mundo adulto, colocando-os como titulares de direitos comuns a toda e qualquer pessoa, bem como de direitos especiais decorrentes da condição peculiar de pessoas em processos de desenvolvimento”. (CURRY; GARRIDO DE PAULA; MARÇURA; 2002, p. 21).

A criação do ECA representa um marco legal e regulatório dos direitos da criança e do adolescente no Brasil, reafirmando o compromisso assumido com a inserção do Artigo 227 na Constituição Federal de 1988 de proteção especial e integral, oferecendo-lhes um novo “status”, a de serem reconhecidos como sujeitos e protagonistas de seus direitos e deveres. Portanto, este instrumento normativo veio para colocar em prática as garantias e direitos positivados, reafirmando o compromisso da família, comunidade, da sociedade em geral e do poder público em garantir com prioridade absoluta “a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” (Artigo 4º do ECA).

Em seu bojo, fundamenta-se em dois princípios norteadores, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente e o de sua prioridade absoluta na defesa, garantia e promoção de seus direitos fundamentais. Em vários artigos do Estatuto a presença do princípio da proteção integral se mostra visível, como a criação do Conselho Tutelar; a implantação do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA), com objetivo de efetivar e assegurar a operacionalização de seus direitos; o direito a dignidade e ao respeito, protegendo o direito de imagem, a identidade, intimidade e vida privada da criança e do adolescente envolvidos na prática de ato infracional; a tratativa das medidas de proteção e medidas socioeducativas; e inúmeros outros dispositivos. Além disso, ao longo do Estatuto, são estruturados dispositivos

para tratar da operacionalização de ações e políticas públicas, a partir de cinco eixos de direitos - que serão tema de abordagem específica dos outros 5 produtos desta coletânea de Diagnóstico - quais sejam: i) direito à convivência familiar e comunitária; ii) direito à vida e à saúde; iii) direito à dignidade, ao respeito e à liberdade; iv) direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; v) direito à profissionalização e a proteção no trabalho.

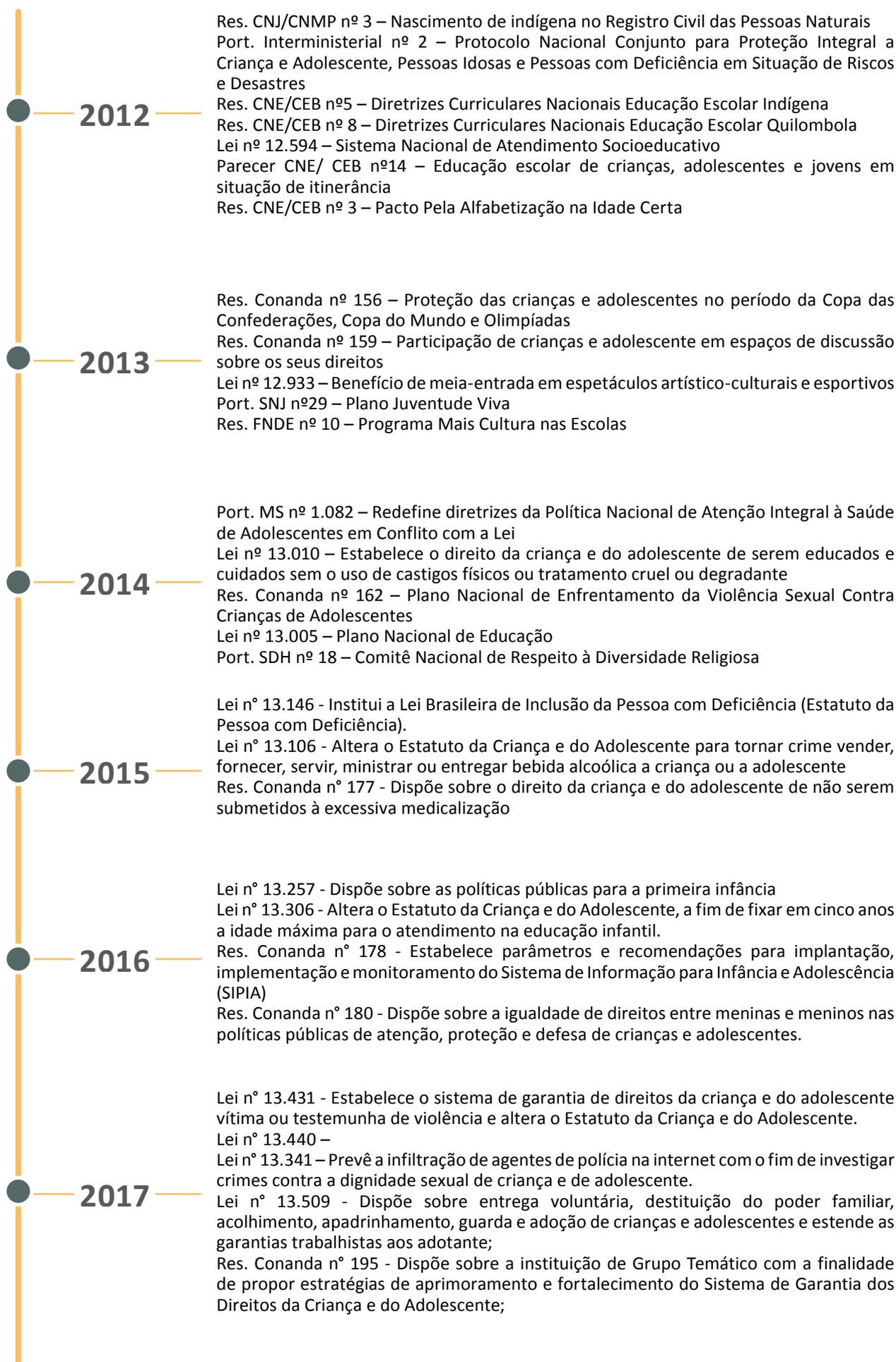
A atribuição, o compromisso e a responsabilidade do poder público em garantir tais direitos vai além do seu reconhecimento e positivação no âmbito jurídico, pois sua efetivação compreende a elaboração e execução de políticas públicas assertivas. Neste intento, em 1991 foi criado o Conselho Nacional dos Direitos da Criança do Adolescente (CONANDA), por meio da Lei nº 8.242/91. Os Conselhos de Direito - seja no âmbito nacional, estadual ou municipal - são órgãos paritários, ou seja, são formados por representantes do governo e da sociedade civil, e ocupam um lugar fundamental na materialização dos direitos via políticas públicas.

A igualdade de todos, princípio este fundamental positivado no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, é efetivada através do olhar para as diferenças de forma equitativa. Assim, leis e políticas públicas não podem estar alheias à realidade das crianças e adolescentes - atentando-se principalmente para as diferenças individuais, culturais e sociais dentro do território - razão pelo qual a realização deste Diagnóstico é de suma importância, e portanto, sociedade civil e Estado devem empregar esforços para que as informações aqui produzidas gerem resultados, através da articulação e o do desdobramento de ações capazes de oportunizar a transformação da realidade social das crianças e adolescentes de Itajaí, de modo a intentar minimizar os contrastes e desigualdades econômicas e sociais progressivamente.

Quadro 1 – Marcos históricos DCA



- 2005** — Lei nº 11.108 – Garante às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS
- 2006** — Resolução Conanda nº 119 – Criação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE)
Resolução Conanda nº 113 – Institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Crianças e do Adolescente
Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária aprovada pela Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 1/2006, de 13 de dezembro de 2006
Decreto nº 5.948 – Aprova a Política Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas
- 2008** — Lei nº 11.645 – Inclui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena
Lei nº 11.789 – Proíbe a inserção nas certidões de nascimento e de óbito de expressões que indiquem condição de pobreza
Port. MS nº 647 – Política de Atenção Integral à Saúde dos Adolescentes em Conflito com a Lei
Lei nº 11.829 – Combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil e pedofilia na internet
Lei nº 11.692 – Projovem
Decreto nº 6.481 – Trata da proibição das piores formas de trabalho infantil e da ação imediata para sua eliminação
- 2009** — Decreto nº 6949 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
Lei nº 12.010 – Garantia do direito à convivência familiar de crianças e adolescentes (Lei da adoção)
Lei nº 11.942 – Assegura às mães presas condições de assistência
Res. CIT nº 7 – Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda
Port. GM/MS nº 364 – Pacto pela Redução da Mortalidade Infantil Nordeste-Amazônia Legal
Decreto nº 7.037 – Programa Nacional de Direitos Humanos 3
- 2010** — Lei nº 12.288 – Estatuto da Igualdade Racial
Lei nº 12.318 – Dispõe sobre a alienação parental
Lei nº 12.343 – Plano Nacional de Cultura e Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
Port. 2.836 – Política Nacional de Saúde Integral LGBT
- 2011** — Port. nº 2.866 – Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta
Resolução nº 150 – Plano de Aplicação do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente
Decreto nº 7.492 – Plano Brasil Sem Miséria
Lei nº 12.513 – Pronatec
Lei nº 12.435 – Sistema Único de Assistência Social
Lei nº 12.415 – Determina que alimentos provisórios sejam fixados cautelarmente em favor da criança ou adolescente cujo agressor seja afastado da moradia comum
Res. Conanda nº 148 – Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador





2018

Lei nº 13.769 - Estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação.

Res. Conanda nº 210 - Dispõe sobre os direitos de crianças cujas mães, adultas ou adolescentes, estejam em situação de privação de liberdade.

Res. Conanda nº 213 - Dispõe sobre estratégias para o Enfrentamento da Violência Letal contra crianças e adolescentes.

2019

Lei nº 13.803 - Obriga a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.

Lei nº 13.824 - Dispõe sobre a recondução dos conselheiros tutelares

Lei nº 13.811 - Proíbe o casamento antes dos 16 anos

Lei nº 13.812 - Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas e altera a idade mínima de criança ou adolescente para viajar sem os pais ou responsáveis e sem autorização judicial, passando de 12 para 16 anos.

Lei nº 13.845 - Garante vaga no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica.

Lei nº 13.715 - Dispõe sobre hipóteses de perda do poder familiar pelo autor de determinados crimes contra outrem igualmente titular do mesmo poder familiar ou contra filho, filha ou outro descendente.

Lei nº 13.798 - Instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.

PARTE II

3. NOTAS METODOLÓGICAS

Este é o primeiro dos seis volumes que integram a coletânea de relatórios do Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Adolescência do Município de Itajaí, em que serão apresentadas as informações sobre os serviços relacionados ao Eixo de Direito à Convivência Familiar e Comunitária.

Adiante serão apresentadas e detalhadas as notas metodológicas referentes às etapas que embasaram a elaboração do diagnóstico; como a divisão territorial; a identificação e mapeamento da rede de atendimento; a coleta, o tratamento e a padronização dos dados coletados; as técnicas estatísticas utilizadas na análise; e a forma de apresentação dos resultados.

3.1. DIVISÃO TERRITORIAL

A definição do território compreende a primeira e uma das mais importantes etapas do projeto, porque sua organização e compilação é determinante para apresentar os resultados estatísticos por regiões com características diferentes entre si. *“O território em si não é um conceito, ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”* (Milton Santos, 2000). Portanto, território não é o que vemos ao primeiro olhar, é o espaço relacional, vivido e construído cotidianamente, dentre seus interesses, disputas, conflitos e contradições, mas também lugar de oportunidades, inovação, criatividade, solidariedade, cultura, valores dos indivíduos e grupos e a existência e acesso a políticas públicas, serviços de proteções ofertadas, participação, habilidades, redes e parcerias, na construção do diagnóstico territorial e o trabalho a ser desenvolvido com as famílias.

Ressalta-se que um diagnóstico sério, conciso e capaz de produzir resultados transformativos para o subsídio e direcionamento assertivo de políticas públicas, requer uma metodologia de execução que contemple a territorialização pautada na realidade social do município, já que a apresentação de dados obtidos apenas pela média municipal mascaram as diferenças sociais e econômicas que existem entre os bairros e áreas rurais, limitando e engessando as ações do poder público.

3 Setor Censitário é unidade territorial de coleta das operações censitárias, definido pelo IBGE, com limites físicos identificados, em áreas contínuas e respeitando a divisão político-administrativa do Brasil (IBGE, 2019).

Considerando que a principal fonte para estudos e pesquisas do Brasil é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), órgão público responsável pela gestão de geociências, estatísticas sociais, demográficas e econômicas do país - cuja sistematização e divulgação de seus dados oficiais é organizada por setor censitário² - a divisão territorial de Itajaí foi estruturada a partir dos bairros e localidades, respeitando a delimitação geográfica dos setores censitários do IBGE.

Com o auxílio do corpo técnico da Secretaria Municipal de Urbanismo, a divisão territorial para fins do diagnóstico, resultou em 26 regiões geográficas com perfil socioeconômico mais homogêneo entre si e que estão representadas no quadro a seguir.

Quadro 2 – Classificação das regiões do município de Itajaí

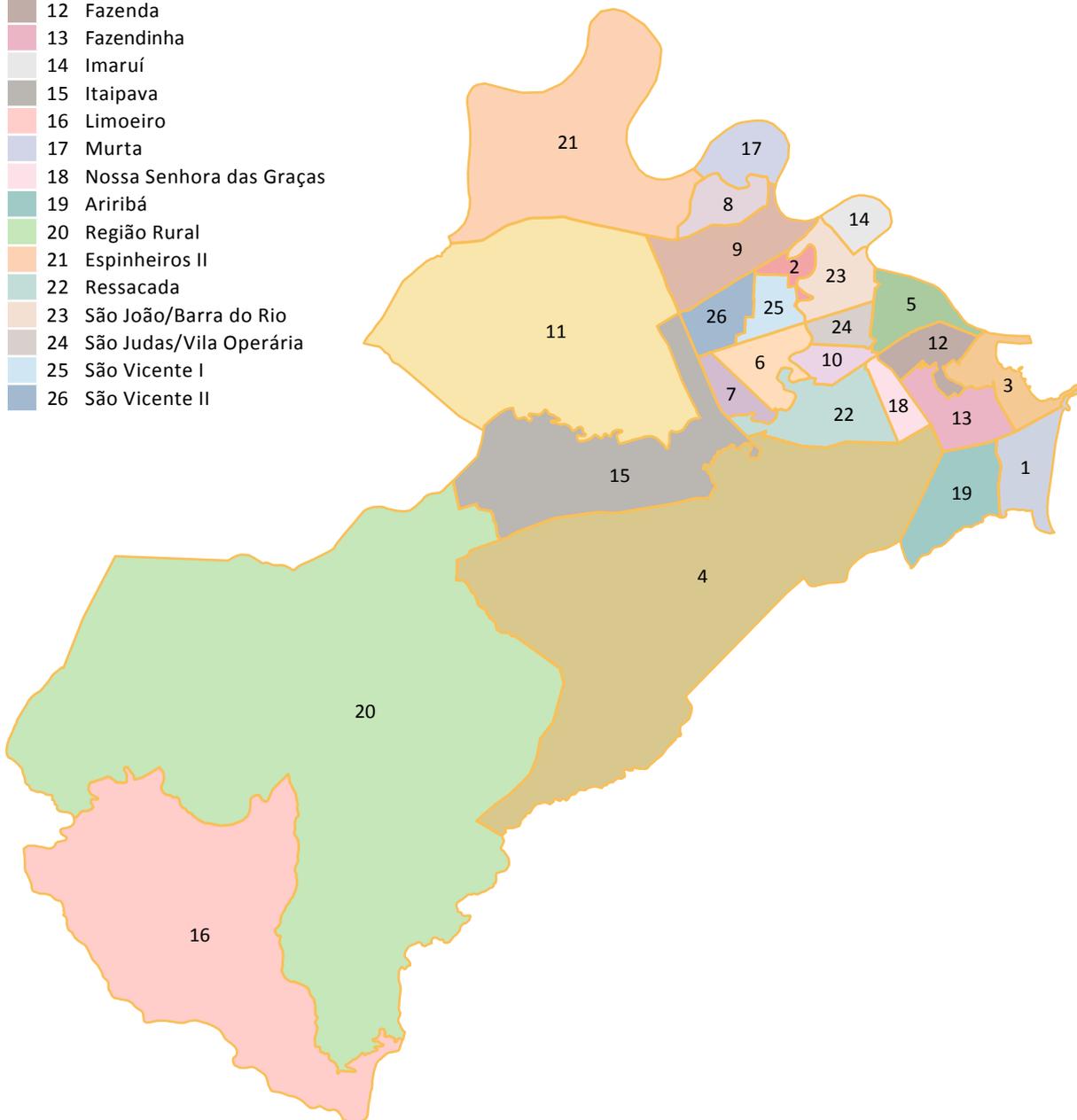
Legenda	Região Geográfica	Bairro Oficial	Localidades
1	Praia Brava	Praia Brava	Praia Brava (exceto região do Ariribá)
2	Bambuzal	São Vicente	Bambuzal, Jardim Estefano, Jardim Katia, Dona Catarina, Jardim Francelino, Jardim Acaraí, Jardim Rio Novo, Jardim Ori, Nossa Senhora Aparecida
3	Cabeçudas/ Beira Rio	Cabeçudas, Fazenda	Cabeçudas, Fazenda (região da Beira Rio)
4	Canhanduba/ Rio do Meio	Canhanduba, Rio do Meio	Canhanduba, Rio do Meio, Baia
5	Centro	Centro	Centro
6	Cidade Nova I	Cidade Nova	Promorar, Jardim Danielle, Cidade Nova, Vitorino, Jardim das Flores, Jardim Quero-Quero, Jardim Pacheco
7	Cidade Nova II	Cidade Nova	Avelino Werner I e II, Mariquinha Brasil
8	Cordeiros I	Cordeiros	Parque Residencial Luciana, Jardim Esperança, Santa Maria, Vila Araguaia, Jardim da Figueira, Parque Residencial Bertoldo Michels, Condomínio Industrial Teporti, Jardim Progresso, Jardim Esmeralda, Jardim Cordeiros, Jardim Juliete, Jardim Clara, Jardim Cleide
9	Cordeiros II	Cordeiros	Costa Cavalcanti, Jardim Votorantim, Vila 1º de Maio, Jardim Violino, Parque Residencial Lar Brasileiro, 3º Distrito Industrial, Celeste Girardi, Jardim São Francisco, Conjunto Residencial Abdon Fóes, Dona Guilhermina, Loteamento Olímpico
10	Dom Bosco	Dom Bosco	Dom Bosco
11	Espinheiros I	Espinheiros I	Espinheiros, Espinheirinhos, Portal I, São Roque, Rio Novo, Colônia Japonesa
12	Fazenda	Fazenda	Fazenda (exceto região da Beira Rio e da Fazendinha)

Legenda	Região Geográfica	Bairro Oficial	Localidades
13	Fazendinha	Fazenda	Fazendinha
14	Imaruí	Barra do Rio	Imaruí, Jardim Eliana, 1º Distrito Industrial, Leopoldo Zarling
15	Itaipava	Itaipava	Itaipava
16	Limoeiro	Limoeiro	Limoeiro
17	Murta	Cordeiros	Murta
18	Nossa Senhora das Graças	Ressacada	Nossa Senhora das Graças
19	Ariribá	Praia Brava	Ariribá
20	Região Rural	Paciência, Brilhante I e II, Campeche	Paciência, Brilhante I e II, Campeche, Arraial dos Cunha, Km12, Laranjeiras
21	Espinheiros II	Espinheiros I	Volta de Cima, Santa Regina, Portal II, Salseiros
22	Ressacada	Ressacada (exceto Nossa Senhora das Graças)	Ressacada (exceto Nossa Senhora das Graças)
23	São João/Barra do Rio	Barra do Rio (exceto Imaruí), São João	Barra do Rio (exceto Imaruí), São João, Curt Hering, Madereira Vila II, Jardim do Sol, Florestal, Alvorada, Vila Todeschini, Navegação Itajaí II
24	São Judas/Vila Operária	São Judas, Vila Operária	São Judas, Vila Operária, Fiuza Lima
25	São Vicente I	São Vicente	Santo Antônio, Jardim Paraíso, Jaí-Açú, Jardim Operário, Mário Razzini, Japonês, Jardim Katia, Dona Catarina, Jardim Francelino, Jardim Acaraí, Jardim Olimpikus, Jardim Tarumã, Jardim Ipiranga, Jardim São Vicente, Jardim Ipiranga, Rio Azul, Jardim Emita
26	São Vicente II	São Vicente	Nilo Bittencourt, Rio Bonito, Jardim Rio Bonito, Vila 1º de Maio, Copas do Vale, Pedro Paulo Rebello

Mapa 1 – Divisão territorial das regiões do município de Itajaí

Regiões

- 1 Praia Brava
- 2 Bambuzal
- 3 Cabeçadas/Beira Rio
- 4 Canhanduba/Rio do Meio
- 5 Centro
- 6 Cidade Nova I
- 7 Cidade Nova II
- 8 Cordeiros I
- 9 Cordeiros II
- 10 Dom Bosco
- 11 Espinheiros I
- 12 Fazenda
- 13 Fazendinha
- 14 Imaruí
- 15 Itaipava
- 16 Limoeiro
- 17 Murta
- 18 Nossa Senhora das Graças
- 19 Ariribá
- 20 Região Rural
- 21 Espinheiros II
- 22 Ressacada
- 23 São João/Barra do Rio
- 24 São Judas/Vila Operária
- 25 São Vicente I
- 26 São Vicente II



3.2. IDENTIFICAÇÃO DA REDE DE ATENDIMENTO

Nesta etapa foi realizado, em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico, o mapeamento de toda a rede que presta atendimento à criança e ao adolescente no município de Itajaí, incluindo os programas e projetos existentes nas secretarias municipais, e demais instituições governamentais ou não governamentais. É através do mapeamento da rede que a coleta de dados primários é dirigida e seu corpo estrutural está detalhadamente apresentado no Volume I.

3.3. COLETA E TRATAMENTO DE DADOS

Para a construção deste volume foram coletados dados primários² e secundários³ referentes ao período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, e em alguns casos, quando disponíveis, de 2018. Ressalta-se que o ano de informação, assim como a fonte de dados, estarão sempre referenciados ao final de cada tabela. O Quadro a seguir, mostra a catalogação dos dados utilizados.

Quadro 3 – Fonte de dados

Pesquisa documental de dados primários	Fichas de atendimentos realizados pelo Conselho Tutelar
	Fichas de atendimento do PAIF, prestados pelo CRAS
	Fichas de atendimento do PAEFI, prestados pelo CREAS
	Fichas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV
	Ficha de atendimento das unidades de Acolhimento Institucional
	Processos de adoção tramitantes na Vara da Infância e Juventude (TJSC)
Pesquisa documental de dados secundários	Censo demográfico do IBGE (2010) – microdados e agregados
	CadÚnico da Secretaria Municipal de Assistência Social
	Censo Escolar do Instituto Nacional Anísio Teixeira (INEP)
	DATASUS (SIM, SINASC, SINAN, etc.) da Secretaria Municipal da Saúde
	RAIS E CAGED – Ministério da Economia
Informações das instituições não governamentais vinculadas ou inscritas no COMDICA	
Pesquisas de Percepção e qualitativa	Pesquisa quantitativa com adolescentes (de 12 a 17 anos) do município
	Pesquisa quantitativa com pais ou responsáveis de crianças e adolescentes
	Pesquisa qualitativa em profundidade relacionada ao tema de cada direito

4 Dados primários compreendem os dados brutos coletados pela Paineira Pesquisas junto aos entes públicos e instituições que compõem o mapeamento da rede de atendimento do município, sendo que muitos deles encontram-se em fichas físicas.

5 Dados secundários compreendem informações já coletadas, organizadas, sistematizadas e disponibilizadas por órgãos e entidades oficiais, como o IBGE, DATASUS, entre outros.

As pesquisas de percepção, de forma geral, compreendem dados coletados pela Painel Pesquisas e Consultoria a partir de uma metodologia quantitativa desenvolvida para investigar a percepção do público a que é direcionada. Sua sistematização será apropriadamente detalhada no Volume 01. Já as pesquisas qualitativas em profundidade, cuja metodologia e público a ser aplicado variam de acordo com o objetivo de investigação de cada eixo, serão apresentadas em capítulo próprio no volume que trata do tema correspondente.

Evidencia-se que previamente à análise foram realizados procedimentos de tratamento, higienização e padronização dos dados coletados, para correção de registros incompletos, duplicados, ou de qualquer outro tipo de inconsistência que pudesse comprometer a qualidade das informação para análise.

Sua formatação e padronização foi realizada a partir da expertise de trabalho desenvolvida pela Painel Pesquisas e Consultoria, por meio da criação de categorias de agrupamento da informação, fundamentadas a partir dos instrumentos normativos que orientam as políticas públicas de atendimento ao público objeto deste estudo.

3.4. CRITÉRIOS UTILIZADOS NA ANÁLISE ESTATÍSTICA

Todos os dados coletados foram tratados e mensurados a partir de técnicas estatísticas cuja apresentação será realizada por meio de indicadores sociais e análises descritivas, em conjunto com tabelas, gráficos e infográficos, de modo a facilitar a sua visualização e compreensão, com o objetivo de traduzir, quantificar e mensurar em números os aspectos da realidade social do município.

Os indicadores serão apresentados em percentuais ou em taxas por habitantes, sendo que em alguns casos o cálculo foi realizado a partir de mil e em outros a partir de cem mil habitantes, conforme será demonstrado em cada indicador. Ressalta-se que o cálculo é proporcional à população residente na região, o que permite equalizar as regiões, independentemente do número de casos, pois estes são analisados proporcionalmente ao total da sua população residente.

A classificação dos indicadores será apresentada em *Quantil*, que são pontos de corte que dividem um intervalo de dados em partes iguais ordenados de forma crescente. Os quantis mais comuns têm nomes especiais, conforme o número de partes em que são divididos:

- Percentil para 100 grupos/partes, cada uma com 1% dos dados
- Quintil para 5 grupos/partes, cada uma com 20% dos dados
- Quartil para 4 grupos/partes, cada uma com 25% dos dados
- Tercil para 3 grupos/partes, cada uma com 33,3% dos dados

Assim, considerando o número de divisões territoriais deste Diagnóstico priorizou-se a utilização do Quintil. Todavia, em situações em que houver muitas taxas ou percentuais em números iguais, possivelmente os dados serão apresentados em menores divisões, de modo a possibilitar maior uniformidade na visualização e na classificação dos grupos. *Quintil*⁶, o qual divide e ordena os indicadores em cinco partes iguais, conforme quadro a seguir:

Quadro 4 – Ilustração do método *Quintil*

Primeiro Quintil	Segundo Quintil	Terceiro Quintil	Quarto Quintil	Quinto Quintil
É o valor até o qual se encontra 20% da amostra ordenada	É o valor até o qual se encontra 40% da amostra ordenada	É o valor até o qual se encontra 60% da amostra ordenada	É o valor até o qual se encontra 80% da amostra ordenada	É o valor até o qual se encontra 100% da amostra ordenada
Muito Baixo Indicadores na extremidade inferior = Os 20 % menores	Baixo = Dos 21% até os 40% maiores	Médio Indicadores próximos à <i>Mediana</i> = Dos 41% até os 60% maiores	Alto = Dos 61% até os 80% maiores	Muito Alto Indicadores na extremidade superior = Dos 81% maiores até o 100%
Muito Baixo	Baixo	Médio	Alto	Muito Alto

Também foi apresentado o cálculo que mostra a diferença proporcional entre o menor e o maior indicador, com o objetivo de evidenciar o intervalo entre o menor e o maior indicador. Ressalta-se que para o cálculo da diferença serão desprezados os indicadores iguais a 0 (zero), sendo, portanto considerado como menor indicador aquele que apresentar o menor número diferente de 0 (zero).

Quadro 5 – Fórmula para cálculo da diferença entre as regiões

$$\frac{\text{Maior Indicador} - \text{Menor Indicador}}{\text{Menor Indicador}} = \text{Diferença}$$

6 TRIOLA, MARIO FERREIRA. Introdução à Estatística. 7ª Edição. 1999 – Versão traduzida para a língua portuguesa.

4. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (SGDCA)

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) representa a articulação e integração entre os diversos atores do Estado e da sociedade civil, previsto pelo Artigo 86-A do ECA⁷, na promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos da infância e da adolescência. São atores a família, as organizações da sociedade civil (instituições sociais, associações comunitárias, sindicatos, escolas e empresas), Conselhos de direito e setoriais, Conselhos Tutelares e órgão e instituições públicas.

O mapeamento da rede de atendimento e do SGDCA do município de Itajaí, em um primeiro momento, foi realizado com base em fontes secundárias oficiais. No decorrer do projeto e da coleta de dados, as instituições, órgãos e entidades que compõem o atual desenho da rede de atendimento mapeada, foram validadas pela Comissão de Acompanhamento. Foram utilizados como fonte de dados os cadastros e sites oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); da Prefeitura Municipal de Itajaí e das secretarias municipais; do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP do Governo Federal; do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), vinculado ao Ministério da Saúde; do Tribunal de Justiça de Santa Catarina; e do Ministério Público de Santa Catarina.

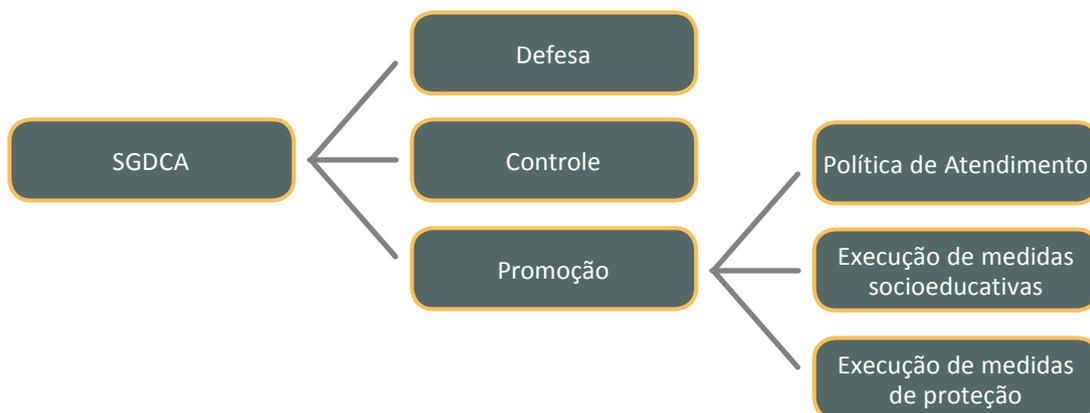
Também foram consideradas as instituições cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itajaí (COMDICA), da Secretaria da Assistência Social e da antiga Secretaria Municipal da Criança, do Adolescente e da Juventude, hoje Secretaria de Promoção da Cidadania. Para tais instituições foi realizado o contato via telefone, de modo a identificar as que ainda estavam realizando suas atividades.

A organização e a classificação da Rede de Atendimento tiveram como norte a Resolução nº 113/2016 do CONANDA, que trata dos parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do SGDCA, de modo a delinear sobre o papel dos atores na operacionalização das políticas públicas direcionadas à efetivação das garantias e direitos fundamentais preconizados pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

Assim, como fundamento normativo legal, o mapeamento da rede de atendimento observou os preceitos contidos da referida resolução quanto à sua classificação, uma vez que os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil que integram SGDCA deverão exercer suas funções em rede a partir de três eixos estratégicos de ação - Defesa, Controle e Promoção – conforme conceituação do Quadro 6.

⁷ Artigo 86-A: A política de atendimento dos direitos da Criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Quadro 6 – Classificação da rede de atendimento⁷



Em Itajaí foram mapeadas 368 instituições⁸ que compõem a rede de atendimento do Sistema de Garantia de Direito da Criança e do Adolescente (SGDCA), classificadas pelos eixos estratégicos de ação conforme a Tabela 1, e abaixo detalhadas.

Tabela 1 – Número de Instituições por Eixo Estratégico de Ação do SGDCA

Eixos Estratégico de Ação	Quant.	(%)
Defesa	22	5,6%
Promoção	335	85,2%
Controle	36	9,2%
Total de instituição, órgãos ou entidades	393	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

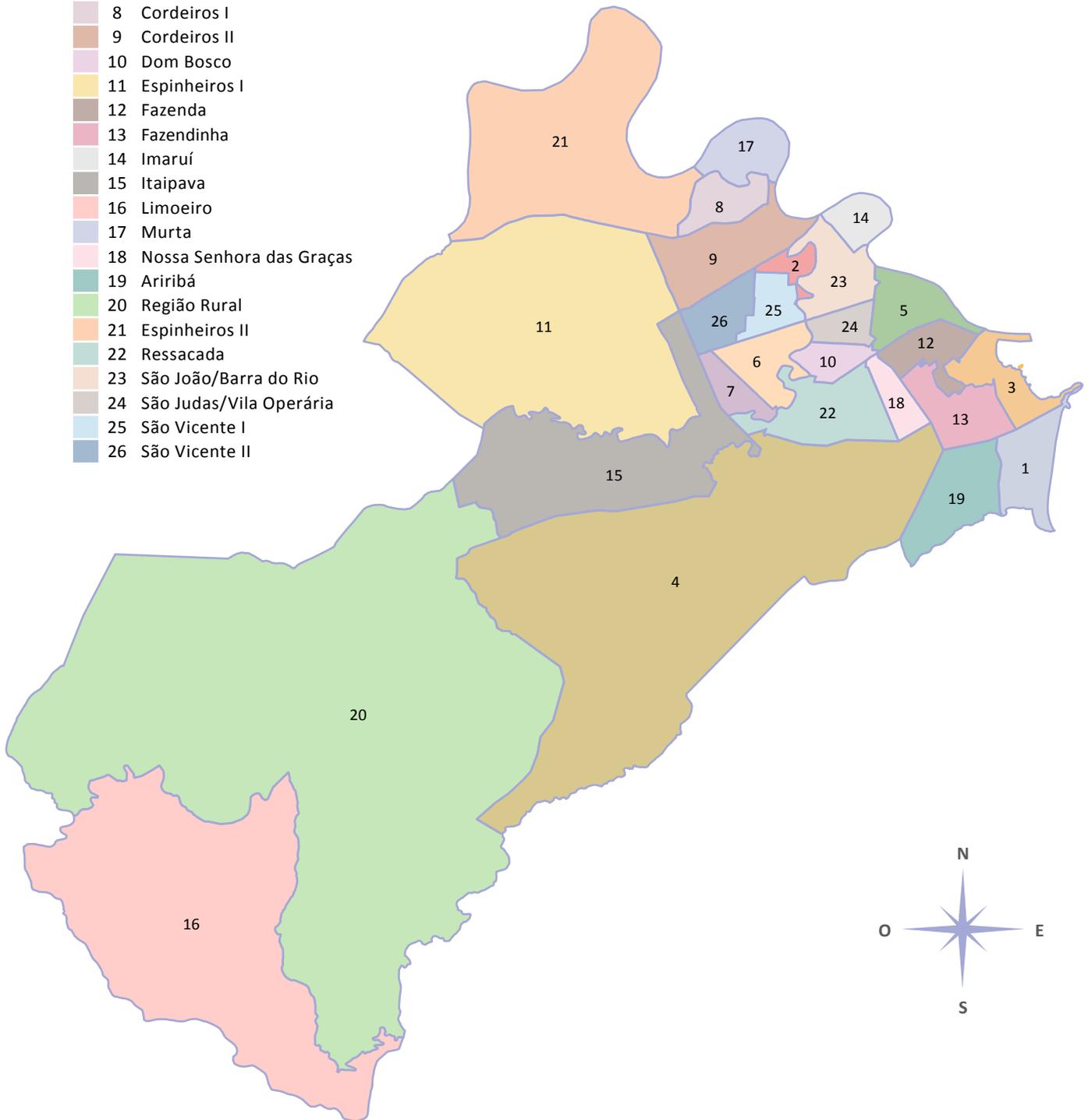
⁸ A classificação da rede de atendimento segundo os Eixos do SGDCA também considerou a edição comemorativa de 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – PROTEÇÃO INTEGRAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: Instrumentos Normativos Nacionais e Internacionais, 2015.

⁹ Aqui estão compreendidas também entidades, órgãos e instituições que fazem parte da rede de atendimento do município.

Mapa 2 – Mapa temático do mapeamento da rede de atendimento em andamento

Regiões

- 1 Praia Brava
- 2 Bambuzal
- 3 Cabeçudas/Beira Rio
- 4 Canhanduba/Rio do Meio
- 5 Centro
- 6 Cidade Nova I
- 7 Cidade Nova II
- 8 Cordeiros I
- 9 Cordeiros II
- 10 Dom Bosco
- 11 Espinheiros I
- 12 Fazenda
- 13 Fazendinha
- 14 Imaruí
- 15 Itaipava
- 16 Limoeiro
- 17 Murta
- 18 Nossa Senhora das Graças
- 19 Ariribá
- 20 Região Rural
- 21 Espinheiros II
- 22 Ressacada
- 23 São João/Barra do Rio
- 24 São Judas/Vila Operária
- 25 São Vicente I
- 26 São Vicente II



4.1. EIXO ESTRATÉGICO DE DEFESA

jurídicos de proteção legal dos direitos humanos da infância e adolescência, compostos pelos órgãos públicos judiciais; do ministério público; as defensorias públicas; a advocacia geral da união e as procuradorias gerais dos estados; polícias; conselhos tutelares; ouvidorias e entidades de defesa de direitos humanos incumbidas de prestar proteção jurídico-social.

Tabela 2 – Número de Instituições do Eixo Estratégico de Defesa

Defesa		
Descrição	Quant.	(%)
Conselho Tutelar	1	4,5%
Tribunal de Justiça de Santa Catarina	3	13,6%
Vara da Infância e Juventude	1	33,3%
Vara da Família	1	33,3%
Serviço Social Forense	1	33,3%
Defensoria Pública	1	4,5%
Ministério Público de Santa Catarina	2	9,1%
4ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itajaí	1	50,0%
6ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itajaí	1	50,0%
Tribunal Reginal do Trabalho de Santa Catarina	3	13,6%
1ª Vara do Trabalho	1	33,3%
2ª Vara do Trabalho	1	33,3%
3ª Vara do Trabalho	1	33,3%
Justiça Federal da 4ª Região	1	4,5%
4ª Vara Federal de Itajaí	1	100,0%
Ministério Público Federal	1	4,5%
Procuradoria da República no Município de Itajaí	1	100,0%
Câmara de Vereadores do Município de Itajaí	1	4,5%
Comissão de Proteção dos Direitos da Criança, do Adolescente e da Juventude	1	100,0%
Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina	8	36,4%
Delegacia de Proteção Criança, Adolescente, Mulher e Idoso - DPCAMI	1	12,5%
4ª Delegacia Regional de Polícia	1	12,5%
Diretoria de Polícia do Litoral - DPOL	1	12,5%
Delegacia da Polícia Civil	2	25,0%
Central de Plantão Policial - CPP	1	12,5%
Delegacia de Delitos de Trânsito	1	12,5%
Divisão de Investigação Criminal - DIC	1	12,5%
Ministério da Economia	1	4,5%
Gerência Regional do Trabalho e Emprego	1	100,0%
Total de instituições, órgãos ou entidades	22	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

4.2. EIXO ESTRATÉGICO DE CONTROLE

O eixo de Controle se fará através das instâncias colegiadas próprias onde se assegure a paridade da participação de órgãos governamentais e de entidades sociais e da sociedade civil, tais como: conselhos dos direitos de crianças e adolescentes; conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas; movimentos sociais e órgãos e os poderes de controle interno e externo definidos nos artigos 70, 71, 72, 73, 74 e 75 da Constituição Federal.

Tabela 3 – Número de Instituições do Eixo Estratégico de Controle

Defesa			
	Descrição	Quant.	(%)
Conselho de Direito		12	33,3%
	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA)	1	8,3%
	Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência	1	8,3%
	Conselho Municipal de Desenvolvimento da Comunidade Negra	1	8,3%
	Conselho Municipal dos Direitos da Mulher	1	8,3%
	Conselho Municipal da Juventude	1	8,3%
	Conselho Municipal de Política sobre Drogas	1	8,3%
	Conselho Municipal de Alimentação Escolar	1	8,3%
	Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional	1	8,3%
	Conselho Municipal da Defesa Civil	1	8,3%
	Conselho Municipal da Defesa do Consumidor	1	8,3%
	Conselho Municipal da Denúncia	1	8,3%
	Conselho Municipal do Idoso	1	8,3%
Conselhos Setoriais		24	66,7%
	Conselho Municipal de Assistência Social de Itajaí (CMAS)	1	4,2%
	Conselho Municipal de Segurança Pública	1	4,2%
	Conselho Municipal de Saúde	1	4,2%
	Conselho Municipal da Educação	1	4,2%
	Conselho Municipal do Esporte e Lazer	1	4,2%
	Conselho Municipal de Políticas Culturais	1	4,2%
	Conselho Municipal da Habitação	1	4,2%
	Conselho Municipal Deliberativo da Fundação Cultural	1	4,2%
	Conselho Municipal Deliberativo da Fundação do Meio Ambiente de Itajaí	1	4,2%
	Conselho Municipal Deliberativo da Fundação Genésio Miranda Lins	1	4,2%
	Conselho Municipal Deliberativo da Fundação Municipal de Esporte e Lazer	1	4,2%
	Conselho Municipal Deliberativo do Conservatório de Música Popular	1	4,2%
	Conselho Municipal do Contribuinte	1	4,2%
	Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social da FUNDEB	1	4,2%
	Conselho Municipal do Desenvolvimento da Agricultura e Pesca	1	4,2%
	Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico	1	4,2%

10 Prevista no Artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que integra o âmbito da política de promoção e proteção dos direitos humanos.

Conselho Municipal do Desenvolvimento Rural	1	4,2%
Conselho Municipal da Gestão e Desenvolvimento Territorial	1	4,2%
Conselho Municipal do Meio Ambiente	1	4,2%
Conselho Municipal do Parque Natural Municipal do Atalaia	1	4,2%
Conselho Municipal do Patrimônio Cultural	1	4,2%
Conselho Municipal da Previdência	1	4,2%
Conselho Municipal do Transporte Coletivo	1	4,2%
Conselho Municipal do Turismo	1	4,2%
Total de instituições, órgãos ou entidades	15	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

4.3. EIXO ESTRATÉGICO DE PROMOÇÃO

É caracterizado pela promoção da efetivação dos direitos humanos das crianças e adolescentes, por meio da política de atendimento⁸, desenvolvida estrategicamente de maneira transversal e intersetorial, de modo a articular todas as políticas públicas em favor da proteção integral.

Tabela 4 – Número de Instituições do Eixo Estratégico de Promoção

Defesa		
Descrição	Quant.	(%)
Unidades de atendimento	287	85,7%
Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	4	1,4%
Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)	1	0,3%
Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório (CASEP)	1	0,3%
Centro de Saúde/Unidade Básica*	26	9,1%
Policlínica*	2	0,7%
Centros Especializados*	4	1,4%
Hospital Geral*	1	0,3%
Hospital Especializado*	1	0,3%
Centro de Atenção Psicossocial (CAPS)*	3	1,0%
Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i)*	1	0,3%
Pronto Atendimento*	2	0,7%
Unidade de atendimento Móvel de Urgência*	2	0,7%
Farmácia*	1	0,3%
Laboratório Municipal*	1	0,3%
Unidades educacionais**	175	61,0%
Espaços Culturais***	14	4,9%
Instalações esportivas municipais****	45	15,7%
Posto de Atendimento Conveniado do TEM	1	0,3%
Agência Regional do Trabalho e Emprego	1	0,3%
FEAPI	1	0,3%
Secretarias Municipais	17	5,1%
Secretaria Municipal de Agricultura e Expansão Urbana	1	5,9%
Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoas	1	5,9%

Tabela 4 – Número de Instituições do Eixo Estratégico de Promoção (continuação)

Promoção		
Descrição	Quant.	(%)
Secretarias Municipais	17	5,1%
Secretaria Municipal de Assistência Social	1	5,9%
Secretaria Municipal de Comunicação	1	5,9%
Secretaria Municipal de Controladoria Geral	1	5,9%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	1	5,9%
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação	1	5,9%
Secretaria Municipal de Educação	1	5,9%
Secretaria Municipal da Fazenda	1	5,9%
Secretaria Municipal do Governo	1	5,9%
Secretaria Municipal de Obras	1	5,9%
Secretaria Municipal da Procuradoria Geral	1	5,9%
Secretaria Municipal de Promoção da Cidadania	1	5,9%
Secretaria Municipal de Saúde	1	5,9%
Secretaria Municipal de Segurança Pública	1	5,9%
Secretaria Municipal de Tecnologia	1	5,9%
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos	1	5,9%
Instituições Não Governamentais	31	9,3%
Unidade de Acolhimento Lar da Criança Feliz	1	3,2%
Unidade de Acolhimento Lar dos Adolescentes	1	3,2%
Grupo de estudos e apoio e a adoção Laços Encontrados	1	3,2%
Lar Espírita Assistencial Irmão Fabiano de Cristo (SCFV)	1	3,2%
Associação Pró Menor Lar Padre Jacó (SCFV)	1	3,2%
Instituição Santa Paulina	1	3,2%
Casa das Anas	1	3,2%
ADACO/OFEARTE	1	3,2%
APAJUDAN	1	3,2%
Proarte	1	3,2%
Instituto Grupo Polly	1	3,2%
Associação Náutica	1	3,2%
COMEMBI	1	3,2%
ADEQUO	1	3,2%
AFH	1	3,2%
Amor para Down	1	3,2%
AMA - Associação de Amigos Autistas de Itajaí	1	3,2%
APAE	1	3,2%
Centro de Educação Conduativa Pássaros de Luz	1	3,2%
CER II	1	3,2%
CIEP Vovó Biquinha	1	3,2%
Anjos do Mar	1	3,2%
ADVIR	1	3,2%
SENAC	1	3,2%

CIEE	1	3,2%
SENAI	1	3,2%
Parque Dom Bosco	1	3,2%
Gerar	1	3,2%
Geração	1	3,2%
Instituto Crescer	1	3,2%
NADAR	1	3,2%
Total de instituições, órgãos ou entidades	335	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

* Dados do Ministério da Saúde, 2019. Cadastro Nacional dos Estabelecimentos de Saúde

** Dados do Censo Escolar. INEP, 2017. Foram consideradas todas as unidades educacionais, independentes de sua vinculação administrativa (privada, pública, municipal, estadual ou federal).

***Dados da Fundação Municipal de Itajaí, 2019.

****Dados do IBGE, 2016. Foram consideradas instalações esportivas de diversas modalidades vinculadas a gestão municipal como campos, ginásios, piscinas, pista de atletismo, dentre outros.

Assim, neste eixo são considerados todos os atores envolvidos na execução de serviços e programas de políticas públicas vinculados aos direitos humanos de crianças adolescentes por meio de três frentes de atuação: as voltadas para as políticas sociais, afetos aos fins da política de atendimento; as de execução de medidas de proteção de direitos humanos; e as de execução de medidas socioeducativas e assemelhadas, conforme Tabela 5.

Tabela 5 – Número de Instituições por Eixo Estratégico de Ação do SGDC

Tipo de Atendimento	Quant.	(%)
Políticas de Atendimento	307	99,0%
Execução de medidas de proteção	2	0,6%
Execução de medidas socioeducativas	2	0,6%
Total de instituições, órgãos ou entidades	310	100,0%

Fonte: Painel Pesquisas e Consultoria, 2019.

Nota técnica: O total de instituições, órgãos e entidades é de 310. Todavia o CREAS foi considerado simultaneamente como política de atendimento e execução de medidas socioeducativas por executar ambas as atividades.

PARTE III

5. INDICADORES SOCIODEMOGRÁFICOS

Itajaí tinha em 2010 uma população de 183.373 habitantes. Segundo estimativas do IBGE para 2018, a população é 215.895, representando aproximadamente um crescimento de 17%.

Tabela 6 – População total residente no município de Itajaí

	Região	População total	
		2010	(%)
Muito Baixo	1 Praia Brava	1.880	1,0%
	18 Nossa Senhora das Graças	2.073	1,1%
	4 Canhanduba/Rio do Meio	2.169	1,2%
	19 Ariribá	2.414	1,3%
Baixo	22 Ressacada	2.938	1,6%
	20 Região Rural	2.983	1,6%
	3 Cabeçudas/Beira Rio	3.020	1,6%
	16 Limoeiro	3.447	1,9%
	14 Imaruí	4.234	2,3%
Médio	21 Espinheiros II	4.991	2,7%
	17 Murta	5.006	2,7%
	15 Itaipava	5.027	2,7%
	11 Espinheiros I	5.537	3,0%
	2 Bambuzal	6.074	3,3%
Alto	7 Cidade Nova II	6.458	3,5%
	13 Fazendinha	6.657	3,6%
	10 Dom Bosco	6.863	3,7%
	12 Fazenda	6.923	3,8%
Muito Alto	24 São Judas/Vila Operária	8.430	4,6%
	5 Centro	10.971	6,0%
	25 São Vicente I	11.152	6,1%
	8 Cordeiros I	12.673	6,9%
	6 Cidade Nova I	13.566	7,4%
	26 São Vicente II	14.061	7,7%
23 São João/Barra do Rio	14.150	7,7%	
9 Cordeiros II	19.676	10,7%	
Itajaí		183.373	100%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (agregados), 2010.

Indicador 1 População total

Definição:

percentual por região da população total residente em Itajaí

Menor valor	Praia Brava	1,0%
Maior valor	Cordeiros II	10,7%

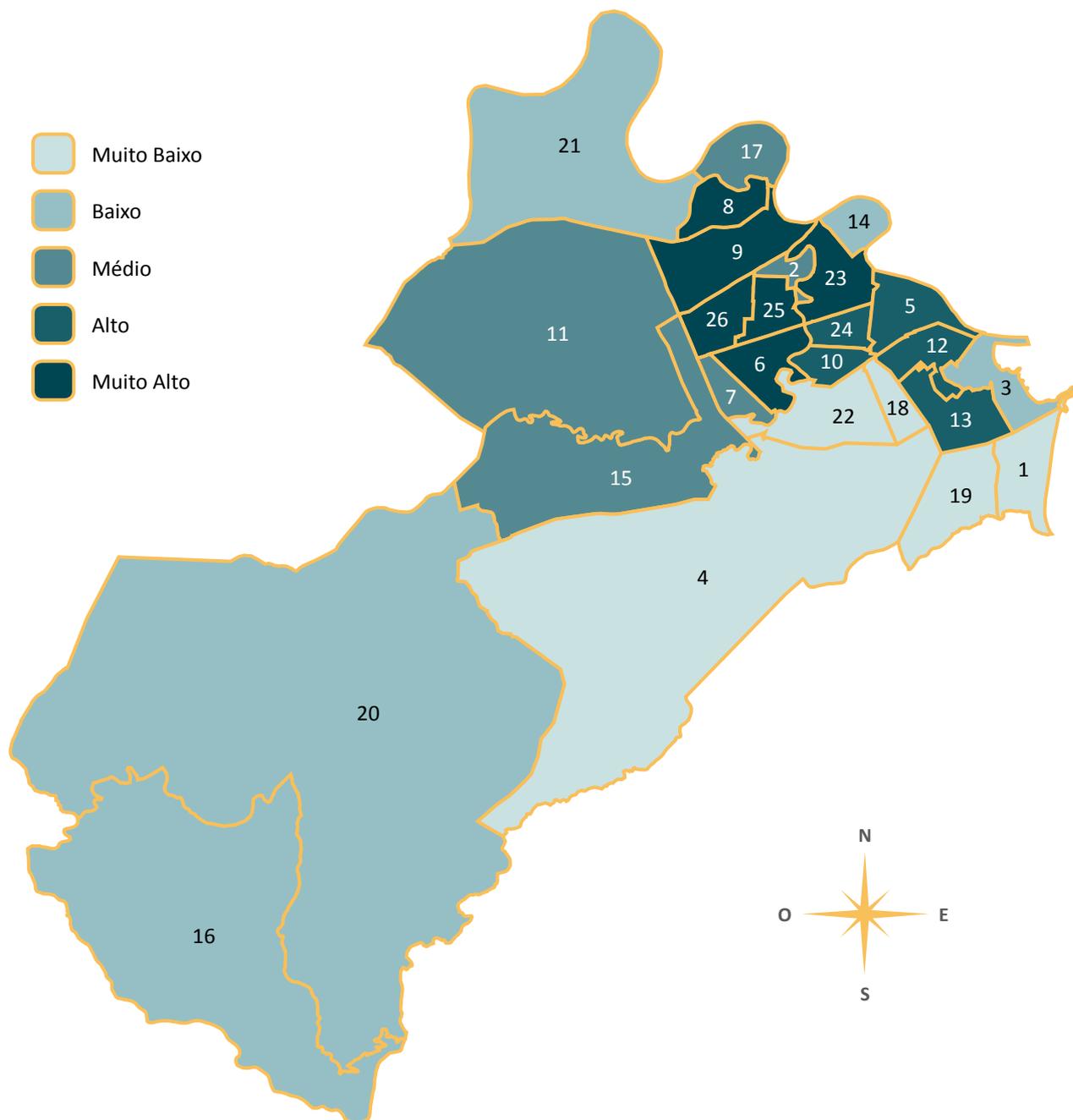
DIFERENÇA:

9,7 vezes

É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Representação gráfica do indicador População de Itajaí por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do Município conforme a escala de cores.



A média da densidade domiciliar é de 3,2 pessoas por domicílio. A Nossa Senhora das Graças é a região com o maior indicador, com mais de 4 pessoas por domicílio.

Tabela 7 – Densidade domiciliar

	Nº	Regiões	Total da população residente	Total de domicílios Particular Ocupado	Densidade domiciliar
Muito Baixo	12	Fazenda	6.923	2.555	2,7
	5	Centro	10.971	4.018	2,7
	1	Praia Brava	1.880	672	2,8
	3	Cabeçudas/Beira Rio	3.020	1.038	2,9
	24	São Judas/Vila Operária	8.430	2.845	3,0
Baixo	23	São João/Barra do Rio	14.150	4.736	3,0
	10	Dom Bosco	6.863	2.262	3,0
	22	Ressacada	2.938	942	3,1
	25	São Vicente I	11.152	3.549	3,1
	13	Fazendinha	6.657	2.118	3,1
Médio	9	Cordeiros II	19.676	6.253	3,1
	20	Região Rural	2.983	936	3,2
	19	Ariribá	2.414	752	3,2
	2	Bambuzal	6.074	1.887	3,2
	21	Espinheiros II	4.991	1.537	3,2
Alto	11	Espinheiros I	5.537	1.685	3,3
	26	São Vicente II	14.061	4.233	3,3
	4	Canhanduba/Rio do Meio	2.169	645	3,4
	16	Limoeiro	3.447	1.021	3,4
	15	Itaipava	5.027	1.473	3,4
Muito Alto	8	Cordeiros I	12.673	3.703	3,4
	6	Cidade Nova I	13.566	3.943	3,4
	17	Murta	5.006	1.452	3,4
	7	Cidade Nova II	6.458	1.813	3,6
	14	Imaruí	4.234	1.186	3,6
	18	Nossa Senhora das Graças	2.073	499	4,2
Itajaí			183.373	57.753	3,2

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (agregados), 2010.

Indicador 2

Densidade domiciliar

Definição:

média de habitantes por domicílio particular ocupado.

Menor valor	Fazenda	2,7
Média	Itajaí	3,2
Maior valor	Nossa Senhora das Graças	4,2

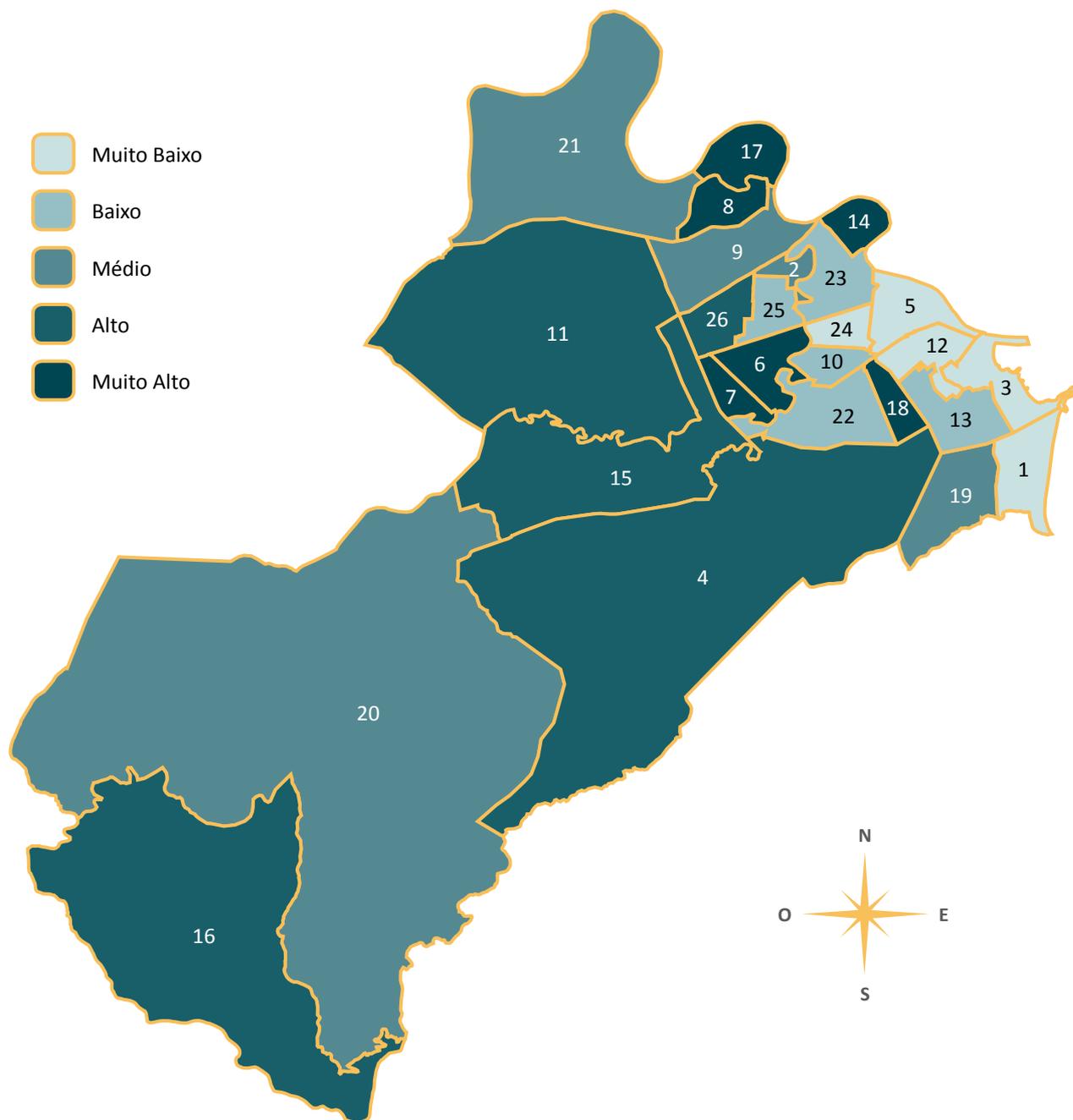
DIFERENÇA:

0,6 vezes

É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Representação gráfica do indicador Densidade domiciliar por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do Município conforme a escala de cores.



A região Cordeiros II é a que concentra maior população na faixa etária de 0 a 17 anos, número este que representa 9,8% da população total. Porém, a Cidade Nova II é a região que, proporcionalmente ao total da sua população, possui mais crianças e adolescentes (37,2%), demandando mais atenção pelo excesso de jovens em relação ao número de pessoas adultas e idosas. As regiões mais populosas são importantes para oferta de serviços (acesso à cultura, educação, etc.), porém as com maior penetração de crianças e adolescentes, são área de atenção para problemas como trabalho infantil, por exemplo.

Tabela 8 – População na faixa etária de 0 a 17 anos

	Região	Total da população residente	Total de 0 a 17 anos	(%) De 0 a 17 anos	Indicador por Região (%)
Muito Baixo	5 Centro	10.971	1.982	3,9%	18,1%
	12 Fazenda	6.923	1.296	2,6%	18,7%
	24 São Judas/Vila Operária	8.430	1.627	3,2%	19,3%
	23 São João/Barra do Rio	14.150	2.992	5,9%	21,1%
Baixo	3 Cabeçudas/Beira Rio	3.020	652	1,3%	21,6%
	10 Dom Bosco	6.863	1.592	3,1%	23,2%
	1 Praia Brava	1.880	440	0,9%	23,4%
	9 Cordeiros II	19.676	4.990	9,8%	25,4%
	25 São Vicente I	11.152	2.837	5,6%	25,4%
Médio	22 Ressacada	2.938	754	1,5%	25,7%
	13 Fazendinha	6.657	1.763	3,5%	26,5%
	2 Bambuzal	6.074	1.656	3,3%	27,3%
	15 Itaipava	5.027	1.439	2,8%	28,6%
Alto	20 Região Rural	2.983	888	1,8%	29,8%
	19 Ariribá	2.414	735	1,5%	30,4%
	11 Espinheiros I	5.537	1.720	3,4%	31,1%
	21 Espinheiros II	4.991	1.595	3,1%	32,0%
	16 Limoeiro	3.447	1.104	2,2%	32,0%
Muito Alto	26 São Vicente II	14.061	4.618	9,1%	32,8%
	8 Cordeiros I	12.673	4.186	8,3%	33,0%
	6 Cidade Nova I	13.566	4.546	9,0%	33,5%
	4 Canhanduba/Rio do Meio	2.169	727	1,4%	33,5%
	17 Murta	5.006	1.825	3,6%	36,5%
	14 Imaruí	4.234	1.550	3,1%	36,6%
18 Nossa Senhora das Graças	2.073	771	1,5%	37,2%	
7 Cidade Nova II	6.458	2.402	4,7%	37,2%	
Itajaí		183.373	50.687	100,0%	27,6%

Indicador 3 População de 0 a 17 anos

Definição:
taxa de população residente de 0 a 17 anos, por região.

Menor valor	Centro	18,1%
Média	Itajaí	27,6%
Maior valor	Cidade Nova II	37,2%

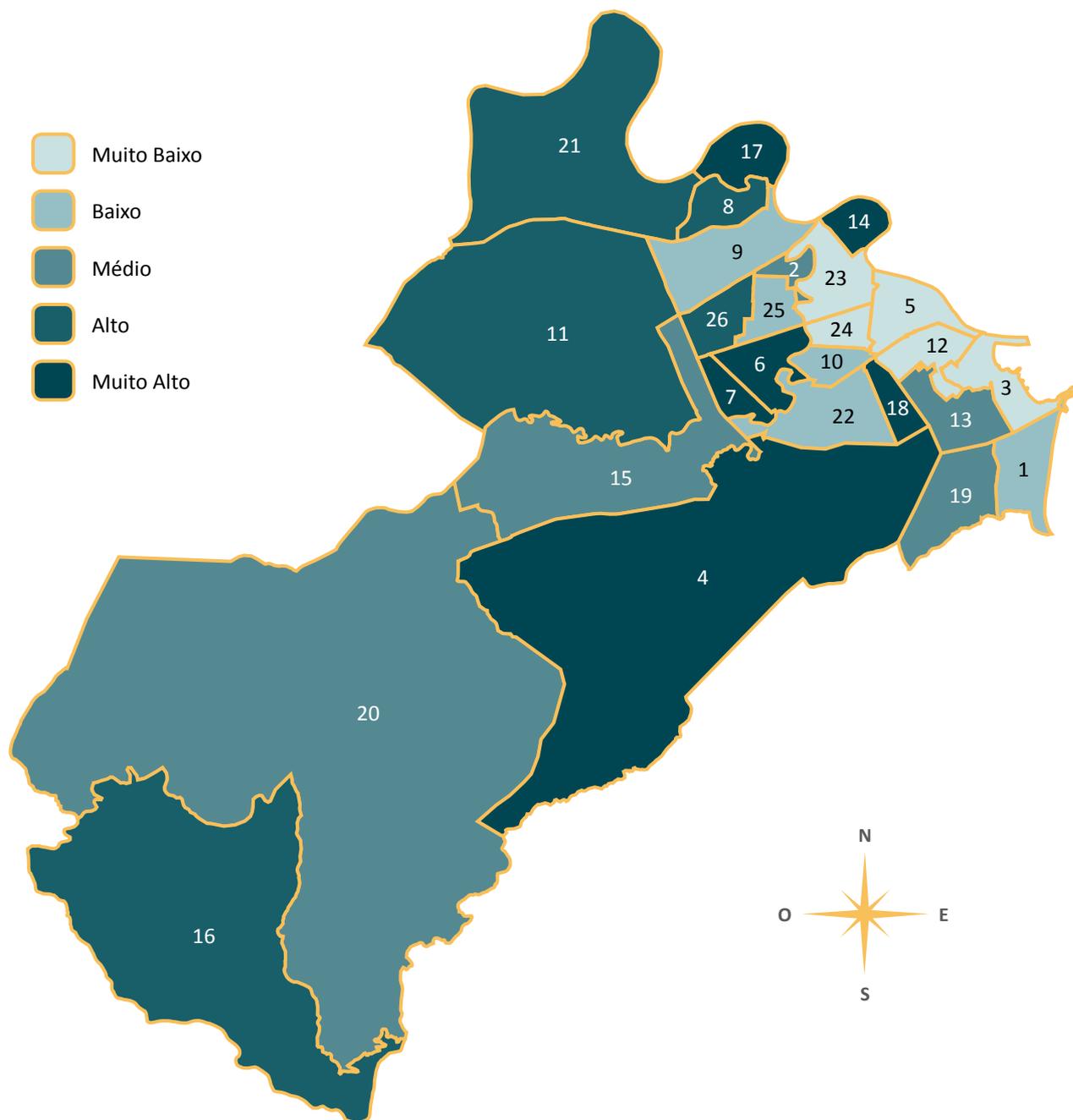
DIFERENÇA:
1,1 vezes
É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (agregados), 2010.

Nota: A Tabela 8 apresenta na coluna **(%) de 0 a 17 anos**, o percentual (%) de crianças e adolescentes residentes na região, sobre o total de crianças e adolescentes residentes no Município. Na coluna **Indicador por Região (%)** está representada a taxa em percentual de crianças e adolescentes residentes na região sobre a população total; os resultados desse indicador estão retratados no mapa do Município, ao lado.

Representação gráfica do indicador População de 0 a 17 anos por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do Município conforme a escala de cores.



O indicador 4 permite avaliar a representatividade da população na faixa etária de 0 a 5 anos. A região Cordeiros II é a mais populosa, com 10,3% de sua população total nesta faixa etária, porém as regiões Murta e Cidade Nova II são as que, proporcionalmente à sua população, possuem maior número de crianças de 0 a 5 anos (11,9%).

Tabela 9 – População na faixa etária de 0 a 5 anos

	Região	Total de 0 a 5 anos	(%) De 0 a 5 anos	Indicador por região (%)
Muito Baixo	5 Centro	510	3,3%	4,6%
	24 São Judas/Vila Operária	470	3,1%	5,6%
	12 Fazenda	387	2,5%	5,6%
	23 São João/Barra do Rio	806	5,3%	5,7%
	3 Cabeçudas/Beira Rio	176	1,1%	5,8%
Baixo	10 Dom Bosco	499	3,3%	7,3%
	1 Praia Brava	145	0,9%	7,7%
	25 São Vicente I	865	5,6%	7,8%
	9 Cordeiros II	1.571	10,3%	8,0%
	2 Bambuzal	492	3,2%	8,1%
Médio	13 Fazendinha	549	3,6%	8,2%
	15 Itaipava	419	2,7%	8,3%
	22 Ressacada	253	1,7%	8,6%
	11 Espinheiros I	520	3,4%	9,4%
	20 Região Rural	281	1,8%	9,4%
Alto	26 São Vicente II	1.362	8,9%	9,7%
	19 Ariribá	235	1,5%	9,7%
	8 Cordeiros I	1.234	8,1%	9,7%
	6 Cidade Nova I	1.338	8,7%	9,9%
	4 Canhanduba/Rio do Meio	225	1,5%	10,4%
Muito Alto	16 Limoeiro	360	2,4%	10,4%
	21 Espinheiros II	549	3,6%	11,0%
	18 Nossa Senhora das Graças	231	1,5%	11,1%
	14 Imaruí	474	3,1%	11,2%
	17 Murta	596	3,9%	11,9%
	7 Cidade Nova II	770	5,0%	11,9%
	Itajaí	15.317	100%	8,4%

Indicador 4 População de 0 a 5 anos

Definição:
taxa de população de 0 a 5 anos, por região.

Menor valor	Centro	4,6%
Média	Itajaí	8,4%
Maior valor	Cidade Nova II	11,9%

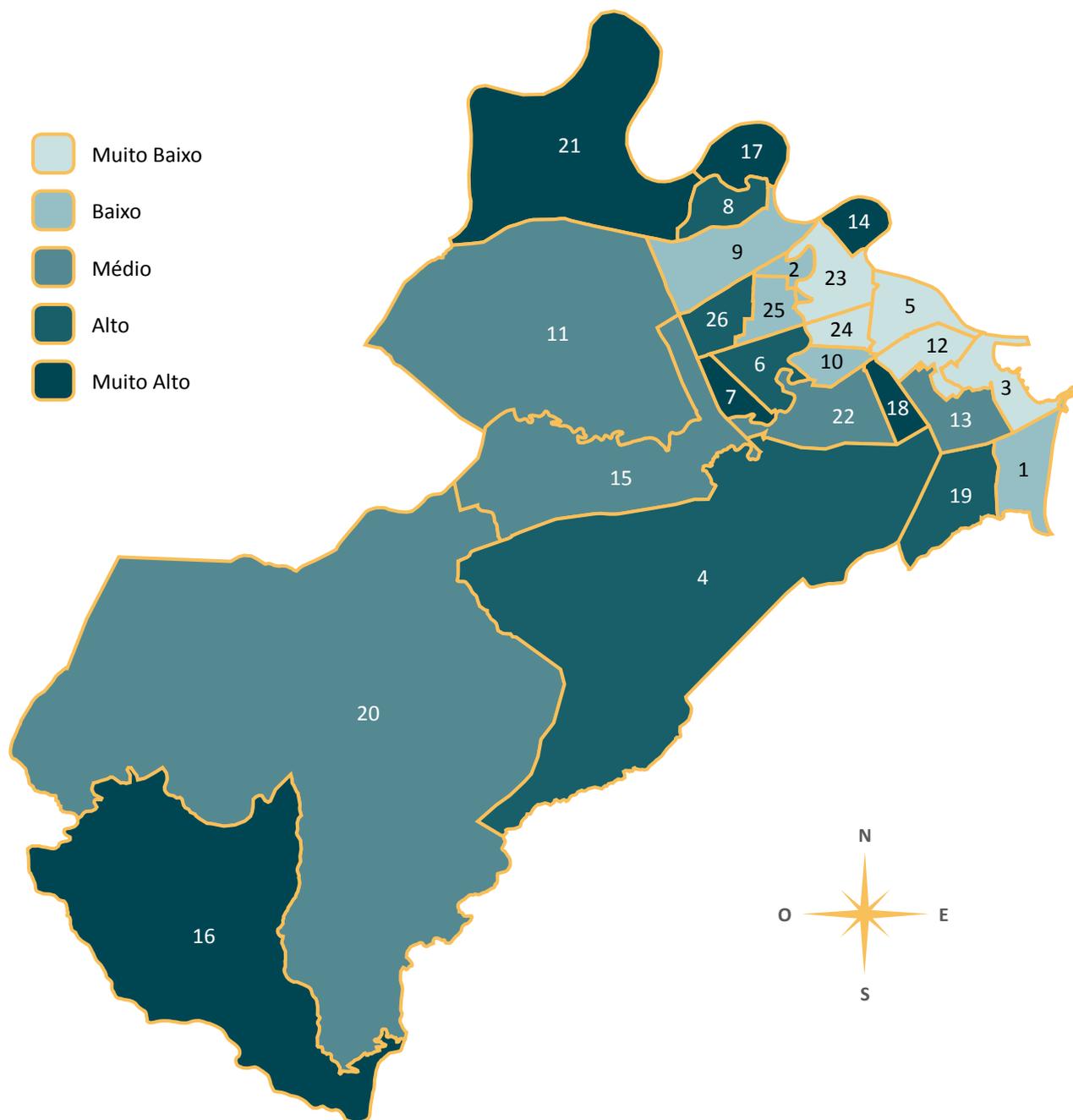
DIFERENÇA:
1,6 vezes
É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (agregados), 2010.

Nota: A Tabela 9 representa na coluna **(%) de 0 a 5 anos**, o percentual (%) de crianças e adolescentes residentes na região, sobre o total de crianças e adolescentes residentes no Município. Na coluna **Indicador por Região (%)** esta representada a taxa em percentual de crianças e adolescentes residentes na região sobre a população total; os resultados desse indicador estão retratados no mapa do Município, ao lado.

Representação gráfica do indicador População de 0 a 5 anos por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do Município conforme a escala de cores.



Na faixa etária de 6 a 11 anos a região São Vicente II é a mais populosa, com 9,6% de sua população total nesta faixa etária. Porém, a Nossa Senhora das Graças tem, proporcionalmente à sua população regional, maior número de crianças de 6 a 11 anos (13,3%).

Tabela 10 – População na faixa etária de 6 a 11 anos

	Região	Total de 6 a 11 anos	(%) de 6 a 11 anos	Indicador por região (%)
Muito Baixo	5 Centro	608	3,7%	5,5%
	24 São Judas/Vila Operária	484	2,9%	5,7%
	12 Fazenda	400	2,4%	5,8%
	23 São João/Barra do Rio	963	5,8%	6,8%
	10 Dom Bosco	472	2,9%	6,9%
Baixo	3 Cabeçadas/Beira Rio	212	1,3%	7,0%
	9 Cordeiros II	1.524	9,2%	7,7%
	1 Praia Brava	154	0,9%	8,2%
	25 São Vicente I	951	5,7%	8,5%
	13 Fazendinha	577	3,5%	8,7%
Médio	2 Bambuzal	530	3,2%	8,7%
	22 Ressacada	257	1,6%	8,7%
	19 Ariribá	227	1,4%	9,4%
	15 Itaipava	481	2,9%	9,6%
	20 Região Rural	290	1,8%	9,7%
Alto	11 Espinheiros I	565	3,4%	10,2%
	16 Limoeiro	359	2,2%	10,4%
	21 Espinheiros II	535	3,2%	10,7%
	8 Cordeiros I	1.406	8,5%	11,1%
	6 Cidade Nova I	1.510	9,1%	11,1%
Muito Alto	26 São Vicente II	1.583	9,6%	11,3%
	4 Canhanduba/Rio do Meio	249	1,5%	11,5%
	7 Cidade Nova II	775	4,7%	12,0%
	17 Murta	620	3,7%	12,4%
	14 Imaruí	548	3,3%	12,9%
	18 Nossa Senhora das Graças	275	1,7%	13,3%
	Itajaí	16.555	100%	9,0%

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (agregados), 2010.

Nota: A Tabela 10 representa na coluna **(%) de 6 a 11 anos**, o percentual (%) de crianças e adolescentes residentes na região, sobre o total de crianças e adolescentes residentes no Município. Na coluna **Indicador por Região (%)** esta representada a taxa em percentual de crianças e adolescentes residentes na região sobre a população total; os resultados desse indicador estão retratados no mapa do Município, ao lado.

Indicador 5 População de 6 a 11 anos

Definição:

taxa de população de 6 a 11 anos, por região.

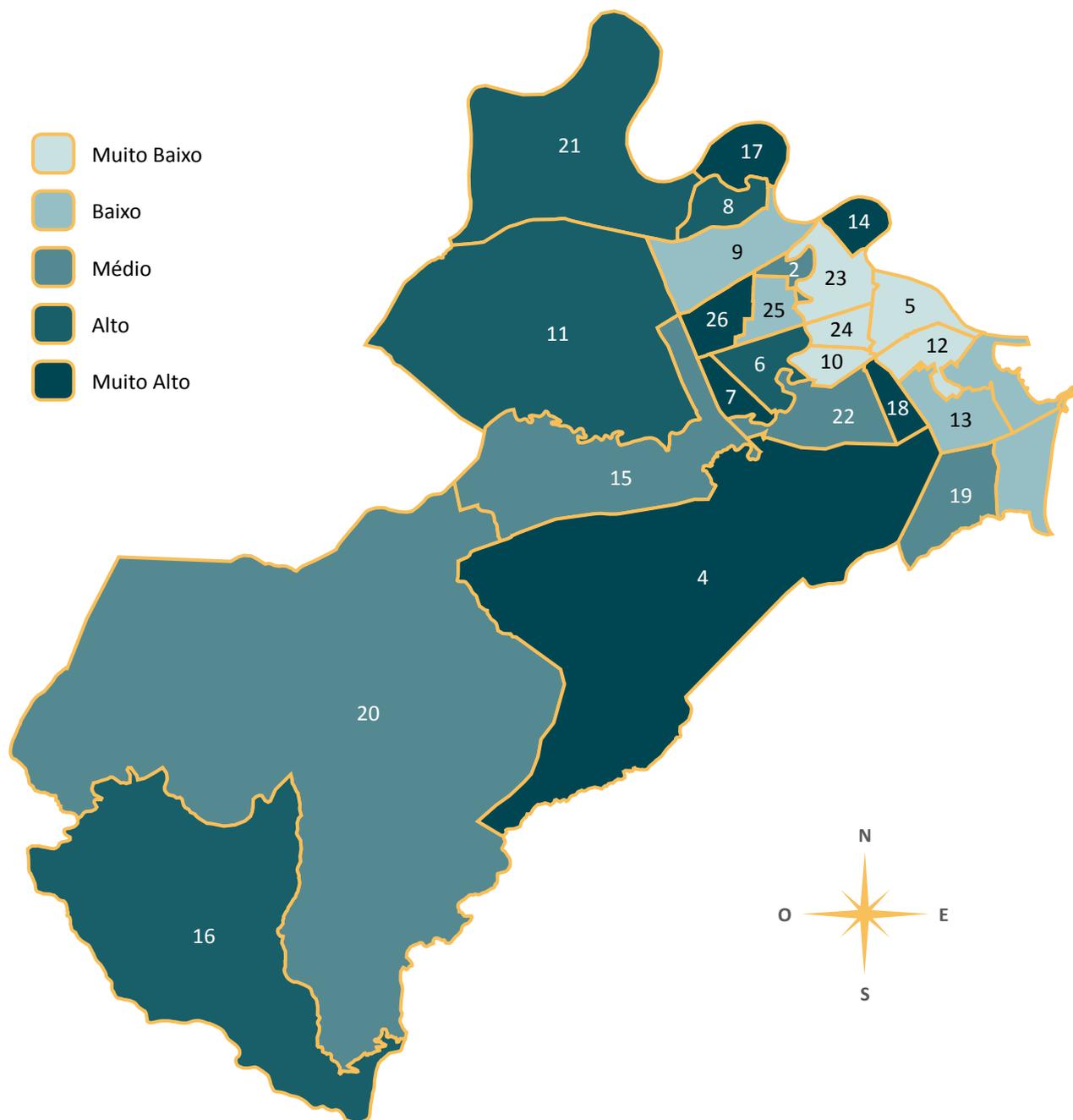
Menor valor	Centro	5,5%
Média	Itajaí	9,0%
Maior valor	Nossa Senhora das Graças	13,3%

DIFERENÇA: 1,4 vezes

É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Representação gráfica do indicador População de 6 a 11 anos por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do Município conforme a escala de cores.



Na faixa etária de 12 a 17 anos, a região mais populosa é Cordeiros II, com 10,1% de sua população total nesta faixa etária. Porém, a Cidade Nova II é a que tem mais adolescentes, proporcionalmente à sua população regional (13,3%).

Tabela 11 – População na faixa etária de 12 a 17 anos

	Região	Total de 12 a 17 anos	(%) de 12 a 17 anos	Indicador por região (%)
Muito Baixo	12 Fazenda	509	2,7%	7,4%
	1 Praia Brava	141	0,7%	7,5%
	5 Centro	864	4,6%	7,9%
	24 São Judas/Vila Operária	673	3,6%	8,0%
	22 Ressacada	244	1,3%	8,3%
Baixo	23 São João/Barra do Rio	1.223	6,5%	8,6%
	3 Cabeçudas/Beira Rio	264	1,4%	8,7%
	10 Dom Bosco	621	3,3%	9,0%
	25 São Vicente I	1.021	5,4%	9,2%
	13 Fazendinha	637	3,4%	9,6%
Médio	9 Cordeiros II	1.895	10,1%	9,6%
	21 Espinheiros II	511	2,7%	10,2%
	2 Bambuzal	634	3,4%	10,4%
	20 Região Rural	317	1,7%	10,6%
	15 Itaipava	539	2,9%	10,7%
Alto	16 Limoeiro	385	2,0%	11,2%
	19 Ariribá	273	1,5%	11,3%
	11 Espinheiros I	635	3,4%	11,5%
	4 Canhanduba/Rio do Meio	253	1,3%	11,7%
	26 São Vicente II	1.673	8,9%	11,9%
Muito Alto	17 Murta	609	3,2%	12,2%
	8 Cordeiros I	1.546	8,2%	12,2%
	14 Imaruí	528	2,8%	12,5%
	6 Cidade Nova I	1.698	9,0%	12,5%
	18 Nossa Senhora das Graças	265	1,4%	12,8%
	7 Cidade Nova II	857	4,6%	13,3%
	Itajaí	18.815	100%	10,3%

Indicador 6 População de 12 a 17 anos

Definição:
taxa de população de 12 a 17 anos, v por região.

Menor valor	Fazenda	7,4%
Média	Itajaí	10,3%
Maior valor	Cidade Nova II	13,3%

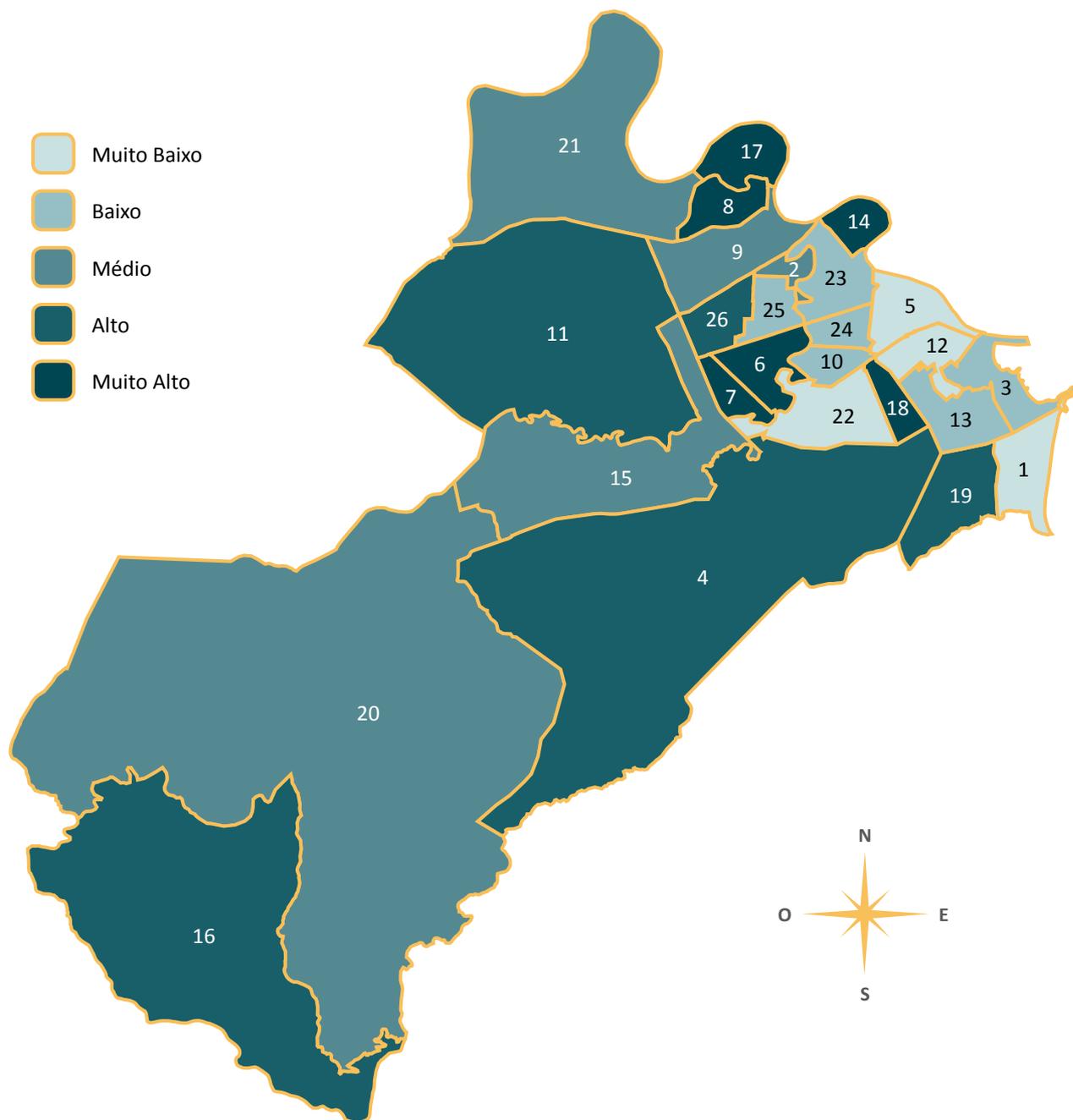
DIFERENÇA:
0,8 vezes
É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (agregados), 2010.

Nota: A Tabela 11 representa na coluna **(%) de 12 a 17 anos**, o percentual (%) de crianças e adolescentes residentes na região, sobre o total de crianças e adolescentes residentes no Município. Na coluna **Indicador por Região (%)** esta representada a taxa em percentual de crianças e adolescentes residentes na região sobre a população total; os resultados desse indicador estão retratados no mapa do Município, ao lado.

Representação gráfica do indicador População de 12 a 17 anos por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do Município conforme a escala de cores.



Quando avaliada a renda per capita até 1/4 do salário mínimo, surpreende a diferença entre as regiões com maior e menor indicador, que é de 90 vezes. Enquanto a Ressacada tem apenas 0,1% dos domicílios nestas condições, a Nossa Senhora das Graças tem 9,9%. Em média, Itajaí apresenta 1,6% dos domicílios com renda per capita até 1/4 SM.

Tabela 12 – Percentual de domicílios com renda per capita até 1/4 SM

	Região	Total de domicílios*	Até 1/4 (127,50)	
			Quant.	(%)
Muito Baixo	22 Ressacada	927	1	0,1%
	24 São Judas/Vila Operária	2.794	11	0,4%
	5 Centro	3.922	18	0,5%
	12 Fazenda	2.462	12	0,5%
	23 São João/Barra do Rio	4.691	27	0,6%
Baixo	1 Praia Brava	656	4	0,6%
	10 Dom Bosco	2.217	16	0,7%
	9 Cordeiros II	6.195	51	0,8%
	16 Limoeiro	1.021	9	0,9%
	25 São Vicente I	3.495	33	0,9%
Médio	3 Cabeçudas/Beira Rio	1.001	11	1,1%
	13 Fazendinha	2.086	23	1,1%
	15 Itaipava	1.445	18	1,2%
	21 Espinheiros II	1.523	20	1,3%
	19 Ariribá	748	10	1,3%
Alto	2 Bambuzal	1.851	26	1,4%
	20 Região Rural	923	18	2,0%
	11 Espinheiros I	1.655	37	2,2%
	26 São Vicente II	4.152	114	2,7%
	6 Cidade Nova I	3.889	109	2,8%
Muito Alto	8 Cordeiros I	3.643	105	2,9%
	4 Canhanduba/Rio do Meio	635	23	3,6%
	17 Murta	1.426	53	3,7%
	7 Cidade Nova II	1.758	71	4,0%
	14 Imaruí	1.174	51	4,3%
18 Nossa Senhora das Graças	485	48	9,9%	
Itajaí		56.774	919	1,6%

Indicador 7

Renda per capita até 1/4 SM

Definição:
taxa de domicílios com renda per capita até 1/4 SM por região.

Menor valor	Ressacada	0,1%
Média	Itajaí	1,6%
Maior valor	Nossa Senhora das Graças	9,9%

DIFERENÇA:
98,0 vezes
É a diferença proporcional entre o maior e o menor valor para este indicador entre as regiões.

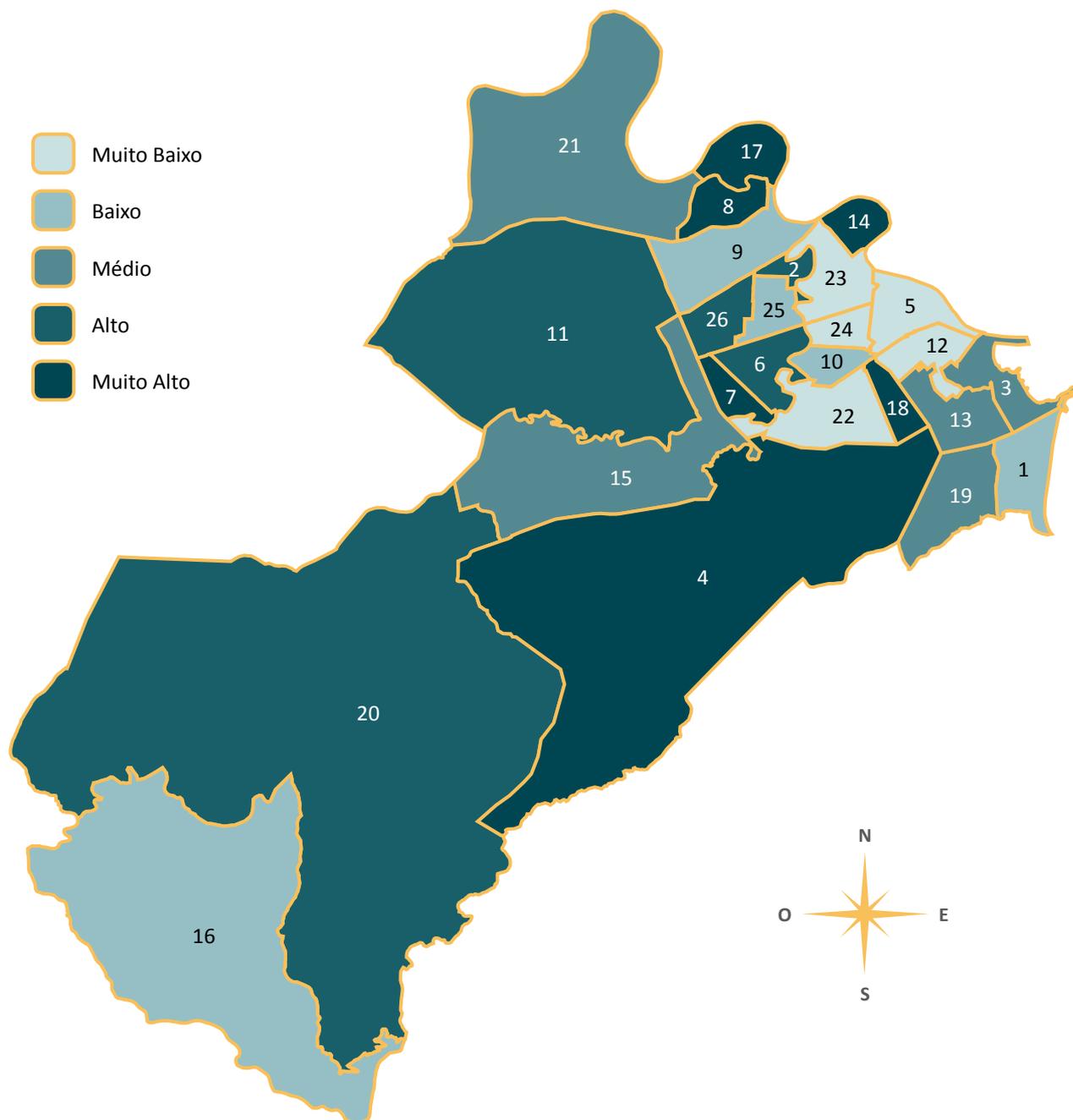
Fonte: IBGE, Censo Demográfico (agregados), 2010.

*Total de domicílios com rendimento.

Nota: Salário Mínimo de referência ano de 2010 R\$ 510,00.

Representação gráfica do indicador Renda per capita até 1/4 SM por região geográfica

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do Município conforme a escala de cores.



6. MAPA SOCIAL

A Tabela 13 apresenta o Mapa Social de vulnerabilidade do perfil socioeconômico de Itajaí indicando quais regiões possuem maior concentração de indicadores acima da média do município. Foram avaliados sete indicadores sendo a maioria relacionados à faixa etária da população, o que destacou as regiões mais populosas na matriz. Ressalta-se o indicador Renda *per capita* até 1/4 do salário mínimo, que apresentou percentuais acima da média do município em 10 regiões sendo elas: Cidade Nova I; Cordeiros I; São Vicente II; Canhanduba/Rio do Meio; Cidade Nova II; Espinheiros I; Imaruí; Murta; Nossa Senhora das Graças; Região Rural.

Tabela 13 – Mapa Social de vulnerabilidade do perfil socioeconômico de Itajaí

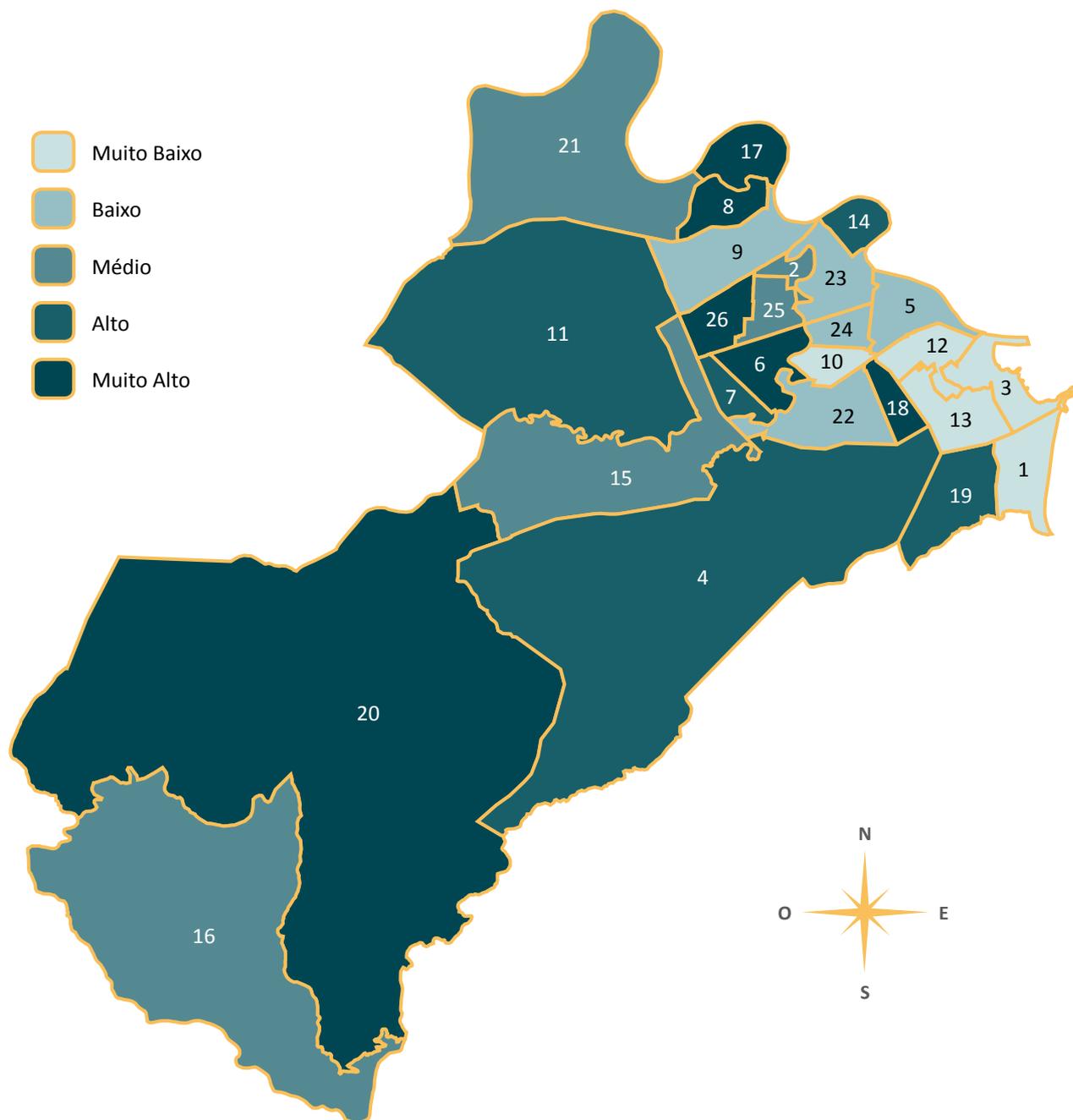
Região	População	Densidade Domiciliar	De 0 a 5 anos	De 6 a 11 anos	De 12 a 17 anos	De 0 a 17 anos	Renda per capital até 1/4 (R\$ 127,50)	Indicadores acima da média de Itajaí	(%) Destaque	
Muito Baixo	1 Praia Brava	1,0%	2,8	7,7%	8,2%	7,5%	23,4%	0,6%	0	0,0%
	3 Cabeçadas/Beira Rio	1,6%	2,9	5,8%	7,0%	8,7%	21,6%	1,1%	0	0,0%
	10 Dom Bosco	3,7%	3,0	7,3%	6,9%	9,0%	23,2%	0,7%	0	0,0%
	12 Fazenda	3,8%	2,7	5,6%	5,8%	7,4%	18,7%	0,5%	0	0,0%
	13 Fazendinha	3,6%	3,1	8,2%	8,7%	9,6%	26,5%	1,1%	0	0,0%
Baixo	22 Ressacada	1,6%	3,1	8,6%	8,7%	8,3%	25,7%	0,1%	1	14,3%
	5 Centro	6,0%	2,7	4,6%	5,5%	7,9%	18,1%	0,5%	1	14,3%
	9 Cordeiros II	10,7%	3,1	8,0%	7,7%	9,6%	25,4%	0,8%	1	14,3%
	23 São João/Barra do Rio	7,7%	3,0	5,7%	6,8%	8,6%	21,1%	0,6%	1	14,3%
	24 São Judas/Vila Operária	4,6%	3,0	5,6%	5,7%	8,0%	19,3%	0,4%	1	14,3%
Médio	25 São Vicente I	6,1%	3,1	7,8%	8,5%	9,2%	25,4%	0,9%	1	14,3%
	2 Bambuzal	3,3%	3,2	8,1%	8,7%	10,4%	27,3%	1,4%	2	28,6%
	15 Itaipava	2,7%	3,4	8,3%	9,6%	10,7%	28,6%	1,2%	4	57,1%
	21 Espinheiros II	2,7%	3,2	11,0%	10,7%	10,2%	32,0%	1,3%	4	57,1%
	16 Limoeiro	1,9%	3,4	10,4%	10,4%	11,2%	32,0%	0,9%	5	71,4%
Alto	19 Ariribá	1,3%	3,2	9,7%	9,4%	11,3%	30,4%	1,3%	5	71,4%
	4 Canhanduba/Rio do Meio	1,2%	3,4	10,4%	11,5%	11,7%	33,5%	3,6%	6	85,7%
	7 Cidade Nova II	3,5%	3,6	11,9%	12,0%	13,3%	37,2%	4,0%	6	85,7%
	11 Espinheiros I	3,0%	3,3	9,4%	10,2%	11,5%	31,1%	2,2%	6	85,7%
	14 Imaruí	2,3%	3,6	11,2%	12,9%	12,5%	36,6%	4,3%	6	85,7%
Muito Alto	17 Murta	2,7%	3,4	11,9%	12,4%	12,2%	36,5%	3,7%	6	85,7%
	18 Nossa Senhora das Graças	1,1%	4,2	11,1%	13,3%	12,8%	37,2%	9,9%	6	85,7%
	20 Região Rural	1,6%	3,2	9,4%	9,7%	10,6%	29,8%	2,0%	6	85,7%
	6 Cidade Nova I	7,4%	3,4	9,9%	11,1%	12,5%	33,5%	2,8%	7	100,0%
	8 Cordeiros I	6,9%	3,4	9,7%	11,1%	12,2%	33,0%	2,9%	7	100,0%
26 São Vicente II	7,7%	3,3	9,7%	11,3%	11,9%	32,8%	2,7%	7	100,0%	
Itajaí	3,8%	3,2	8,4%	9,0%	10,3%	27,6%	1,6%	7	100,0%	

*Os destaques dos indicadores deste Mapa Social estão representados geograficamente na página 59 mostrando os bairros que necessitam de maior atenção no município de Itajaí.

Legenda cor:
indicadores acima da
média de Itajaí

Representação gráfica do Mapa Social de vulnerabilidade do perfil socioeconômico de Itajaí

O mapa a seguir, mostra a divisão das regiões do município de Itajaí em cinco categorias classificadas pelo método *quintil* indicando as regiões com maior e a menor incidência de taxas acima da média geral do Município conforme a escala de cores.



Legenda dos bairros

1	Praia Brava	8	Cordeiros I	15	Itaipava	22	Ressacada
2	Bambuzal	9	Cordeiros II	16	Limoeiro	23	São João/Barra do Rio
3	Cabeçadas/Beira Rio	10	Dom Bosco	17	Murta	24	São Judas/Vila Operária
4	Canhanduba/Rio do Meio	11	Espinheiros I	18	Nossa Senhora das Graças	25	São Vicente I
5	Centro	12	Fazenda	19	Ariribá	26	São Vicente II
6	Cidade Nova I	13	Fazendinha	20	Região Rural		
7	Cidade Nova II	14	Imaruí	21	Espinheiros II		

7. MATRIZ DE CORRELAÇÃO

A matriz de correlação consiste na sistematização dos indicadores apresentados neste volume, com objetivo de identificar se existe relação entre os números por eles retratados. Para sua construção, primeiramente foi definida uma medida que permite avaliar o quanto duas variáveis⁹ estão associadas uma com a outra, por meio do *coeficiente de correlação linear*, cuja interpretação é realizada com base no critério de variação de +100% até -100%, sendo que:

- a) Quanto mais próximo de 0% menor é a relação entre as variáveis, sendo que quando for 0% pode-se assumir que não existe relação;
- b) Quanto mais próximo de +/-100% mais forte a relação entre as variáveis. Esta relação pode ser positiva (+100%) ou negativa (-100%). Na relação positiva entende-se que quanto maior o número que uma variável assume, maior também será o número assumido pela outra variável. Já na relação negativa (-100%), quanto maior o número que uma variável assume, menor será o número assumido pela outra variável.

O Quadro 7 mostra a intensidade das relações assumidas para a análise.

Quadro 7 – Interpretação do coeficiente de correlação.

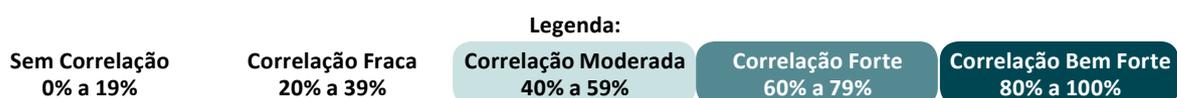
Valor da correlação positiva ou negativa	Interpretação
0% a 19%	Sem correlação
20% a 39%	Correlação fraca
40% a 59%	Correlação moderada
60% a 79%	Correlação forte
80% a 100%	Correlação bem forte

¹¹ Entende-se por variável um conjunto de números de um estudo, por exemplo: número de notificações de violação de direito é uma variável.

O Quadro 8 mostra que a maior parte dos indicadores possui forte ou bem forte grau de correlação, pois se referem a diferentes faixas etárias, o que faz com que a correlação seja esperada. O indicador de vulnerabilidade social (Renda Per Capita de até 1/4 do salário mínimo) também se mostra altamente correlacionado com a população distribuída por faixa etária, indicando que onde há maior concentração de pessoas, há também maior percentual de domicílios com renda per capita de até 1/4 do salário mínimo.

Quadro 8 – Matriz de correlação entre os indicadores

Idicador	População	Densidade Domiciliar	De 0 a 5 anos	De 6 a 11 anos	De 12 a 17 anos	De 0 a 17 anos
Densidade Domiciliar	-16,3%					
De 0 a 5 anos	-29,0%	81,7%				
De 6 a 11 anos	-24,6%	88,9%	95,3%			
De 12 a 17 anos	-6,6%	88,0%	87,0%	91,4%		
De 0 a 17 anos	-21,4%	88,7%	97,2%	98,7%	95,1%	
Renda per capita até 1/4 (R\$ 127,50)	-21,3%	87,1%	64,0%	77,0%	73,2%	73,6%



8. ESTATÍSTICAS COMPLEMENTARES

Nesta parte do relatório são apresentadas estatísticas complementares relacionadas ao perfil da população residente em Itajaí obtidas de bases secundárias agregadas do censo demográfico de IBGE 2010.

O IDHM¹² de Itajaí em 2010 é de 0,795, o que situa o município na faixa de Desenvolvimento Humano Alto, e o posiciona na 56ª do ranking entre os 5.565 municípios brasileiros. A dimensão que mais contribuiu para seu alto índice é a Longevidade, com índice de 0,884, seguida de Renda, com índice de 0,778, e de Educação, com índice de 0,730.



Retomando os números populacionais apresentados pelos Indicadores Sociais, a população no último Censo (2010) era de 183.373 habitantes, e população estima (projetada para 2018) de 215.895. A Tabela 14 mostra que Itajaí tem quase 1% a mais de população feminina (50,9%) em relação à população masculina (49,1%). Já na Tabela 15 mostra que apenas 5,4% da população mora em áreas rurais

Tabela 14 – Sexo da população de Itajaí

Sexo	Quant.	(%)
Feminina	93.262	50,9%
Masculina	90.111	49,1%
Total	183.373	100,0%

Fonte: IBGE, 2010.

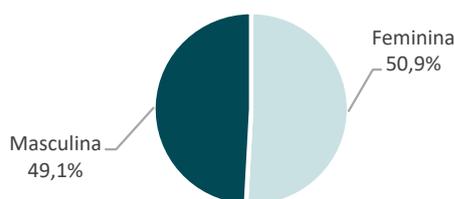
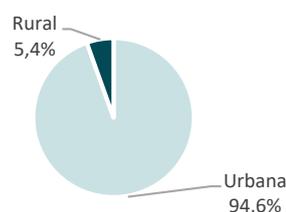


Tabela 15 – Área de residência da população de Itajaí

Região	Quant.	(%)
Urbana	173.452	94,6%
Rural	9.921	5,4%
Total	183.373	100,0%

Fonte: IBGE, 2010.



12 O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda, disponibilizada pelo Atlas Brasil. Segue as mesmas dimensões do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH Global) – medida comparativa usada para classificar os países, criando em 1990 e usado desde 1993 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) – porém tem sua metodologia adequada ao contexto brasileiro e a disponibilidade dos indicadores nacionais. Disponível em: < <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>

Observando a faixa etária de 0 a 17 anos, tem-se que a população do sexo feminino, com 49%, é um pouco menor do que a média geral do município, com 50,9%.

Tabela 16 – Sexo da população de 0 a 17 anos por região

Região	Feminino		Masculino		População de 0 a 17 anos
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
1 Praia Brava	208	47,3%	232	52,7%	440
2 Bambuzal	815	49,2%	841	50,8%	1.656
3 Cabeçudas/Beira Rio	322	49,4%	330	50,6%	652
4 Canhanduba/Rio do Meio	354	48,7%	373	51,3%	727
5 Centro	990	49,9%	992	50,1%	1.982
6 Cidade Nova I	2.197	48,3%	2.349	51,7%	4.546
7 Cidade Nova II	1.171	48,8%	1.231	51,2%	2.402
8 Cordeiros I	2.049	48,9%	2.137	51,1%	4.186
9 Cordeiros II	2.445	49,0%	2.545	51,0%	4.990
10 Dom Bosco	814	51,1%	778	48,9%	1.592
11 Espinheiros I	840	48,8%	880	51,2%	1.720
12 Fazenda	610	47,1%	686	52,9%	1.296
13 Fazendinha	868	49,2%	895	50,8%	1.763
14 Imaruí	800	51,6%	750	48,4%	1.550
15 Itaipava	746	51,8%	693	48,2%	1.439
16 Limoeiro	544	49,3%	560	50,7%	1.104
17 Murta	907	49,7%	918	50,3%	1.825
18 Nossa Senhora das Graças	395	51,2%	376	48,8%	771
18 São João/Barra do Rio	1.457	48,7%	1.535	51,3%	2.992
19 Ariribá	361	49,1%	374	50,9%	735
19 São Judas/Vila Operária	783	48,1%	844	51,9%	1.627
20 Região Rural	426	48,0%	462	52,0%	888
20 São Vicente I	1.372	48,4%	1.465	51,6%	2.837
21 Espinheiros II	763	47,8%	832	52,2%	1.595
21 São Vicente II	2.230	48,3%	2.388	51,7%	4.618
22 Ressacada	354	46,9%	400	53,1%	754
Itajaí	24.821	49,0%	25.866	51,0%	50.687

Fonte: IBGE, 2010.

A Tabela 17 mostra a representação da raça ou cor em cada região de Itajaí. A região Nossa Senhora das Graças é que mais tem a raça ou cor parda (20,9%), a Ressacada tem o maior percentual da raça ou cor amarela (0,9%), a Nossa Senhora das Graças tem o maior percentual da raça ou cor preta (10,8%) e a Praia Brava tem o maior percentual da raça ou cor indígena (0,5%).

Tabela 17 – Raça e cor da população residente em Itajaí em 2010

Região	Branca		Preta		Amarela		Parda		Indígena		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
19 Ariribá	2.133	88,4%	66	2,7%	3	0,1%	212	8,8%	0	0,0%	2.414	100,0%
2 Bambuzal	5.151	84,8%	226	3,7%	29	0,5%	664	10,9%	4	0,1%	6.074	100,0%
3 Cabeçadas/Beira Rio	2.798	92,6%	33	1,1%	1	0,0%	183	6,1%	5	0,2%	3.020	100,0%
4 Canhanduba/Rio do Meio	1.892	87,2%	36	1,7%	6	0,3%	235	10,8%	0	0,0%	2.169	100,0%
5 Centro	10.045	91,6%	326	3,0%	55	0,5%	538	4,9%	7	0,1%	10.971	100,0%
6 Cidade Nova I	10.795	79,6%	906	6,7%	32	0,2%	1.820	13,4%	13	0,1%	13.566	100,0%
7 Cidade Nova II	4.998	77,4%	272	4,2%	15	0,2%	1.170	18,1%	3	0,0%	6.458	100,0%
8 Cordeiros I	9.740	76,9%	611	4,8%	52	0,4%	2.243	17,7%	27	0,2%	12.673	100,0%
9 Cordeiros II	17.083	86,8%	612	3,1%	58	0,3%	1.900	9,7%	23	0,1%	19.676	100,0%
10 Dom Bosco	5.964	86,9%	312	4,5%	37	0,5%	542	7,9%	8	0,1%	6.863	100,0%
11 Espinheiros I	4.726	85,4%	108	2,0%	16	0,3%	687	12,4%	0	0,0%	5.537	100,0%
21 Espinheiros II	3.996	80,1%	142	2,8%	11	0,2%	835	16,7%	7	0,1%	4.991	100,0%
12 Fazenda	6.366	92,0%	188	2,7%	46	0,7%	321	4,6%	2	0,0%	6.923	100,0%
13 Fazendinha	5.935	89,2%	209	3,1%	18	0,3%	491	7,4%	4	0,1%	6.657	100,0%
14 Imaruí	3.120	73,7%	219	5,2%	9	0,2%	885	20,9%	1	0,0%	4.234	100,0%
15 Itaipava	4.381	87,1%	157	3,1%	16	0,3%	465	9,3%	8	0,2%	5.027	100,0%
16 Limoeiro	2.820	81,8%	72	2,1%	4	0,1%	551	16,0%	0	0,0%	3.447	100,0%
17 Murta	3.871	77,3%	292	5,8%	14	0,3%	810	16,2%	19	0,4%	5.006	100,0%
18 Nossa Senhora das Graças	1.414	68,2%	223	10,8%	5	0,2%	431	20,8%	0	0,0%	2.073	100,0%
1 Praia Brava	1.579	84,0%	70	3,7%	13	0,7%	208	11,1%	10	0,5%	1.880	100,0%
20 Região Rural	2.674	89,6%	28	0,9%	7	0,2%	272	9,1%	2	0,1%	2.983	100,0%
22 Ressacada	2.696	91,8%	36	1,2%	25	0,9%	180	6,1%	1	0,0%	2.938	100,0%
23 São João/Barra do Rio	12.561	88,8%	542	3,8%	64	0,5%	980	6,9%	3	0,0%	14.150	100,0%
24 São Judas/Vila Operária	7.457	88,5%	315	3,7%	43	0,5%	608	7,2%	7	0,1%	8.430	100,0%
25 São Vicente I	9.494	85,1%	439	3,9%	46	0,4%	1.161	10,4%	12	0,1%	11.152	100,0%
26 São Vicente II	10.556	75,1%	752	5,3%	65	0,5%	2.664	18,9%	24	0,2%	14.061	100,0%
Itajaí	154.245	84,1%	7.192	3,9%	690	0,4%	21.056	11,5%	190	0,1%	183.373	100,0%

Fonte: IBGE, 2010.

Quando avaliada a renda per capita, dividiu-se o município em três faixas: de até 1/4 do SM, de 1/4 a 1/2 do SM; e, acima de 1/2 do SM. Tem-se que mais de 90% das famílias de Itajaí tem rendimento per capita superior a 1/2 SM. Apenas 9,1% tem rendimento inferior a 1/2 SM.

Tabela 18 – Renda per capita

Região							Total de domicílios*
	Até 1/4 (127,50)		De 1/4 a 1/2 (R\$ 127,51 a R\$ 255,00)		Mais de 1/2 (Mais de R\$ 255,01)		
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
1 Praia Brava	4	0,6%	24	3,7%	628	95,7%	656
2 Bambuzal	26	1,4%	157	8,5%	1.668	90,1%	1.851
3 Cabeçudas/Beira Rio	11	1,1%	43	4,3%	947	94,6%	1.001
4 Canhanduba/Rio do Meio	23	3,6%	81	12,8%	531	83,6%	635
5 Centro	18	0,5%	67	1,7%	3.837	97,8%	3.922
6 Cidade Nova I	109	2,8%	494	12,7%	3.286	84,5%	3.889
7 Cidade Nova II	71	4,0%	279	15,9%	1.408	80,1%	1.758
8 Cordeiros I	105	2,9%	455	12,5%	3.083	84,6%	3.643
9 Cordeiros II	51	0,8%	321	5,2%	5.823	94,0%	6.195
10 Dom Bosco	16	0,7%	89	4,0%	2.112	95,3%	2.217
11 Espinheiros I	37	2,2%	167	10,1%	1.451	87,7%	1.655
12 Fazenda	12	0,5%	69	2,8%	2.381	96,7%	2.462
13 Fazendinha	23	1,1%	157	7,5%	1.906	91,4%	2.086
14 Imaruí	51	4,3%	191	16,3%	932	79,4%	1.174
15 Itaipava	18	1,2%	101	7,0%	1.326	91,8%	1.445
16 Limoeiro	9	0,9%	52	5,1%	960	94,0%	1.021
17 Murta	53	3,7%	179	12,6%	1.194	83,7%	1.426
18 Nossa Senhora das Graças	48	9,9%	135	27,8%	302	62,3%	485
18 São João/Barra do Rio	27	0,6%	179	3,8%	4.485	95,6%	4.691
19 Ariribá	10	1,3%	48	6,4%	690	92,2%	748
19 São Judas/Vila Operária	11	0,4%	81	2,9%	2.702	96,7%	2.794
20 Região Rural	18	2,0%	81	8,8%	824	89,3%	923
20 São Vicente I	33	0,9%	212	6,1%	3.250	93,0%	3.495
21 Espinheiros II	20	1,3%	122	8,0%	1.381	90,7%	1.523
21 São Vicente II	114	2,7%	462	11,1%	3.576	86,1%	4.152
22 Ressacada	1	0,1%	18	1,9%	908	98,0%	927
Itajaí	919	1,6%	4.264	7,5%	51.591	90,9%	56.774

Fonte: IBGE, 2010.

9. PESQUISA DE PERCEPÇÃO

O Diagnóstico também priorizou a manifestação dos adolescentes e pais ou responsáveis, razão que orientou a inclusão de duas pesquisas de percepção de caráter quantitativo com metodologia de Amostragem Aleatória estratificada por região territorial – ideal para investigar população em que se pressupõe a presença de diferentes características por estrato amostral – conforme plano detalhado no Quadro 9.

Quadro 9 – Plano Amostral

Pesquisa	Adolescentes	Responsáveis
Método	Quantitativo	Quantitativo
Universo	12 a 17 anos, residentes em Itajaí	18 a 69 anos residentes em Itajaí que sejam responsáveis por pelo menos uma pessoa na faixa etária de 0 a 21 anos
Unidade amostral	Pessoa com idade 12 a 17 anos	Pessoa com idade de 18 a 69 anos responsável por pelo menos uma pessoa da faixa etária de 0 a 21 anos
Amostragem	Aleatória	Aleatória
Estratificação	Região	Região
Tamanho da amostra	396	330
Erro	5%	5%
Confiança	95%	95%

Fonte: Painei Instituto de Pesquisas, 2018.

Nota: Apesar da estratificação ter sido realizada por região, os dados não serão apresentados neste nível de estratificação, pois alguns bairros tiveram amostras muito pequenas, não representativas.

Ambas as pesquisas seguiram formato proposto pelo Diagnóstico, cujos instrumentos de coleta foram desenvolvidos Pela Painei Pesquisas com base nos eixos de direitos fundamentais revistos no Estatuto da Criança e do Adolescente, em que foram abordados temas como o perfil convivência familiar e comunitária, trabalho e profissionalização, respeito e dignidade, aspectos nas áreas de educação, esporte, cultura e lazer, saúde, mídias digitais e outros. Assim, destaca-se que os questionários aplicados foram construídos em conjunto com a Comissão de Acompanhamento do Diagnóstico – das quais participaram representantes das áreas de promoção da cidadania, saúde, educação, assistência social, das instituições não governamentais, e do poder judiciário.

As pesquisas foram realizadas no mês de outubro de 2018, de segunda a sexta-feira, por entrevistadores treinados para manter postura acolhedora, amigável, imparcial e sigilosa, para que os entrevistados pudessem sentir-se confortáveis em responder perguntas de cunho íntimo e da rotina familiar.

Para a pesquisa dos adolescentes foram selecionadas nove escolas da rede pública municipal e estadual e da rede privada, respeitando a estratificação territorial da amostra. Já para a pesquisa com pais e responsáveis foram realizadas em locais públicos, ruas, praças e nas proximidades de equipamentos como escolas, unidades de saúde, CRAS, CREAS, dentre outros.

Quadro 10 – Pesquisa autodeclaratória

A pesquisa foi autodeclaratória, ou seja, as perguntas foram respondidas pelos entrevistados, sem julgamento dos entrevistadores.



9.1. ANÁLISE DAS PESQUISAS DE PERCEPÇÃO

A análise das pesquisas de percepção dos adolescentes e dos pais e responsáveis serão apresentadas concomitante, com objetivo de traçar um comparativo em relação a percepção desses dois grupos, organizados por temas como perfil dos entrevistados; conhecimento do ECA; convívio familiar e comunitária; trabalho e profissionalização; saúde; respeito, liberdade e igualdade; educação; medida socioeducativa; acesso a esporte, cultura e lazer; educação; redes e mídias sociais.

9.1.1. PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Foram entrevistados 330 pais e responsáveis de crianças e jovens na faixa etária. Destes, 6,4% disseram ter guarda compartilhada e apenas 3 (0,9%) afirmaram que perderam a guarda de seus filhos.

Tabela 19 – Responsáveis com guarda de crianças ou adolescentes

Sexo	Quant.	(%)
Feminino	128	16,2%
Masculino	585	83,8%
Total Geral	713	100,0%

Em relação a quantidade de filhos, a maioria (41,2%) tinham dois filhos e 2,4% tinham filhos por adoção.

Tabela 20 – Quantidade de filhos dos responsáveis entrevistados

Quantos filhos	Quant.	(%)
Um filho	93	28,2%
Dois filhos	136	41,2%
Três filhos	66	20,0%
Quatro filhos	26	7,9%
Cinco filhos	2	0,6%
Seis filhos	5	1,5%
Oito filhos	1	0,3%
Dez filhos	1	0,3%
Respondentes	330	100,0%

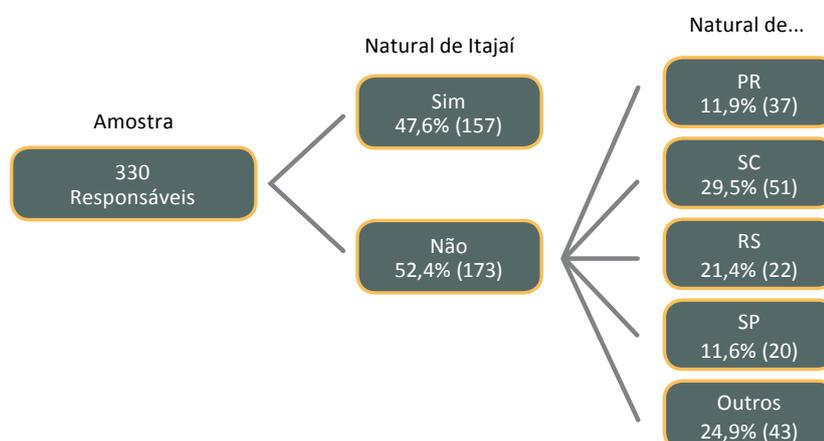
A Tabela 20 mostra a distribuição de filhos por faixa etária. A maioria dos entrevistados (53,9%) não tinham filhos de 0 a 5 anos, e pelo menos um entre 6 e 11 anos (54,2%).

Tabela 21 – Distribuição de filhos por faixa etária

Número de filhos	De 0 a 5 anos		De 6 a 11 anos		De 12 a 17 anos		18 anos ou mais	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sem filhos	178	53,9%	151	45,8%	170	51,5%	239	72,4%
Um filho	124	37,6%	148	44,8%	134	40,6%	56	17,0%
Dois filhos	25	7,6%	29	8,8%	24	7,3%	25	7,6%
Três filhos	3	0,9%	2	0,6%	1	0,3%	7	2,1%
Quatro filhos				0,0%	1	0,3%	1	0,3%
Cinco filhos						0,0%	1	0,3%
Nove filhos						0,0%	1	0,3%
Total	330	100,0%	330	100,0%	330	100,0%	330	100,0%

Sobre a naturalidade dos pais e responsáveis, 47,6% são naturais de Itajaí. Dos 52,4% que não são, 29,5% são naturais de outras cidades de Santa Catarina, e os demais vêm de outros Estados, como mostra o Quadro 11.

Quadro 11 – Naturalidade dos responsáveis moradores de Itajaí



A faixa etária mais entrevistada foi de 30 a 39 anos, representando 45,5% da amostra. Outras faixas com bastante entrevistados foi a de 40 a 49 anos com 26,1% e a de 22 a 29 anos com mais 18,8% dos entrevistados.

Tabela 22 – Faixa etária dos entrevistados

Faixa etária	Quant.	(%)
De 18 a 21 anos	13	3,9%
De 22 a 29 anos	62	18,8%
De 30 a 39 anos	150	45,5%
De 40 a 49 anos	86	26,1%
De 50 a 59 anos	12	3,6%
60 anos ou mais	4	1,2%
Não informado	3	0,9%
Respondentes	330	100,0%

O sexo dos entrevistados responsáveis foi na maioria feminino, 79,4%, sendo que 98,2% afirmou ter orientação heterossexual.

Tabela 23 – Sexo dos entrevistados

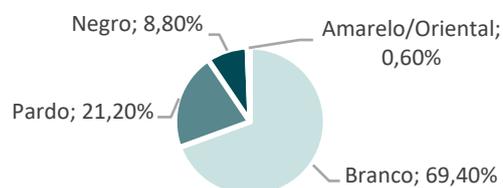
Sexo	Quant.	(%)
Feminino	262	79,4%
Masculino	68	20,6%
Respondentes	330	100,0%



Sobre a raça, cor ou etnia, 69,4% se declararam brancos e 21,2% pardos.

Tabela 24 – Raça, etnia ou cor declarada pelos responsáveis

Raça/Etnia/Cor	Quant.	(%)
Branco	229	69,4%
Pardo	70	21,2%
Negro	29	8,8%
Amarelo/Oriental	2	0,6%
Respondentes	330	100,0%



A união estável foi bem representativa entre os entrevistados (32,1%). A metade, 50%, é casado. Os divorciados, solteiros e viúvos representaram aproximadamente 18% dos entrevistados.

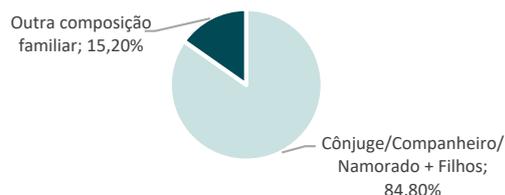
Tabela 25 – Estado civil dos responsáveis

Estado civil	Quant.	(%)
Casado(a)	165	50,0%
Separado(a)/divorciado(a)	20	6,1%
Solteiro(a)	35	10,6%
União estável	106	32,1%
Viúvo(a)	4	1,2%
Respondentes	330	100,0%

Analisando a composição familiar, 84,5% tem composição com companheiro e filhos, e apenas 15,2% tem outra arranjo familiar, com a participação de pais, outros familiares ou pessoas sem laços consanguíneos.

Tabela 26 – Composição familiar do responsável

Mora com quem	Quant.	(%)
Cônjuge/Companheiro/Namorado + Filhos	280	84,8%
Outra composição familiar	50	15,2%
Respondentes	330	-



Detalhando, a composição familiar por tipo de parentesco, a Tabela 27 demonstra que apenas 0,6% dos entrevistados mora com pessoas sem laços consanguíneos.

Tabela 27 – Pessoas que moram com o responsável

Mora com quem	Quant.	(%)
Cônjuge/Companheiro/Namorado	267	80,9%
Mãe	27	8,2%
Sozinho	22	6,7%
Pai	18	5,5%
Outros familiares	28	8,5%
Pessoas sem laços consanguíneos	2	0,6%
Respondentes*	330	-

*Um responsável poderia citar várias pessoas que moram com ele, por isso a soma ultrapassa 100%.

E por último, perguntou-se para os entrevistados sobre a renda familiar e a escolaridade. A renda girou em torno de 1 a 3 salários mínimos, representando 65%.

Tabela 28 – Renda familiar dos responsáveis

Faixa de renda	Quant.	(%)
Sem Rendimentos	3	0,9%
Até 954,00 (Até 1 SM)	14	4,2%
De 955,00 a 1.908,00 (Mais de 1 a 2 SM)	114	34,5%
De 1.909,00 a 2.862,00 (Mais de 2 a 3 SM)	104	31,5%
De 2.863,00 a 4.770,00 (Mais de 3 a 5 SM)	60	18,2%
De 4.771,00 a 6.678,00 (Mais de 5 a 7 SM)	23	7,0%
De 6.679,00 a 9.540,00 (Mais de 7 a 10 SM)	4	1,2%
De 9.541,00 a 19.080,00 (Mais de 10 a 20 SM)	4	1,2%
Mais de 19.081,00	2	0,6%
Não quis informar	2	0,6%
Respondentes	330	100,0%

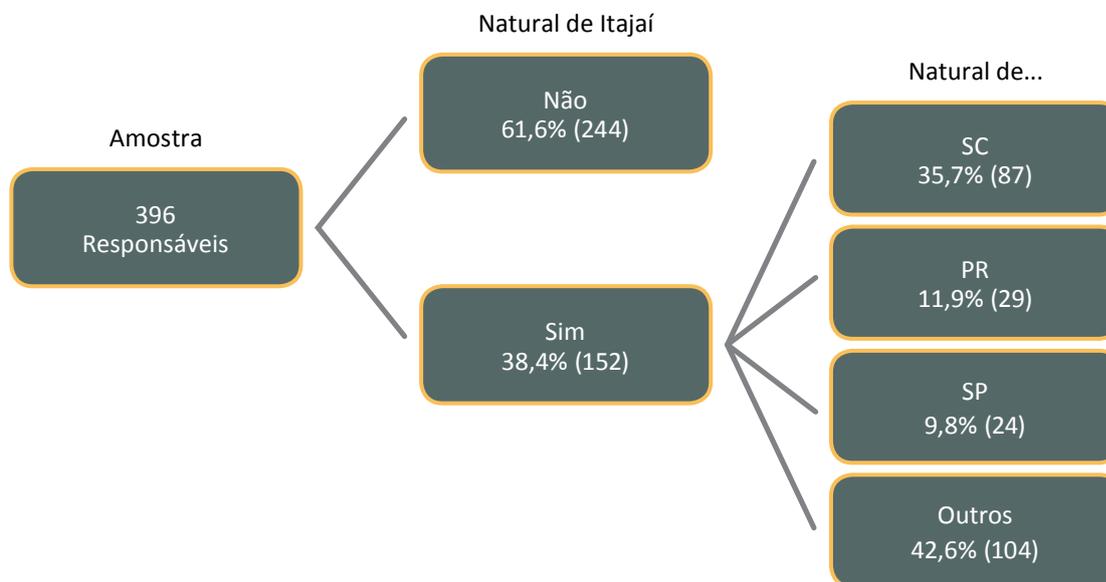
Sobre a escolaridade, maioria dos entrevistados possui ensino médio completo ou superior incompleto (38,5%), e 10,9% têm superior completo. Apenas 6,1% afirmaram estar estudando atualmente.

Tabela 29 – Escolaridade dos responsáveis

Escolaridade	Quant.	(%)
Analfabeto / Fundamental I incompleto	12	3,6%
Fundamental I completo / Fundamental II incompleto	64	19,4%
Fundamental II completo / Médio incompleto	91	27,6%
Médio completo / Superior incompleto	127	38,5%
Superior completo	36	10,9%
Respondentes	330	100,0%

Entrando no perfil dos adolescentes, a pesquisa mostrou que 61,6% deles não nasceram em Itajaí, ou seja, nasceram em outras cidades e posteriormente vieram para Itajaí com suas famílias, como mostra o Quadro 12. Ressalta-se que foram encontrados na pesquisa três adolescentes nascidos no exterior (Alemanha, Argentina e Haiti), representando 0,8% do total de entrevistados.

Quadro 12 – Naturalidade dos adolescentes moradores de Itajaí



Além da naturalidade, também foi questionada sobre a etnia, raça ou cor dos entrevistados. A Tabela 30 mostrou que o percentual de brancos atingiu 62,1% e o pardo 26,0%. No último Censo (IBGE, 2010), considerando a população geral, o percentual de branco foi 84,1% e de 11,5% para pardos.

Tabela 30 – Raça, etnia ou cor dos adolescentes

Etnia/Raça/Cor	Quant.	(%)
Branco	246	62,1%
Pardo	103	26,0%
Preto	29	7,3%
Amarelo/oriental	8	2,0%
Indígena	6	1,5%
Não informado	4	1,0%
Respondentes	396	100,0%

Como apresentado na metodologia, a faixa etária dos entrevistados é de 12 a 17 anos, e se distribuiu entre as idades da seguinte forma: 4,0% com 12 anos; 9,1% com 13 anos; 2,3% com 14 anos; 5,3% com 14 anos; 26,8% com 15 anos; 25,0% com 16 anos; 24,7% com 17 anos; e 2,8% não informaram a idade.

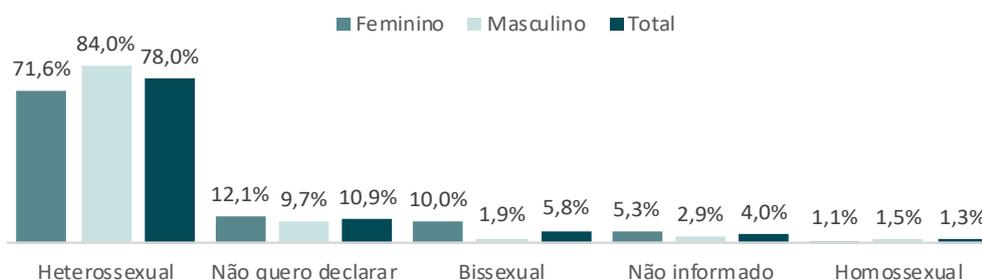
Tabela 31 – Distribuição de entrevistados por idade

Idade	Quant.	(%)
12 anos	16	4,0%
13 anos	36	9,1%
14 anos	9	2,3%
14 anos	21	5,3%
15 anos	106	26,8%
16 anos	99	25,0%
17 anos	98	24,7%
Não informado	11	2,8%
Respondentes	396	100,0%

Em relação ao sexo, 48% dos entrevistados é do sexo feminino e 52% do sexo masculino. Destes, percebeu-se uma diferença em relação ao sexo e a orientação sexual, na qual o sexo feminino tem um percentual maior de orientação bissexual (10%), enquanto no sexo masculino é de 1,9%, como mostra a Tabela 32:

Tabela 32 – Orientação sexual por sexo de nascimento

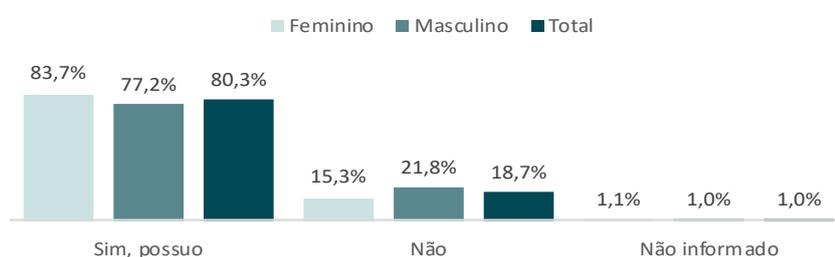
Orientação sexual	Feminino		Masculino		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Heterossexual	136	71,6%	173	84,0%	309	78,0%
Não quero declarar	23	12,1%	20	9,7%	43	10,9%
Bissexual	19	10,0%	4	1,9%	23	5,8%
Não informado	10	5,3%	6	2,9%	16	4,0%
Homossexual	2	1,1%	3	1,5%	5	1,3%
Respondentes	190	100,0%	206	100,0%	396	100,0%



Finalizando a parte de perfil, buscou-se ainda investigar sobre a religião dos entrevistados, e observou-se que o sexo masculino se declarou mais ateu do que o feminino. Enquanto 21,8% dos adolescentes do sexo masculino não tem nenhuma religião, no sexo feminino esse percentual é menor, de 15,3%, como mostra a Tabela 33.

Tabela 33 – Possui religião por sexo

Possui religião	Feminino		Masculino		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim, possuo	159	83,7%	159	77,2%	318	80,3%
Não	29	15,3%	45	21,8%	74	18,7%
Não informado	2	1,1%	2	1,0%	4	1,0%
Respondentes	190	100,0%	206	100,0%	396	100,0%



As religiões mais frequentadas pelos adolescentes são a evangélica (48,1%), e a católica (43,1%), como mostra a Tabela 34.

Tabela 34 – Religião dos adolescentes

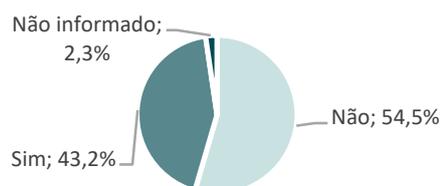
Religião	Quant.	(%)
Evangélica	153	48,1%
Católica	137	43,1%
Testemunha de Jeová	7	2,2%
Espírita	6	1,9%
Adventista	4	1,3%
Budista	3	0,9%
Agnóstica	2	0,6%
Luterana	2	0,6%
Wicca	1	0,3%
Umbandista	1	0,3%
Ocultista	1	0,3%
Islâmica	1	0,3%
Respondentes	318	100,0%

9.1.2. CONHECIMENTO SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Após o perfil iniciou-se o questionário investigando o conhecimento dos entrevistados sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em que 43,2% afirmaram já conhecer o estatuto, como mostra a Tabela 35.

Tabela 35 – Conhecimento dos adolescentes sobre o ECA

Conhece o ECA	Quant.	(%)
Não	216	54,5%
Sim	171	43,2%
Não informado	9	2,3%
Respondentes	396	100,0%



Dos 216 adolescentes que afirmam não conhecer o ECA, 62,5% disseram que nunca viram o estatuto.

Tabela 36 – Motivo do desconhecimento do ECA pelos adolescentes

Por que não conhece	Quant.	(%)
Li uma vez, mas esqueci	34	15,7%
Nunca vi um ECA	135	62,5%
Não informado	47	21,8%
Respondentes	216	100,0%

Já no caso dos responsáveis, como mostra a Tabela 37, apesar da minoria afirmar que nunca viu ou ouviu falar do ECA (21,2%), apenas 11,5% disse conhecer e ter lido. O que mostra nitidamente que aproximadamente 67% dos entrevistados tem um conhecimento superficial do estatuto.

Tabela 37 – Conhecimento dos responsáveis sobre o ECA

Conhece o ECA	Quant.	(%)
Já ouvi falar mas não tive contato com o ECA	182	55,2%
Li e conheço	38	11,5%
Li uma vez, mas esqueci	8	2,4%
Nunca vi e nem ouvi falar no ECA	70	21,2%
Uma vez vi um ECA, mas não li	32	9,7%
Respondentes	330	100,0%

Esse conhecimento superficial é justificado quando se observa que dos que já ouviram falar do estatuto, na maioria das vezes (45,0%) tiveram esse contato via TV como mostra a Tabela 38.

Tabela 38 – Como conheceu ou ouviu falar do ECA

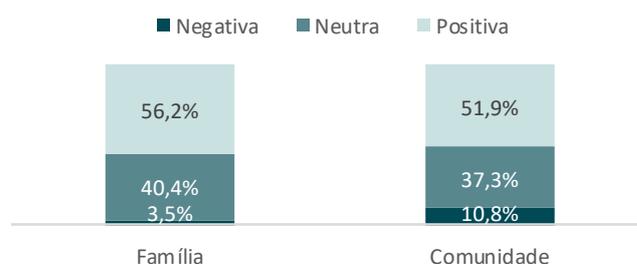
Onde ouviu falar	Quant.	(%)
TV	117	45,0%
Escolas	90	34,6%
Não lembro	32	12,3%
Trabalho	31	11,9%
Rádio	24	9,2%
Outros	35	13,5%
Respondentes*	260	-

*Um entrevistado poderia dar mais de uma resposta, por isso a soma ultrapassa 100%.

Além da avaliação de conhecimento do ECA, a pesquisa com pais e responsáveis procurou investigar a sua percepção de contribuição na família e na comunidade. Como mostra a Tabela 39, a percepção negativa sobre a comunidade é pontada por 10,8% dos entrevistados, cujas justificativas foram: desconstrução da autoridade dos pais sobre os filhos, com 10 citações (35,7%); excessivamente liberal e facilitador da conduta desregrada e infratora, com 5 citações (17,9%); não funciona, pois há uma distância entre a teoria e prática, 5 citações (17,9%); demasiadamente protecionista, com 5 citações (17,9%); desconhecimento dos direitos e responsabilidades, com 3 citações (10,7%). Dos poucos que afirmaram que não contribui para a família, 50% justificou que desconstrói a autoridade dos pais sobre os filhos (5 citações das 9 negativas).

Tabela 39 – Percepção dos responsáveis em relação ao ECA para a família e para a comunidade

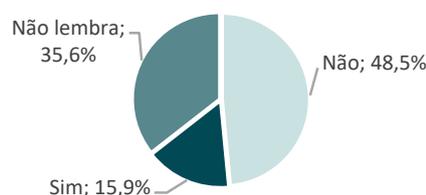
Resposta	Família		Comunidade	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Negativa	9	3,5%	28	10,8%
Neutra	105	40,4%	97	37,3%
Positiva	146	56,2%	135	51,9%
Respondentes	260	100,0%	260	100,0%



Voltando à pesquisa dos adolescentes, foi perguntado a eles se já haviam ouvido alguma palestra sobre o ECA. Apenas 15,9% afirmaram que sim e uma grande parte afirmou que não lembrava (35,6%). Desses que afirmaram já ter ouvido uma palestra sobre o tema, 77,8% disseram ter sido na escola. Outros poucos citaram o CRAS, CREAS e algumas outras instituições.

Tabela 40 – Adolescentes que ouviram palestras sobre o ECA

Palestra	Quant.	(%)
Não	192	48,5%
Sim	63	15,9%
Não lembra	141	35,6%
Total Geral	396	100,0%



Também se perguntou para os adolescentes se eles sabem o que é o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA). As respostas mostram que o Conselho Tutelar é mais conhecido, com 94,4% enquanto o COMDICA tem apenas 33,6% de afirmação.

Tabela 41 – Conhecimento sobre o Conselho Tutelar e o COMDICA

Resposta	Conselho Tutelar		COMDICA	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não	18	4,5%	252	63,6%
Sim	374	94,4%	133	33,6%
Não informado	4	1,0%	11	2,8%
Respondentes	396	100,0%	396	100,0%



9.2. CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

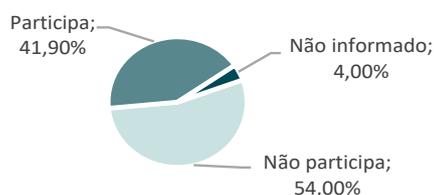
Nesta parte do questionário os adolescentes foram questionados sobre a participação em grupos sociais e sobre a convivência familiar, assim como os pais foram questionados sobre o incentivo aos filhos na participação de grupos sociais e sobre dificuldades na educação e formação da personalidade deles. Percebeu-se logo de início que mais de 70% dos responsáveis incentivam seus filhos a participarem de grupos sociais (Tabela 42). Já do outro lado, mais de 50% dos adolescentes não participam de nenhum grupo social (Tabela 43).

Tabela 42 – Incentiva os filhos a participarem de grupos sociais

Participação em grupos	Quant.	(%)
Acha desnecessária a participação	4	1,2%
Deixa ele livre para escolher se deve se envolver	91	27,6%
Incentiva ele na participação	235	71,2%
Respondentes	330	100,0%

Tabela 43 – Adolescentes que participam de grupos sociais

Resposta	Quant.	(%)
Não participa	214	54,0%
Participa	166	41,9%
Não informado	16	4,0%
Respondentes	396	100,0%



Observando apenas os adolescentes que participam de grupos, os mais frequentados são os religiosos (61,4%), os esportivos (40,4%) e os culturais (19,3%). Alguns outros grupos foram citados, porém com pouca frequência, como exemplo grupos políticos com apenas 1,2% das citações.

Tabela 44 – Grupos que os adolescentes participam

Grupo social	Quant.	(%)
Religioso	102	61,4%
Esportivo	67	40,4%
Cultural (teatro, música, dança, etc.)	32	19,3%
Político	2	1,2%
Outros	9	5,4%
Não informado	16	9,6%
Respondentes*	166	-

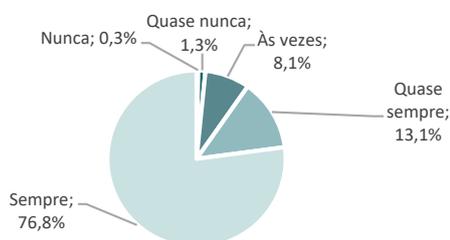
*Um respondente poderia citar mais de um grupo.

Ainda no âmbito da convivência familiar, foi questionado a sua percepção sobre determinadas situações. Pelas respostas é possível constatar que apenas 27,3% “sempre” costuma contar as coisas boas e ruins aos seus pais ou responsáveis, enquanto a maioria, mais de 70% afirmaram não contar. Mais de 70% afirmam “sempre” sentir-se acolhido em casa e consideram seus pais e responsáveis como exemplos para serem seguidos. Em relação a brigas, a maioria das respostas é “às vezes”, “quase nunca” ou “nunca” (86,1%). E 64,9% afirmam que seus pais “sempre” sabem onde estão quando não estão em casa.

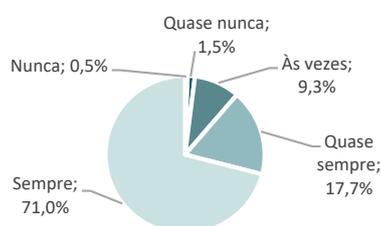
Tabela 45 – Percepção de frequência dada pelos adolescentes de algumas situações sobre a convivência familiar

Resposta	Você se sente bem cuidado e acolhido na sua casa?		Você considera que seus pais/responsáveis são bons exemplos		Você costuma contar as coisas boas e ruins que te acontecem para seus pais/responsáveis		Você e seus pais/responsáveis brigam por qualquer coisa		Seus pais/responsáveis sabem onde você está, quando não está em casa	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Nunca	1	0,3%	2	0,5%	39	9,8%	91	23,0%	5	1,3%
Quase nunca	5	1,3%	6	1,5%	47	11,9%	126	31,8%	6	1,5%
Às vezes	32	8,1%	37	9,3%	124	31,3%	124	31,3%	46	11,6%
Quase sempre	52	13,1%	70	17,7%	77	19,4%	34	8,6%	81	20,5%
Sempre	304	76,8%	281	71,0%	108	27,3%	18	4,5%	257	64,9%
Não informado	2	0,5%	0	0,0%	1	0,3%	3	0,8%	1	0,3%
Total	396	100,0%	396	100,0%	396	100,0%	396	100,0%	396	100,0%

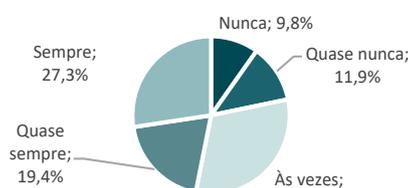
Você se sente bem cuidado e acolhido na sua casa?



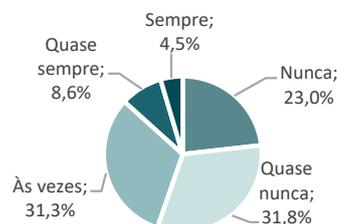
Você considera que seus pais/responsáveis são bons exemplos



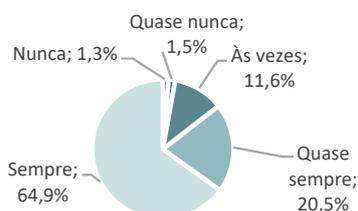
Você costuma contar as coisas boas e ruins que te acontecem para seus pais/responsáveis



Você e seus pais/responsáveis brigam por qualquer coisa



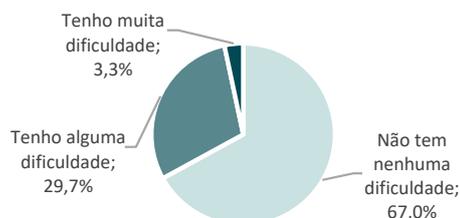
Seus pais/responsáveis sabem onde você está, quando não está em casa



Para os responsáveis, as perguntas tiveram o foco na criação dos seus filhos, no sentido da construção da personalidade e na educação deles, identificando a existência de dificuldades e os maiores problemas. Sobre dificuldades, 33% afirmou ter tido dificuldade, e destes mais de 50% afirmaram que foi entre 12 e 17 anos (54,1%). Outros 33,9% apontaram a idade de 6 a 11 anos e outros 11,9% de 0 a 5 anos.

Tabela 46 – Percepção do responsável em ter tido problemas na criação dos filhos

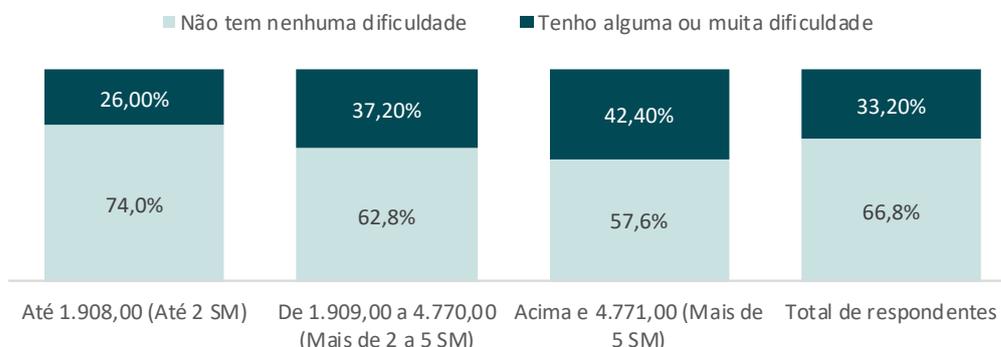
Dificuldade	Quant.	(%)
Não tem nenhuma dificuldade	221	67,0%
Tenho alguma dificuldade	98	29,7%
Tenho muita dificuldade	11	3,3%
Respondentes	330	100,0%



É importante observar que nesta amostra identificou-se uma tendência das famílias com renda maior relatarem ter mais dificuldade com a formação de personalidade e educação dos filhos, do que nas famílias com menor renda, como mostra a Tabela 47 a seguir. Nas famílias com mais de 5 salários mínimos teve-se 42,4% relatando que sentiram alguma ou muita dificuldade em criar os filhos, já nas famílias com renda até 2 salários mínimos, essa mesma percepção foi de apenas 26% dos entrevistados.

Tabela 47 – Renda familiar versus dificuldade na criação dos filhos

Faixa Salarial	Não tem nenhuma dificuldade		Tenho alguma ou muita dificuldade		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Até 1.908,00 (Até 2 SM)	97	74,0%	34	26,0%	131	100,0%
De 1.909,00 a 4.770,00 (Mais de 2 a 5 SM)	103	62,8%	61	37,2%	164	100,0%
Acima e 4.771,00 (Mais de 5 SM)	19	57,6%	14	42,4%	33	100,0%
Total de respondentes	219	66,8%	109	33,2%	328	100,0%



A maioria dos responsáveis citou que não encontrou problemas na criação dos filhos (48,2%). Dos que encontraram problemas, a falta de tempo foi o mais indicado (24,2%), seguido da influência das amizades (22,7%).

Tabela 48 – Principais problemas encontrados na criação dos filhos

Problemas	Quant.	(%)
Nenhum	159	48,2%
Falta de tempo	80	24,2%
Influência das amizades	75	22,7%
Falta de dinheiro	39	11,8%
Drogas	36	10,9%
Falta de apoio de um dos pais ou responsáveis	35	10,6%
Falta de diálogo com os filhos	28	8,5%
Sexualidade	12	3,6%
Falta de apoio de um dos pais ou responsáveis	5	1,5%
Redes sociais	2	0,6%
Influência dos familiares	2	0,6%
Deficiência	1	0,3%
Não informado	1	0,3%
Respondentes*	330	-

*Um entrevistado poderia dar mais de uma resposta, por isso a soma ultrapassa 100%.

E por último, questionou-se,, tanto para os adolescentes como para os responsáveis, sobre quais assuntos eles conversam abertamente na família. Percebe-se nitidamente que os responsáveis têm a percepção de falar de alguns assuntos e os adolescentes tem a percepção de falarem de outros. Como por exemplo no tema drogas, 32,1% dos adolescentes afirmam conversar sobre isso abertamente na família, enquanto os responsáveis afirmam que 72,4% falam com seus filhos sobre. Tais respostas mostram claramente que os responsáveis não abordam o tema na intensidade da qual os adolescentes esperam.

Tabela 49 – Assuntos mais conversados em família abertamente

Responsáveis

Assuntos	Quant.	(%)
Respeito	240	72,7%
Drogas	239	72,4%
Preconceito	228	69,1%
Violências	225	68,2%
Vida escolar	218	66,1%
Projeto de Vida	211	63,9%
Sexualidade	171	51,8%
Cidadania	152	46,1%
Política	142	43,0%
Não é conversado sobre isso	24	7,3%
Outros assuntos	21	6,4%
Respondentes*	330	-

*Um entrevistado poderia dar mais de uma resposta, por isso a soma ultrapassa 100%.

Tabela 49 – Assuntos mais conversados em família abertamente (continuação)

Adolescentes

Assunto	Quant.	(%)
Respeito	243	61,4%
Vida escolar	228	57,6%
Política	182	46,0%
Projeto de Vida	177	44,7%
Violências	162	40,9%
Preconceito	156	39,4%
Sexualidade	147	37,1%
Outros assuntos	145	36,6%
Drogas	127	32,1%
Cidadania	93	23,5%
Não é conversado sobre isso	28	7,1%
Respondentes*	396	-

*Um entrevistado poderia dar mais de uma resposta, por isso a soma ultrapassa 100%.

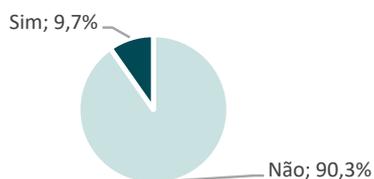
9.3. TRABALHO E PROFISSIONALIZAÇÃO

No tema trabalho e profissionalização questionou-se aos responsáveis, sobre sua situação de trabalho, a participação dos filhos na renda familiar, e como estes responsáveis colocam o trabalho para os adolescentes.

Sobre a situação de trabalho, identificou-se que dos 330 responsáveis entrevistados, 30,6% dos domicílios tinham alguém desempregado. 9,7% dos responsáveis afirmaram que haviam filhos contribuindo com a renda familiar, como mostra a Tabela 50.

Tabela 50 – Responsáveis que afirmam que tem filhos que trabalham

Resposta	Quant.	(%)
Não	298	90,3%
Sim	32	9,7%
Respondentes	330	100,0%



Dos 32 responsáveis que confirmaram a participação de filhos na renda familiar, foi identificado o número de 41 crianças e adolescentes, sendo 22% menores de 10 anos, e outros 12,2% entre 10 e 13 anos. Ou seja, 34,1% dos filhos que contribuem com a renda familiar (14 crianças) não tem idade para exercer nenhuma atividade, como mostra a Tabela 51.

Tabela 51 – Faixa etária dos filhos que trabalham

Faixa etária	Quant.	(%)
Menor de 10 anos	9	22,0%
De 10 a 13 anos	5	12,2%
De 14 a 15 anos	8	19,5%
De 16 a 17 anos	14	34,1%
18 anos ou mais	5	12,2%
Total de filhos	41	100,0%

Para os adolescentes, perguntou-se diretamente se algum deles trabalhava, e o indicador foi de 31,6% (125 adolescentes) afirmando que exercem alguma atividade. O principal motivo alegado é para ter o próprio dinheiro (70,4%). seguido do para ajudar a família, com mais 29,6%.

Tabela 52 – Adolescentes que trabalham

Trabalha	Quant.	(%)
Não	271	68,4%
Sim	125	31,6%
Total Geral	396	100,0%



Tabela 53 – Motivo de trabalhar

Motivo	Quant.	(%)
Ter meu dinheiro	88	70,4%
Ajudar a família	37	29,6%
Ter uma ocupação	17	13,6%
Não informado	4	3,2%
Não ficar sozinha em casa	1	0,8%
Total de Respondentes*	125	-

*Um adolescente poderia citar mais de um motivo.

As três tabelas a seguir mostram o panorama dos adolescentes que afirmam trabalhar: 45,6% são aprendizes, o que é muito bom; 36,8% trabalha na área de serviço, 32,8% na área de comércio; e ainda, 54,4% trabalham para terceiros.

Tabela 54 – Forma de trabalho

Forma de trabalho	Quant.	(%)
Aprendiz	57	45,6%
Sem carteira de trabalho assinada	31	24,8%
Com carteira de trabalho assinada	16	12,8%
Estagiário	6	4,8%
Autônomo	2	1,6%
Atleta	1	0,8%
Não informado	12	9,6%
Total Geral	125	100,0%

Tabela 55 – Ramo da atividade

Tipo da atividade	Quant.	(%)
Serviços	46	36,8%
Comércio	41	32,8%
Indústria	25	20,0%
Portuário	5	4,0%
Transporte	2	1,6%
Serviços ambulantes	1	0,8%
Não informado	5	4,0%
Total Geral	125	100,0%

Tabela 56 – Para quem trabalha

Por que trabalha	Quant.	(%)
Para terceiros/outro, etc.	68	54,4%
Para a minha família	39	31,2%
Para outros familiares	12	9,6%
Não informado	6	4,8%
Total Geral	125	100,0%

Para investigar formas de trabalho ilícitas, perguntou-se diretamente aos adolescentes se eles haviam se envolvido com prostituição ou tráfico. 1,8% afirmaram que sim, 0,5% já se prostituíram, e 1,3% já realizaram tráfico de drogas.

Tabela 57 – Outras formas de trabalho

Resposta	Quant.	(%)
Nenhuma dessas alternativas	370	93,4%
Prostituição	2	0,5%
Tráfico de drogas	5	1,3%
Não informado	19	4,8%
Total Geral	271	100,0%

Entrando mais na questão de incentivo ao trabalho, foi perguntado aos responsáveis se eles incentivam seus filhos adolescentes a trabalhar antes de completarem 16 anos, e 43,3% afirmaram que sim, como mostra a Tabela 58.

Tabela 58 – Responsáveis que incentivam os adolescentes a trabalhar

Resposta	Quant.	(%)
Não	187	56,7%
Sim	143	43,3%
Respondentes	330	100,0%



O principal motivo alegado pelos responsáveis que incentivam os filhos a trabalharem antes dos 16 anos é, em 89,5% dos casos, “inserir-los no mercado de trabalho”. Outros motivos são alegados, mas nenhum deles tão expressivamente como este (Tabela 59).

Tabela 59 – Motivo de incentivar os filhos a trabalharem antes dos 16 anos

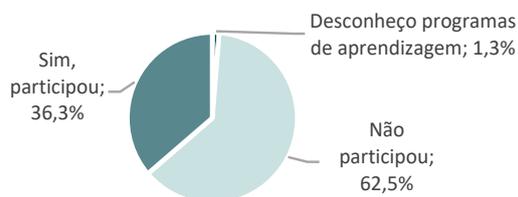
Resposta	Quant.	(%)
Inserir o jovem no mercado de trabalho	128	89,5%
Para aprender a ter responsabilidade	42	29,4%
Somente no programa Jovem Aprendiz	18	12,6%
Aprender a dar valor às coisas	15	10,5%
Para afastar das possíveis más influências	15	10,5%
Para seu próprio amadurecimento e aprendizado profissional	11	7,7%
Outros	57	39,9%
Respondentes*	143	-

*Um responsável poderia citar mais de um motivo.

Para os responsáveis com filhos adolescentes, foi perguntado se os filhos com 14 anos ou mais já participaram de programas de aprendizagem. A pesquisa mostrou que uma minoria, apenas 1,3%, desconhece este tipo de programa, e uma grande parcela, 36,3% afirmaram que sim, que já tiveram seus filhos em programas de aprendizagem.

Tabela 60 – Sobre os programas de aprendizagem

Resposta	Quant.	(%)
Desconheço programas de aprendizagem	2	1,3%
Não participou	100	62,5%
Sim, participou	58	36,3%
Respondentes	160	100,0%



E para finalizar a parte de trabalho investigou-se com os adolescentes se eles realizam algum curso extracurricular, e 34,8% (138 adolescentes) afirmaram que sim, realizam cursos. Entre os cursos mais realizados estão os cursos profissionalizantes, frequentados por 49,3%. Em seguida vem o curso de idiomas 31,9% (Tabela 61). Dos que não participam, 29,8% afirmam não gostar de fazer cursos e mais 25,2% que não têm condições financeiras (Tabela 62).

Tabela 61 – Qual curso frequenta

Qual curso	Quant.	(%)
Curso profissionalizante	68	49,3%
Curso de idiomas	44	31,9%
Curso de informática	30	21,7%
Logística	1	0,7%
Não informado	18	13,0%
Total de Respondentes*	138	-

*Um adolescente poderia dar mais de uma resposta.

Tabela 62 – Motivo de não frequentar curso extracurricular

Motivo	Quant.	(%)
Não gosto	77	29,8%
Não tenho condições financeiras	65	25,2%
Não tem o curso que eu gostaria	49	19,0%
Não tenho conhecimento	23	8,9%
Tenho dificuldades com o transporte	28	10,9%
Não tem no meu bairro/comunidade	12	4,7%
Já realizei	9	3,5%
Trabalho	7	2,7%
Sem tempo	3	1,2%
Meus pais não deixam	2	0,8%
Desistiu	1	0,4%
Não informado	20	7,8%
Total de Respondentes*	258	-

*Um adolescente poderia dar mais de uma resposta.

Foi questionado para todos os entrevistados quais cursos profissionalizantes eles teriam interesse em fazer, sendo o mais citado o de administração, com 30,8%, seguido do curso de informática e TI (29,8%), e de gastronomia, com 23,5%

Tabela 63 – Cursos que o município deveria oferecer

Sugestão de curso	Quant.	(%)
Administração	122	30,8%
Curso de informática/TI	118	29,8%
Gastronomia	93	23,5%
Logística	68	17,2%
Turismo	59	14,9%
Portuária	49	12,4%
Industrial	43	10,9%
Não informado	27	6,8%
Agronegócio	24	6,1%
Medicina	10	2,5%
Engenharia	8	2,0%
Fotografia	6	1,5%
Outros*	35	8,8%
Total de respondentes**	396	-

*Outros citados: Design; Mecânica; Eletrônica; Inglês; Veterinária; Arquitetura; Artes cênicas; Astronomia; Biológicas; Ciências contábeis; Dança; Economia; Militar; Moda; Música; Produção Audiovisual; Psicologia; Química; Robótica;

**Um adolescente poderia citar mais de um curso.

9.4. SAÚDE

Sobre a saúde, foram investigados assuntos como deficiência, drogas, sexualidade e outros temas tanto, do ponto de vista dos adolescentes como dos responsáveis. Começando com os adolescentes, 9,6% dos adolescentes afirmaram ter alguma deficiência, sendo que 5,1% afirmaram ter deficiência visual e 2% deficiência física, como mostra a Tabela 64 a seguir.

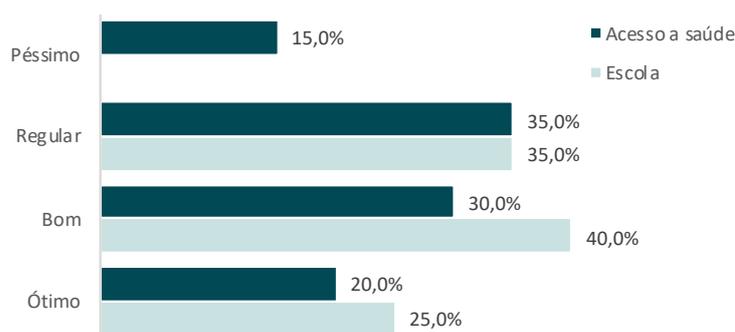
Tabela 64 – Adolescentes que possuem alguma deficiência

Possui deficiência	Quant.	(%)
Não possuo deficiência	347	87,6%
Visual	20	5,1%
Física	8	2,0%
Auditiva	5	1,3%
Transtornos mentais ou comportamentais (depressão, esquizofrenia, estresse, etc.)	3	0,8%
Intelectual	2	0,5%
Não informado	11	2,8%
Total Geral	396	100,0%

a pesquisa com os responsáveis identificou-se que 6,1% tinham filhos com deficiência (20), sendo as deficiências citadas: 8 físicas; 7 intelectuais; 9 visuais; e, 3 auditivas. Para estes, questionou-se sobre o acesso e o atendimento das políticas de educação e saúde para seus filhos com deficiência. No tema saúde percebe-se uma divisão de opiniões: 10 responsáveis avaliaram o atendimento como “bom” ou “ótimo”, e outros 10 como “regular” ou “péssimo”. A amostra é pequena para tirar conclusões, porém é necessário aprofundar o tema para o público específico e identificar se a satisfação atinge apenas 50% como aponta a tendência desta pesquisa.

Tabela 65 – Avaliação dos serviços para pessoas com deficiência

Avaliação	Escola		Acesso a saúde	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Ótimo	5	25,0%	4	20,0%
Bom	8	40,0%	6	30,0%
Regular	7	35,0%	7	35,0%
Péssimo			3	15,0%
Respondentes	20	100,0%	20	100,0%



Sobre doenças, a maioria dos adolescentes afirmaram não ter nenhuma doença (65,2%), porém 14,1% afirmaram ter transtornos mentais ou comportamentais (depressão, esquizofrenia, estresse, etc.)

Tabela 66 – Sobre doenças pré diagnosticadas nos adolescentes

Doenças/transtornos	Quant.	(%)
Nenhuma	258	65,2%
Transtornos mentais ou comportamentais (depressão, esquizofrenia, estresse, etc.)	56	14,1%
Não informado	42	10,6%
Asma/Bronquite	33	8,3%
Diabetes	6	1,5%
Anorexia	4	1,0%
Bulimia	4	1,0%
Autismo	2	0,5%
Outras	4	1,0%
Total respondentes*	396	-

*Um adolescente poderia citar mais de uma doença.

Na pesquisa também foram abordados aspectos emocionais dos entrevistados, pedindo para que eles elegessem dois sentimentos que expressassem como sentem-se na maior parte do tempo, sendo que 38,1% afirmaram sentirem-se felizes e outros 24,7% tranquilos.

Tabela 67 – Como os adolescentes se sentem na maior parte do tempo

Como se sente	Quant.	(%)	
Feliz	151	38,1%	
Tranquilo	98	24,7%	
Ansioso	68	17,2%	
Não sei	64	16,2%	
Triste	39	9,8%	
Com raiva	23	5,8%	
Indiferente	20	5,1%	
Angustiado	19	4,8%	
Com medo	8	2,0%	
Eufórico	7	1,8%	
Entediada	1	0,3%	
Apaixonado	1	0,3%	
Cansado	1	0,3%	
Total Geral	396	-	

*Um adolescente poderia citar mais de um estado emocional.

Algumas situações próprias do universo adolescentes também foram investigadas, como automutilação, fuga de casa, tentativa de suicídio, participação em jogos do desafio e aborto. A Tabela 68 mostra que 71,5% dos adolescentes afirmaram nunca ter vivenciado nenhuma das ações citadas. Porém 14,1% já se automutilou; 11,9% tentou suicídio; 9,8% já fugiu de casa; 2,8% já participou de jogos de desafio; e ainda, 0,8% já fez aborto.

Tabela 68 – Situações vivenciadas pelos adolescentes

Fez algumas dessas ações	Quant.	(%)	
Nenhuma dessas ações	283	71,5%	
Automutilação	56	14,1%	
Tentativa de suicídio	47	11,9%	
Fuga de casa	39	9,8%	
Participação em jogos de desafio (baleia azul, momo, etc.)	11	2,8%	
Aborto	3	0,8%	
Não informado	16	4,0%	
Total de Respondentes*	396	-	

*Um adolescente poderia citar mais de uma situação.

Ainda no âmbito da saúde, mas adentrando no tema da sexualidade, foi questionado aos adolescentes se costumam conversar sobre sexo e com quem. A maioria, 41,7%, conversa com os amigos, 20,2% com a mãe, e apenas 0,6% com o pai. Destaca-se ainda que 25,3% não conversa sobre o assunto.

Tabela 69 – Pessoa com que os adolescentes conversam sobre sexo

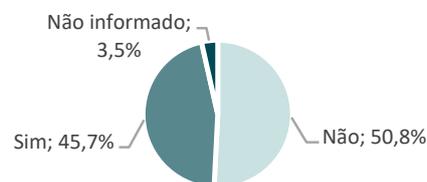
Conversa sobre sexo	Quant.	(%)
Amigos	165	41,7%
Não conversa	100	25,3%
Mãe	80	20,2%
Namorado(a)	65	16,4%
Pai	26	6,6%
Outros	10	2,5%
Total Geral	396	-

*Um adolescente poderia citar mais de uma pessoa.

Ainda no tema de sexualidade, dos adolescentes entrevistados 2,8% tinham filhos (8 adolescentes) e 7,8% afirmou não saber se prevenir de doenças sexualmente transmissíveis, sendo ainda que 45,7% dos entrevistados já tiveram relação sexual (181 adolescentes).

Tabela 70 – Adolescentes que já tiveram relação sexual

Resposta	Quant.	(%)
Não	201	50,8%
Sim	181	45,7%
Não informado	14	3,5%
Total Geral	396	100,0%



Destes 181 adolescentes, apenas 65,2% afirmaram ter usado camisinha na última relação sexual, os outros 34,8% afirmaram não ter usado, não lembrar ou preferiram não responder.

Tabela 71 – Utilizou camisinha na última relação sexual

Utilizou camisinha	Quant.	(%)
Sim	118	65,2%
Não	27	14,9%
Não lembro	8	4,4%
Não informado	28	15,5%
Total Geral	181	100,0%

Na pesquisa dos responsáveis, 97,3% deles afirmaram saber a orientação sexual dos filhos, ou seja, 2,7% afirmaram não saber. Porém o que mais chamou a atenção foi que 47,3% afirmaram que teria alguma ou muita dificuldade em aceitar filhos que não fossem heterossexuais, e ainda 5,8% afirmaram que não aceitaria, como mostra a Tabela 72.

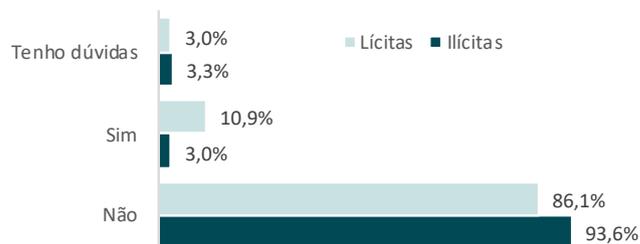
Tabela 72 – Aceitaria um filho com outra orientação sexual

Resposta	Quant.	(%)
Aceitaria sem dificuldades	155	47,0%
Não aceitaria	19	5,8%
Teria alguma dificuldade em aceitar	108	32,7%
Teria muita dificuldade em aceitar	48	14,5%
Respondentes	330	100,0%

Os responsáveis também foram questionados se tinham conhecido do uso de drogas pelos seus filhos 10,9% afirmaram que os filhos usam drogas lícitas e 3% afirmam que seus filhos usam drogas ilícitas.

Tabela 73 – Percepção dos responsáveis sobre a utilização de drogas pelos filhos

Resposta	Lícitas		Ilícitas	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não	284	86,1%	309	93,6%
Sim	36	10,9%	10	3,0%
Tenho dúvidas	10	3,0%	11	3,3%
Respondentes	330	100,0%	330	100,0%



Desses 10 responsáveis que afirmaram ter filhos envolvidos com drogas ilícitas, todos afirmaram que o envolvimento é ou foi como usuário. Em relação a esse envolvimento, o Quadro 13 mostra como os responsáveis se comportaram na situação.

Quadro 13 – Comportamento dos responsáveis em relação a tratamentos no uso de drogas ilícitas pelos filhos



Daqueles que procuraram atendimento (4), apenas um afirmou que o tratamento foi resolutivo. Segundo os pais e responsáveis, o principal motivo do envolvimento com drogas ilícitas, na sua opinião, foi por conflito familiar (2); por curiosidade ou vontade de experimentar (2) dois a curiosidade; e, a maioria, considera a influência de amigos (6).

Já para os adolescentes, 60,4% disseram já terem provado álcool e 22,7% já provaram cigarro. Destes que já provaram o álcool, 45,6% usam às vezes e 8,8% frequentemente. Já no caso do cigarro dos que já provaram, 30% usam às vezes e 5,6% usam frequentemente. O que mostra claramente que os responsáveis não têm a percepção de uso de drogas pelos filhos.

Tabela 74 – Drogas já experimentadas pelos adolescentes

Droga	Sim		Não		Não informado		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Álcool	239	60,4%	143	36,1%	14	3,5%	396	100%
Cigarro	90	22,7%	305	77,0%	1	0,3%	396	100%
Maconha	68	17,2%	290	73,2%	38	9,6%	396	100%
Cocaína	17	4,3%	338	85,4%	41	10,4%	396	100%
Ecstasy; LSD; Bala	62	15,7%	267	67,4%	67	16,9%	396	100%
Outra	14	3,5%	381	96,2%	1	0,3%	396	100%

Tabela 75 – Frequência de uso das drogas dos adolescentes que já experimentaram

Resposta	Álcool		Cigarro		Maconha		Cocaína		Ecstasy; LSD; Bala	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não informado	20	8,4%	11	12,2%	8	11,8%	9	52,9%	7	11,3%
Só experimentei	89	37,2%	47	52,2%	33	48,5%	5	29,4%	27	43,5%
Uso às vezes	109	45,6%	27	30,0%	21	30,9%	1	5,9%	26	41,9%
Uso frequentemente	21	8,8%	5	5,6%	6	8,8%	2	11,8%	2	3,2%
Total Geral	239	100,0%	90	100,0%	68	100,0%	17	100,0%	62	100,0%

O uso frequente do álcool também é menor entre os responsáveis, apenas 5,5% afirmaram usar frequentemente. Já entre os adolescentes esse percentual é de 8,8%. Em relação ao cigarro o padrão de comportamento é oposto, 52,3% dos pais ou responsáveis utiliza frequentemente, enquanto entre os adolescentes esse percentual é de 5,6%.

Tabela 76 – Drogas já experimentadas pelos responsáveis

Resposta	Bebida Alcoólica		Cigarro		Outras drogas ilícitas		Medicamentos controlados antidepressivos	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Sim	182	55,2%	86	26,1%	16	4,8%	45	13,6%
Não	147	44,5%	243	73,6%	311	94,2%	283	85,8%
Não conheço	1	0,3%	1	0,3%	3	0,9%	2	0,6%
Respondentes	330	100,0%	330	100,0%	330	100,0%	330	100,0%

Tabela 77 – Frequência de uso das drogas pelos responsáveis que já experimentaram

Resposta	Bebida Alcoólica		Cigarro		Outras drogas ilícitas		Medicamentos controlados antidepressivos		Ecstasy; LSD; Bala	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Já usei, mas não uso mais	9	4,9%	17	19,8%	5	31,3%	9	20,0%	7	11,3%
Só experimentei	41	22,5%	15	17,4%	9	56,3%	2	4,4%	27	43,5%
Uso às vezes	122	67,0%	9	10,5%	1	6,3%	10	22,2%	26	41,9%
Uso frequentemente	10	5,5%	45	52,3%	1	6,3%	24	53,3%	2	3,2%
Respondentes	182	100,0%	86	100,0%	16	100,0%	45	100,0%	62	100,0%

Também foi perguntado sobre o atendimento da saúde em geral no município. Iniciou-se perguntando quantos responsáveis têm plano de saúde, e apenas 25,2% responderam ter plano. Mesmo tendo plano de saúde, 74,7% afirmam usar o SUS e dos que não tem plano, 99,2% usam o SUS.

Tabela 78 – Utilização do SUS versus possuir plano de saúde

Utiliza SUS	Possui plano de saúde				Total	
	Não		Sim			
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Não	2	0,8%	21	25,3%	23	7,0%
Sim	245	99,2%	62	74,7%	307	93,0%
Respondentes	182	100,0%	86	100,0%	62	100,0%

Quando se filtra apenas os que utilizam o SUS, e pergunta-se sobre a percepção de atendimento deste, percebe-se que dos que não tem plano, 58,88% afirmam que o SUS tem um atendimento “bom” ou “ótimo”. Já para os que têm plano essa mesma categoria de avaliação soma 50%.

Tabela 79 – Avaliação do SUS pelos responsáveis que o utilizam versus possuir plano de saúde

Avaliação	Possui plano de saúde				Total	
	Não		Sim			
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Ótimo	19	7,8%	6	9,7%	25	8,1%
Bom	125	51,0%	25	40,3%	150	48,9%
Regular	74	30,2%	27	43,5%	101	32,9%
Ruim	15	6,1%	2	3,2%	17	5,5%
Péssimo	12	4,9%	2	3,2%	14	4,6%
Respondentes	245	100,0%	62	100,0%	307	100,0%

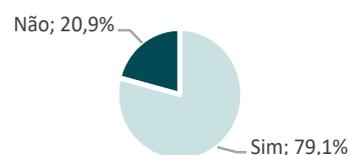
Ainda no âmbito da saúde, questionou-se sobre a alimentação. 50,6% dos responsáveis avaliam que suas famílias têm uma alimentação saudável, e 33,6% avaliam como mais ou menos saudável. Sobre o controle, apresentado na Tabela 80, 79,1% afirmam que sim, controlam a alimentação dos filhos em relação ao consumo de doces, refrigerantes e outros alimentos considerados não saudáveis.

Tabela 80 – Avaliação da alimentação pelos responsáveis

Resposta	Quant.	(%)
É muito saudável	17	5,2%
É saudável	167	50,6%
É mais ou menos saudável	111	33,6%
É pouco saudável	31	9,4%
Nada saudável	4	1,2%
Respondentes	330	100,0%

Tabela 81 – Controle da alimentação dos filhos

Controla a alimentação	Quant.	(%)
Sim	261	79,1%
Não	69	20,9%
Respondentes	330	100,0%



9.5. RESPEITO, LIBERDADE E DIGNIDADE

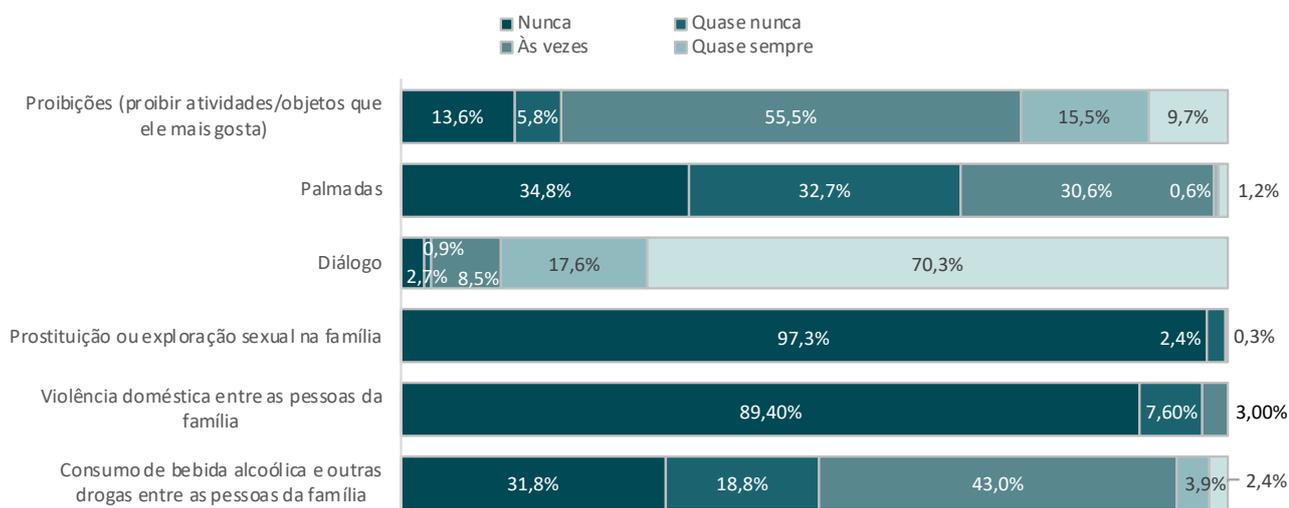
Em relação ao respeito, liberdade e dignidade, as abordagens entre adolescentes e responsáveis foi distinta, para os adolescentes buscou-se saber se eles já foram vítimas de violências ou preconceitos. Já para os responsáveis buscou-se saber sobre situações familiares que podem influenciar diretamente na garantia do direito.

Começando pelos responsáveis, foram elencadas algumas situações, e eles deveriam responder com que frequência observavam aquela situação em seu domicílio. As situações avaliadas foram: Consumo de bebida alcoólica e outras drogas entre as pessoas da família; Violência doméstica entre as pessoas da família; Prostituição ou exploração sexual na família; Diálogo; Palmadas; e, Proibições (proibir atividades/objetos que ele mais gosta).

As situações menos presenciadas, com mais de 80% como “nunca acontecem”, são a violência doméstica entre as pessoas da família e a prostituição ou exploração sexual na família. Já o diálogo é considerado com uma frequência que “sempre acontece” em 70,3% dos lares dos adolescentes. Questões como consumo de drogas, palmadas e proibições tem uma grande variação entre as frequências observadas, como mostra a Tabela 82 a seguir.

Tabela 82 – Frequência que ocorrem determinadas situações na residência do entrevistado

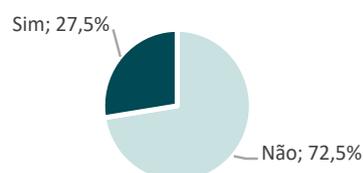
Resposta	Consumo de bebida alcoólica e outras drogas entre as pessoas da família		Violência doméstica entre as pessoas da família		Prostituição ou exploração sexual na família		Diálogo		Palmadas		Proibições (proibir atividades/objetos que ele mais gosta)	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Nunca	105	31,8%	295	89,4%	321	97,3%	9	2,7%	115	34,8%	45	13,6%
Quase nunca	62	18,8%	25	7,6%	8	2,4%	3	0,9%	108	32,7%	19	5,8%
Às vezes	142	43,0%	10	3,0%	0	0,0%	28	8,5%	101	30,6%	183	55,5%
Quase sempre	13	3,9%	0	0,0%	1	0,3%	58	17,6%	2	0,6%	51	15,5%
Sempre	8	2,4%	0	0,0%	0	0,0%	232	70,3%	4	1,2%	32	9,7%
Respondentes	330	100,0%	330	100,0%	330	100,0%	330	100,0%	330	100,0%	330	100,0%



Os adolescentes foram também questionados sobre o preconceito, e 27,5% deles afirmaram já terem sido vítimas de preconceito.

Tabela 83 – Adolescentes que sofreram preconceito

Preconceito	Quant.	(%)
Não	287	72,5%
Sim	109	27,5%
Respondentes	396	100,0%



Destes que afirmaram ter sofrido preconceito, 72,5% diz que o motivo foi pela aparência física, e 31,2% por sua raça ou cor da pele.

Tabela 84 – Tipo de preconceito sofrido pelos adolescentes

Preconceito	Quant.	(%)
Pela aparência Física	79	72,5%
Raça/Etnia	34	31,2%
Por causa da religião	15	13,8%
Por situação econômica (pobre/rico)	12	11,0%
Por orientação sexual	7	6,4%
Por ser pessoa com deficiência	2	1,8%
Pelo nome	1	0,9%
Respondentes*	109	-

*Um adolescente poderia citar mais de um procedimento.

Foram investigados cinco tipos de violência: Bullying; Psicológica; Física; Sexual; e, Negligência. A mais presente foi o Bullying atingindo 53,3% dos adolescentes. Em segundo veio a violência psicológica com mais com 38,4%, seguida da violência física, com 20,7%.

Tabela 85 – Adolescentes que sofreram violências

Resposta	Sim		Não		Não sabe responder		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Bullying	211	53,3%	161	40,7%	24	6,1%	396	100%
Psicológica	152	38,4%	203	51,3%	41	10,4%	396	100%
Física	82	20,7%	291	73,5%	23	5,8%	396	100%
Sexual	25	6,3%	350	88,4%	21	5,3%	396	100%
Negligência	20	5,1%	348	87,9%	28	7,1%	396	100%
Uso frequentemente	10	5,5%	45	52,3%	24	53,3%	2	3,2%

Entre os locais mais citados de ocorrência do bullying, da violência psicológica e da violência física, a escola está em primeiro lugar nos três tipos de violências. Já a sexual e a negligência têm os relatos de maior ocorrência na família.

Tabela 86 – Local no qual ocorreram as violências citadas pelos adolescentes

Resposta	Bullying		Psicológica		Física		Sexual		Negligência	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Na escola	187	88,6%	97	63,8%	36	43,9%	3	12,0%	2	10,0%
Na rua	26	12,3%	40	26,3%	22	26,8%	7	28,0%	2	10,0%
Na família	19	9,0%	40	26,3%	24	29,3%	8	32,0%	9	45,0%
Não lembro	11	5,2%	16	10,5%	7	8,5%	4	16,0%	5	25,0%
Não informado	5	2,4%	4	2,6%	5	6,1%	3	12,0%	2	10,0%
Respondentes	211	-	152	-	82	-	25	-	20	-

66,7% dos adolescentes procurariam os seus pais no caso de violência. Em segundo lugar vem os amigos, 29,8%, e alguns, 12,9% afirmaram que não procurariam ninguém.

Tabela 87 – Pessoa que os adolescentes procurariam em caso de violência

Quem procura	Quant.	(%)
Meus pais	264	66,7%
Algum amigo	118	29,8%
Polícia	89	22,5%
Não procuraria ninguém	51	12,9%
Algum professor da escola	45	11,4%
Conselho Tutelar	44	11,1%
Parentes	4	1,0%
Namorado	3	0,8%
Outro	4	1,0%
Psicólogo	2	0,5%
Respondentes	396	-

9.6. EDUCAÇÃO

Na educação, os responsáveis foram questionados sobre a rede de ensino que os filhos estudavam, para posteriormente avaliar a educação pública. Nesta amostra, 87% dos responsáveis tinham filhos estudando na rede pública. Dos 18 responsáveis que afirmaram ter filhos sem estudar, 16 deles tinham entre 0 e 3 anos de idade, e estão esperando vaga na educação infantil. Dos outros dois, um com 16 anos está aguardando vaga, pois mudou de cidade, e outro, sem idade informada, o responsável não deu motivo para ele estar fora da escola.

Tabela 88 – Em qual rede de ensino estudam os filhos

Estuda	Quant.	(%)
Sim, Rede pública	287	87,0%
Sim, Rede particular	25	7,6%
Não estuda	18	5,5%
Respondentes	330	100,0%



Mais de 80% dos entrevistados avaliaram a rede pública de ensino de Itajaí como “ótima” (18,5%) ou “boa” (64,8%) como mostra a tabela a seguir.

Tabela 89 – Avaliação das escolas públicas na percepção dos pais

Resposta	Quant.	(%)
Ótima	53	18,5%
Boa	186	64,8%
Regular	42	14,6%
Ruim	3	1,0%
Péssima	3	1,0%
Respondentes	287	100,0%

Para os que avaliaram como regular, ruim ou péssima, foi solicitada uma justificativa. A principal foi a de “Falta investimentos no ensino e na infraestrutura das escolas” com 14,6% das citações. Em segundo lugar, dois itens tiveram mais 12,5% de citações a “Falta de capacitação e qualificação dos professores/ensino” e “Melhorar incentivo e valorização aos professores”. Outros motivos foram alegados e são apresentados na Tabela 90.

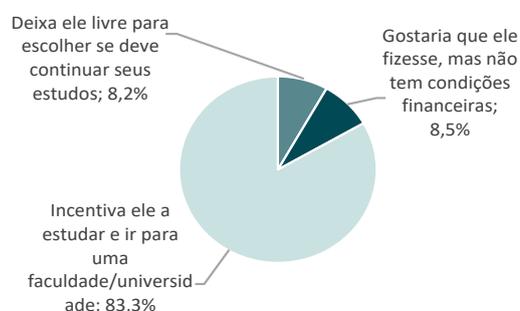
Tabela 90 – Motivo da avaliações sobre as escolas públicas na percepção dos pais

Resposta	Regular		Ruim		Péssima		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Falta investimentos no ensino e na infraestrutura das escolas	7	16,7%		0,0%		0,0%	7	14,6%
Falta de capacitação e qualificação dos professores/ensino	6	14,3%		0,0%		0,0%	6	12,5%
Melhorar incentivo e valorização aos professores	6	14,3%		0,0%		0,0%	6	12,5%
Sempre pode melhorar	4	9,5%		0,0%		0,0%	4	8,3%
Melhorar a comunicação da escola e o diálogo entre pais e escola	3	7,1%		0,0%		0,0%	3	6,3%
Falta de interesse dos professores e alunos	2	4,8%		0,0%		0,0%	2	4,2%
Falta de projetos com atividades contra turno	1	2,4%	1	33,3%		0,0%	2	4,2%
Falta mais autoridade dos professores e diretores/Mais disciplina	5	11,9%	1	33,3%	1	33,3%	7	14,6%
Mais atenção com as crianças com deficiência, falta da professora auxiliar	2	4,8%		0,0%		0,0%	2	4,2%
Falta constante de professores	1	2,4%		0,0%		0,0%	1	2,1%
Falta de empenho dos professores	1	2,4%		0,0%		0,0%	1	2,1%
Falta dos diretores	1	2,4%		0,0%		0,0%	1	2,1%
Falta mais cobrança por parte dos professores para que as escolas tenham um material didático melhor	1	2,4%		0,0%		0,0%	1	2,1%
Em todos os âmbitos estão deixando a desejar, tanto por parte do estado como dos pais	0,0%		0,0%	1	33,3%	1	2,1%	
Melhorar a relação entre professores e aluno		0,0%		0,0%	1	33,3%	1	2,1%
O acesso e a aprovação na escola deveria ser por competência e não por idade	0,0%	1	33,3%		0,0%	1	2,1%	
Não informado	2	4,8%		0,0%		0,0%	2	4,2%
Respondentes	42	100,0%	3	100,0%	3	100,0%	48	100,0%

Os responsáveis foram questionados ainda sobre o incentivo dado aos filhos para continuarem os estudos, e 83,3% afirmam que sim, incentivam. Apenas 8,2% deixa-os livres para decidirem, e outros 8,5% gostariam que fizessem curso superior, mas não tem condições para proporcionar isso a eles.

Tabela 91 – Sobre o incentivo dado pelos responsáveis para cursar o ensino superior

Resposta	Quant.	(%)
Deixa ele livre para escolher se deve continuar seus estudos	27	8,2%
Gostaria que ele fizesse, mas não tem condições financeiras	28	8,5%
Incentiva ele a estudar e ir para uma faculdade/universidade	275	83,3%
Respondentes	330	100,0%



Quando questionados para citarem outras atividades que os filhos deveriam ter nas escolas, o esporte foi a principal, com mais de 60,6% dos responsáveis citando, e em segundo a cultura, com mais 43,6%. Em terceiro lugar veio o bullying como tema ser tratado nas escolas (39,1%) e a cidadania (28,8%).

Tabela 92 – Outras atividades que deveriam ser ofertadas nas escolas

Escola deveria ensinar	Quant.	(%)
Esporte	200	60,6%
Cultura	144	43,6%
Bullying	129	39,1%
Cidadania	95	28,8%
Meio ambiente	86	26,1%
Drogas	84	25,5%
Direito	36	10,9%
Religião	36	10,9%
Sexualidade	17	5,2%
Política	17	5,2%
Gênero	5	1,5%
Auxílio nos estudos	1	0,3%
Respondentes	330	-

Os responsáveis também foram questionados sobre o hábito de leitura, e apenas 14,8% leem diariamente e 34,2% afirmaram que não leem.

Tabela 93 – Frequência que os responsáveis leem

Frequência	Quant.	(%)
Diariamente	49	14,8%
Algumas vezes na semana	77	23,3%
Algumas vezes no mês	91	27,6%
Não leio	113	34,2%
Respondentes	330	100,0%

Também se questionou aos responsáveis em que o poder público poderia contribuir na formação de seus filhos, e a principal resposta foi em programas de aprendizagem profissional, com 73,3% das respostas. Em segundo vem a escola em tempo integral, com 51,5%, e em terceiro o curso de línguas, 49,7%.

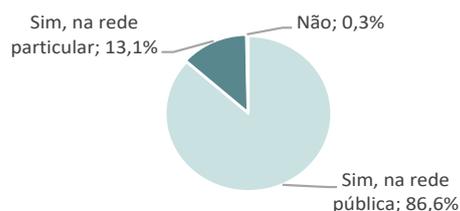
Tabela 94 – Em que o poder público pode contribuir na formação das crianças e adolescentes

Resposta	Quant.	(%)
Programas de aprendizagem profissional	242	73,3%
Escolas em tempo integral	170	51,5%
Cursos de línguas	164	49,7%
Infraestrutura nos bairros de esporte e lazer	123	37,3%
Artes cênicas	94	28,5%
Educação inclusiva	58	17,6%
Cursos de músicas e artes	9	2,7%
Melhor o acesso aos serviços	4	1,2%
Mais opções de curso	4	1,2%
Melhor educação	1	0,3%
Trabalhos manuais	1	0,3%
Respondentes	330	-

Depois de abordar todas as questões sobre educação na perspectiva dos responsáveis, começa-se a analisar a pesquisa dos adolescentes, na qual apenas um entrevistado não estuda, e este afirmou que nunca estudou.

Tabela 95 – Rede de ensino em que os adolescentes estudam

Resposta	Quant.	(%)
Sim, na rede pública	343	86,6%
Sim, na rede particular	52	13,1%
Não	1	0,3%
Respondentes	396	100,0%



O período em que a maioria dos adolescentes estudam é a tarde (42,3%) ou de manhã (39,7%). Apenas 2% estudam em período integral.

Tabela 96 – Período em que os adolescentes estudam

Período	Quant.	(%)
Tarde	167	42,3%
Manhã	157	39,7%
Noite	39	9,9%
Integral	8	2,0%
Não informado	24	6,1%
Total Geral	395	100,0%

Quando não estão na escola, a maioria fica em casa, 70,5%, outros 15,7% ficam no trabalho e ainda 7,6% na casa de amigos.

Tabela 97 – Local que fica quando não está na escola

Onde fica	Quant.	(%)
Em casa	279	70,5%
No trabalho	62	15,7%
Casa de amigos	30	7,6%
Rua	24	6,1%
Casa de parentes	21	5,3%
Na praia	17	4,3%
Praça	10	2,5%
Academia	7	1,8%
Curso	7	1,8%
Quadra	6	1,5%
Entidades	4	1,0%
Igreja	2	0,5%
Biblioteca	1	0,3%
Fazendo curso	1	0,3%
Não informado	5	1,3%
Respondentes	395	-

Do total de adolescentes entrevistados, 61,4% ficam no celular ou na internet quando não estão na escola e outros 40,4% ficam na TV.

Tabela 98 – Atividade que faz no local em que fica quando não está na escola

O que faz no local	Quant.	(%)	
Na internet ou no celular	243	61,4%	
Assisto TV	160	40,4%	
Conversando com os amigos	124	31,3%	
Estudando	116	29,3%	
Atividades domésticas	106	26,8%	
Trabalhando	72	18,2%	
Atividades esportivas	57	14,4%	
Fazendo curso	37	9,4%	
Atividades culturais	20	5,1%	
Jogos	5	1,3%	
Lendo livro	3	0,8%	
Festa	2	0,5%	
Outro	1	0,3%	
Dorme	1	0,3%	
Andando de skate	1	0,3%	
Desenhando	1	0,3%	
Tocando instrumentos	1	0,3%	
Não faço nada	20	5,1%	
Não informado	7	1,8%	
Total Geral	395	-	

56,7% dos adolescentes ficam com o pai/mãe quando não estão na escola. Outros 21,3% ficam com o irmão e 18,3% ficam sozinhos

Tabela 99 – Pessoa que fica com o adolescente quando ele não está na escola

Pessoa	Quant.	(%)	
Pai/Mãe	170	56,7%	
Irmão (a)	64	21,3%	
Sozinho	55	18,3%	
Avó/Avô	38	12,7%	
Amigos	9	3,0%	
Tio (a)	8	2,7%	
Vizinhos/conhecidos	5	1,7%	
Não informado	11	3,7%	
Respondentes	300	-	

Do total de entrevistados 53% tem o ensino médio incompleto, como mostra a Tabela 100.

Tabela 100 – Escolaridade dos adolescentes entrevistados

Escolaridade	Quant.	(%)
Ensino Fundamental I Incompleto (1º ao 5º ano)	1	0,3%
Ensino Fundamental I Completo (1º ao 5º ano)	8	2,0%
Ensino Fundamental II Incompleto (6º ao 9º ano)	97	24,5%
Ensino Fundamental II Completo (6º ao 9º ano)	58	14,6%
Ensino Médio Incompleto	210	53,0%
Ensino Médio Completo	10	2,5%
Ensino Superior incompleto	5	1,3%
Nunca estudou	1	0,3%
Não informado	6	1,5%
Respondentes	396	100,0%

Foi perguntado aos adolescentes como eles classificariam a sua leitura e escrita, e 94,2% afirmaram não saber ler ou escrever, alguns apontaram dificuldade em escrever (0,8%), e 2,8% em ler. Quatro adolescentes declararam que não sabem ler ou escrever.

Tabela 101 – Sobre a leitura e escrita dos adolescentes entrevistados

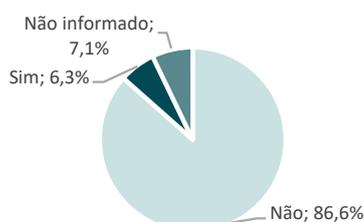
Leitura e escrita	Quant.	(%)
Sei ler e escrever (sabe ler e escrever pelo menos um bilhete)	373	94,2%
Tenho dificuldade em ler	11	2,8%
Não sei ler nem escrever	4	1,0%
Tenho dificuldade em escrever	3	0,8%
Não informado	5	1,3%
Respondentes	396	100,0%

9.7. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Dos entrevistados, 6,3% afirmaram já ter cumprido ou estar cumprindo medida socioeducativa em Itajaí, um total de 25 adolescentes.

Tabela 102 – Cumprindo ou já cumpriu alguma medida socioeducativa

Resposta	Quant.	(%)
Não	343	86,6%
Sim	25	6,3%
Não informado	28	7,1%
Respondentes	396	100,0%



A principal medida socioeducativa cumprida pelos entrevistados foi a PSC – Prestação de Serviço à Comunidade, em 28%, seguida da advertência, com 24%. Segundo a opinião dos adolescentes, 40% afirmaram que cumprir tal medida contribuiu muito, e 32% disseram ter contribuído pouco. Apenas 12% afirmou que não contribuiu e outros 16% não informaram.

Tabela 103 – Tipo de medida socioeducativa cumprida

Resposta	Quant.	(%)
PSC – Prestação de Serviços à Comunidade	7	28,0%
Advertência	6	24,0%
Liberdade Assistida	3	12,0%
Reparo ao dano	3	12,0%
Semiliberdade	4	16,0%
Não informado	4	16,0%
Respondentes	25	-

Tabela 104 – Contribuição da medida socioeducativa

Resposta	Quant.	(%)
Contribuiu muito	10	40,0%
Contribuiu pouco	8	32,0%
Não contribuiu	3	12,0%
Não informado	4	16,0%
Respondentes	25	100,0%

9.8. ESPORTE, CULTURA E LAZER

Sobre o esporte, a cultura e o lazer foi investigada a participação dos adolescentes nessas atividades, sugestões de atividades e esporte de cultura que poderiam ser oferecidas e, dos responsáveis buscou-se entender se eles incentivam os filhos a participarem de atividades.

Começando pelo esporte, 57,3% dos adolescentes de Itajaí praticam alguma atividade esportiva, sendo que dos que não participam (143 adolescentes) 58,0% afirmaram não gostar de praticar esportes, como mostra a Tabela 105 e a Tabela 106 a seguir:

Tabela 105 – Pratica esportes

Realiza	Quant.	(%)
Não participa	143	36,1%
Sim	227	57,3%
Não informado	26	6,6%
Respondentes	396	100,0%

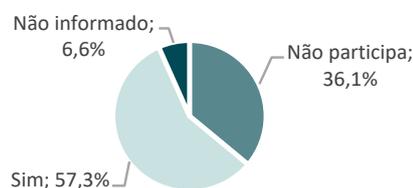


Tabela 106 – Porque não pratica esportes

Motivo de não realizar	Quant.	(%)
Não gosto	83	58,0%
Não tem no meu bairro/comunidade	14	9,8%
Não tenho conhecimento	14	9,8%
Não tenho condições financeiras	12	8,4%
Tenho dificuldade com o transporte	7	4,9%
Não tem o curso que eu gostaria	4	2,8%
Problema de saúde	4	2,8%
Sem tempo	3	2,1%
Meus pais não deixam	1	0,7%
Não informado	14	9,8%
Respondentes	143	-

Quadro 14 – Atividades esportivas que os adolescentes participam



Futebol (de campo, salão ou rua)
(125 adolescentes = 55%)



Vôlei
(94 adolescentes = 41%)



Bicicleta
(85 adolescentes = 37%)



Tênis (campo, mesa)
(69 adolescentes = 30%)



Lutas (Judô, boxe, karatê, taekwondo):
(44 adolescentes = 19%)



Basquete
(32 adolescentes = 14%)



Dança
(29 adolescentes = 13%)



Skate
(22 adolescentes = 10%)

Em relação à cultura, 24% dos adolescentes participam de alguma atividade cultural, sendo que dos que não participam (274 adolescentes) 51,8% afirmaram não gostar de atividades culturais, como mostra a Tabela 107 e a Tabela 108 a seguir:

Tabela 107 – participa de atividades culturais

Realiza	Quant.	(%)
Não participa	274	69,2%
Sim	95	24,0%
Não informado	27	6,8%
Respondentes	396	100,0%

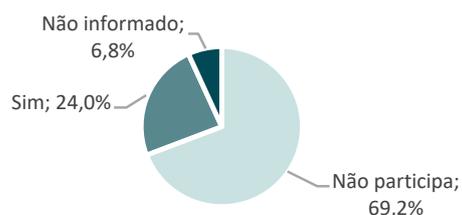


Tabela 108 – Porque não participa atividades culturais

Motivo de não realizar	Quant.	(%)
Não gosto	142	51,8%
Não tenho conhecimento	45	16,4%
Não tenho condições financeiras	36	13,1%
Não tem no meu bairro/comunidade	24	8,8%
Não tem o curso que eu gostaria	20	7,3%
Tenho dificuldades com o transporte	17	6,2%
Não tenho tempo	8	2,9%
Meus pais não deixam	3	1,1%
Tenho dificuldade de transporte	2	0,7%
Estou procurando	1	0,4%
Falta de tempo	1	0,4%
Não informado	9	3,3%
Respondentes*	274	-

Quadro 15 – Atividades culturais que os adolescentes participam



Aulas de instrumentos musicais
(violão, piano, violino, etc.)
(32 adolescentes = 34%)



Aulas de música/canto
(32 adolescentes = 34%)



Línguas estrangeiras
(29 adolescentes = 31%)



Leitura
(21 adolescentes = 22%)



Teatro
(19 adolescentes = 20%)



Artes/pintura e desenho
(18 adolescentes = 19%)



Cinema
(18 adolescentes = 19%)

Tanto para atividades culturais quanto esportivas, foi questionado ainda, se os entrevistados gostariam que o município ofertasse alguma outra atividade, cuja maioria respondeu que sim. As atividades esportivas mais sugeridas foram: futebol (37,4%), tênis (32,4%) e as lutas (31,7%). Já nas atividades culturais, as mais sugeridas são as aulas de instrumentos musicais (49,4%), aulas de música/canto (38,3%) e aulas de línguas estrangeiras (34,9%).

Tabela 109 – Gostaria que o município ofertasse atividades

Esportivas

Resposta	Quant.	(%)
Sim	278	70,2%
Não	80	20,2%
Não informado	38	9,6%
Respondentes	396	100,0%

Culturais

Resposta	Quant.	(%)
Sim	235	59,3%
Não	132	33,3%
Não informado	29	7,3%
Respondentes	396	100,0%

Atividade esportiva sugerida

Atividades sugeridas	Quant.	(%)
Futebol (campo, salão ou rua)	104	37,4%
Tênis (campo, mesa)	90	32,4%
Lutas (Judô, boxe, karatê, taekwondo)	88	31,7%
Vôlei	84	30,2%
Natação	83	29,9%
Dança	76	27,3%
Surf	50	18,0%
Ciclismo	46	16,5%
Ginástica Olímpica	37	13,3%
Basquete	36	12,9%
Skate	35	12,6%
Atletismo	29	10,4%
Náutica	26	9,4%
Todas	2	0,7%
Handebol	1	0,4%
Outro	1	0,4%
Patinação artística	1	0,4%
Remo	1	0,4%
Respondentes*	278	-

Atividade cultural sugerida

Atividades sugeridas	Quant.	(%)
Aulas de instrumentos musicais (violão, piano, violino, etc.)	116	49,4%
Aulas de música/canto	90	38,3%
Línguas estrangeiras	82	34,9%
Cinema	68	28,9%
Teatro	67	28,5%
Artes/pintura e desenho	62	26,4%
Leitura	36	15,3%
Circo	26	11,1%
Museu	23	9,8%
Outro	3	1,3%
Dança	2	0,9%
Respondentes*	235	-

Sobre o lazer, a Tabela 110 apresenta que cinco são as atividades realizadas por mais de 40% dos adolescentes: Encontrar com amigos; Jogar na internet ou vídeo game; Assistir TV; ir ao shopping; e, ir à praia.

Tabela 110 – Atividades de lazer que pratica

Atividade de lazer	Quant.	(%)
Encontro com amigos	195	49,2%
Jogos na internet ou vídeo game	184	46,5%
Assisto TV	178	44,9%
Vou ao shopping	177	44,7%
Vou à praia	173	43,7%
Cinema	148	37,4%
Visito familiares	127	32,1%
Vou a parques e praças	120	30,3%
Jogos esportivos	100	25,3%
Vou a bares e lanchonetes	95	24,0%
Balada	66	16,7%
Biblioteca	36	9,1%
Não informado	22	5,6%
Teatro	19	4,8%
Namorada	3	0,8%
Desenho	2	0,5%
Leio em casa	2	0,5%
Mexe no celular	2	0,5%
Anda de Bicicleta	1	0,3%
Dança	1	0,3%
Dorme	1	0,3%
Fico no meu quarto	1	0,3%
Natação	1	0,3%
Surf	1	0,3%
Total Geral	396	-



Encontro com os Amigos
(195 adolescentes = 49,2%)



Jogos na internet ou vídeo game
(184 adolescentes = 46,5%)



Assisto TV
(178 adolescentes = 44,9%)



Vou ao shopping
(177 adolescentes = 44,7%)



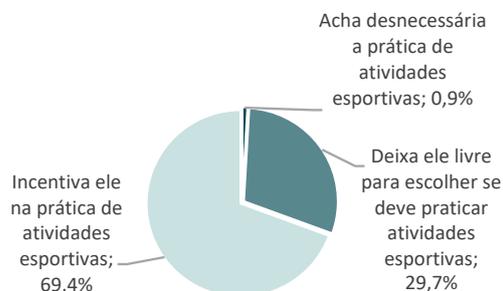
Vou à praia
(173 adolescentes = 43,7%)

A Tabela 111 mostra que a grande maioria dos responsáveis (69,4%) incentivam os filhos na prática de atividades esportivas e 59,4% incentivam a prática de atividades culturais.

Tabela 111 – Sobre o incentivo a prática de atividades esportivas e culturais

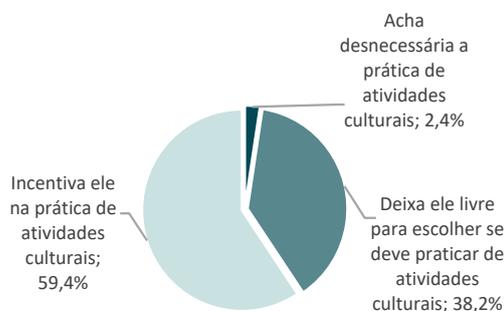
Atividades esportivas

Incentiva	Quant.	(%)
Acha desnecessária a prática de atividades esportivas	3	0,9%
Deixa ele livre para escolher se deve praticar atividades esportivas	98	29,7%
Incentiva ele na prática de atividades esportivas	229	69,4%
Respondentes	396	100,0%



Atividades culturais

Incentiva	Quant.	(%)
Acha desnecessária a prática de atividades culturais	8	2,4%
Deixa ele livre para escolher se deve praticar de atividades culturais	126	38,2%
Incentiva ele na prática de atividades culturais	196	59,4%
Respondentes	330	100,0%

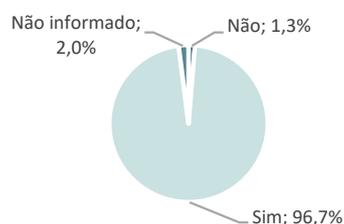


9.8.1 MÍDIAS

Sobre o acesso à internet, apenas 1,3% afirmaram não ter acesso e 2% não informaram. O restante, 96,7% afirmaram ter acesso.

Tabela 112 – Tem acesso à internet

Resposta	Quant.	(%)
Não	5	1,3%
Sim	383	96,7%
Não informado	8	2,0%
Respondentes	396	100,0%



O meio pelo qual mais acessam a internet é o celular 91,6%. Em segundo lugar, e muito menos é ocupado pelo o computador de casa (35,5%).

Tabela 113 – Forma de acesso à internet

Onde acessa	Quant.	(%)
Celular	351	91,6%
Computador de casa	136	35,5%
Lan house	4	1,0%
Computador de amigos	10	2,6%
Computador na escola	2	0,5%
Não informado	6	1,6%
Respondentes	383	-

Os portais e canais de rede e mídia mais acessados pelos adolescentes entrevistados são o WhatsApp e o Youtube, ambos com 89% de citações, seguido do Facebook, com 75,5%.

Tabela 114 – Portais que acessa na internet

O que acessa	Quant.	(%)
WhatsApp	341	89,0%
Youtube	341	89,0%
Facebook	289	75,5%
Instagram	261	68,1%
E-mail	142	37,1%
Snapchat	129	33,7%
Twitter	112	29,2%
Relacionamento Amoroso (Tinder, Badoo, Happn, Par Perfeito, etc.)	18	4,7%
Não informado	14	3,7%
Netflix	9	2,3%
Outros	3	0,8%
Respondentes	383	-
Computador de amigos	10	2,6%
Computador na escola	2	0,5%
Não informado	6	1,6%
Respondentes	383	-

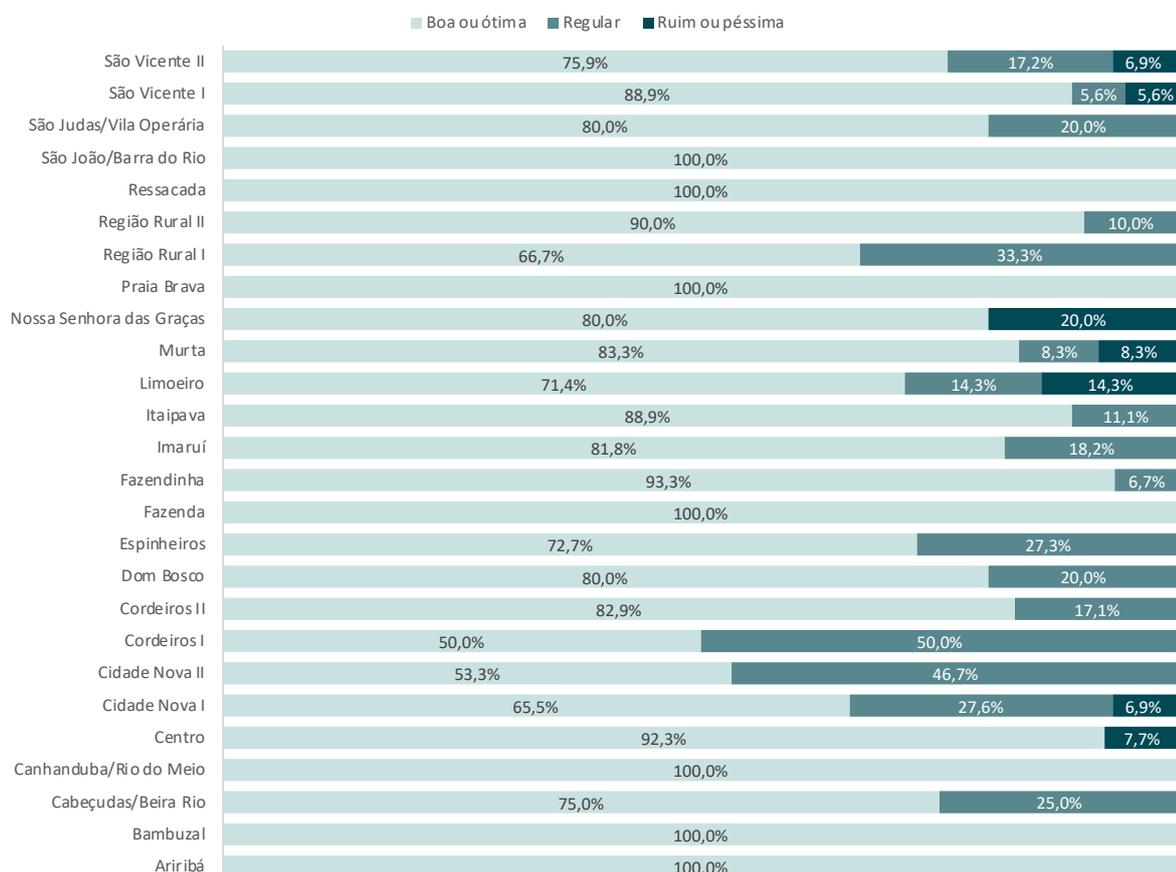
Para finalizar, os responsáveis foram questionados sobre a qualidade de vida no bairro no qual moram, e 61,8% deles afirmam que é boa, ou ainda mais 18,2% que é ótima.

Tabela 115 – Avaliação dos responsáveis sobre a qualidade de vida no bairro de residência

Resposta	Quant.	(%)
Ótima	60	18,2%
Boa	204	61,8%
Regular	57	17,3%
Ruim	6	1,8%
Péssima	3	0,9%
Respondentes	330	100,0%

Tabela 116 – Avaliação dos entrevistados sobre a qualidade de vida no bairro de residência por região

Região	Boa ou ótima		Regular		Ruim ou péssima		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Ariribá	3	100,0%		0,0%		0,0%	3	100,0%
Bambuzal	10	100,0%		0,0%		0,0%	10	100,0%
Cabeçadas/Beira Rio	3	75,0%	1	25,0%		0,0%	4	100,0%
Canhanduba/Rio do Meio	5	100,0%		0,0%		0,0%	5	100,0%
Centro	12	92,3%		0,0%	1	7,7%	13	100,0%
Cidade Nova I	19	65,5%	8	27,6%	2	6,9%	29	100,0%
Cidade Nova II	8	53,3%	7	46,7%		0,0%	15	100,0%
Cordeiros I	13	50,0%	13	50,0%		0,0%	26	100,0%
Cordeiros II	29	82,9%	6	17,1%		0,0%	35	100,0%
Dom Bosco	8	80,0%	2	20,0%		0,0%	10	100,0%
Espinheiros	8	72,7%	3	27,3%		0,0%	11	100,0%
Fazenda	8	100,0%		0,0%		0,0%	8	100,0%
Fazendinha	14	93,3%	1	6,7%		0,0%	15	100,0%
Imaruí	9	81,8%	2	18,2%		0,0%	11	100,0%
Itaipava	8	88,9%	1	11,1%		0,0%	9	100,0%
Limoeiro	5	71,4%	1	14,3%	1	14,3%	7	100,0%
Murta	10	83,3%	1	8,3%	1	8,3%	12	100,0%
Nossa Senhora das Graças	4	80,0%		0,0%	1	20,0%	5	100,0%
Praia Brava	5	100,0%		0,0%		0,0%	5	100,0%
Região Rural I	4	66,7%	2	33,3%		0,0%	6	100,0%
Região Rural II	9	90,0%	1	10,0%		0,0%	10	100,0%
Ressacada	5	100,0%		0,0%		0,0%	5	100,0%
São João/Barra do Rio	19	100,0%		0,0%		0,0%	19	100,0%
São Judas/Vila Operária	8	80,0%	2	20,0%		0,0%	10	100,0%
São Vicente I	16	88,9%	1	5,6%	1	5,6%	18	100,0%
São Vicente II	22	75,9%	5	17,2%	2	6,9%	29	100,0%



PARTE IV

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração desta pesquisa social no município de Itajaí, de forma científica e cartográfica, permitiu uma ressignificação da temática da criança e do adolescente para a gestão municipal e para os colaboradores do Sistema de Garantia de Direitos, uma vez que identificou com precisão os territórios com maior incidência de vulnerabilidades e evidenciou aspectos particulares e singulares dos contextos locais que se apresentam de maneiras diferentes em cada local.

Apesar de cada volume deste compêndio tratar de um eixo de Direito em específico, os direitos fundamentais previstos pela Constituição Federal e reforçados pelo ECA, possuem caráter de universalidade, indivisibilidade, interdependência e complementariedade (Mendes, 2008). Sendo assim, o mapeamento das áreas que apresentam números e indicadores sociais mais críticos propiciou identificar as localidades com crianças e adolescentes expostas às situações de fragilidades, riscos, violações de direito e vulnerabilidades por tema, e que certamente requerem diferentes estratégias e ações para o seu enfrentamento.

As pesquisas qualitativas e de percepção com a participação da rede de atendimento, dos pais ou responsáveis e dos próprios adolescentes também enriqueceu este trabalho e possibilitou atingir o cerne e a profundidade que alguns temas exigem e que não são retratados em números ou nos bancos de dados. Em seu decorrer ficou evidente a importância da participação em conjunto dos atores que estão diretamente envolvidos com a política de atendimento do Sistema de Garantia de Direito das Crianças e Adolescentes, dos agentes públicos que atuam diretamente na ponta dos serviços, e da sociedade por meio do apoio de instituições não governamentais ativistas e da própria família.

A escolha do público e a divisão das frentes de investigação para a pesquisa de percepção por diferentes públicos tiveram por objetivo formar um corpo social a partir de todas as pontas, desde o poder público municipal até a sociedade e a família, e priorizar a inclusão das próprias crianças e adolescentes, para que a partir de seus interesses, dificuldades e necessidades participem de forma ativa e consultivamente nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação de políticas públicas a eles direcionadas, em consonância com a Resolução 191/2017 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA).

Assim, este Diagnóstico cumpriu com seu propósito, o de expor um retrato situacional do município por território, para que sejam direcionadas assertivamente ações e políticas públicas capazes de promover a transformação social necessária para que a tão sonhada doutrina da proteção integral – que norteia os escritos normativos e legislativos – possa ser efetivamente

incorporada à realidade social das crianças e adolescentes.

De imediato, percebeu-se a importância em não só aproximar o poder público, os Conselhos de direito e a sociedade civil a conhecer a realidade das crianças e adolescentes do município, mas de mobilizar a todos os envolvidos a unir forças e trabalhar em conjunto – no discutir, pensar e formular estratégias, ações e políticas públicas de modo mais embasado e focado nas reais necessidades das famílias de Itajaí – pois a concretização da transformação social torna-se possível através da articulação e da prática de meios e ações resultantes do pensar coletivo, sem prejuízo da responsabilidade constitucional que foi dirigida a todos: família, sociedade e Estado.

Semelhante a uma orquestra que precisa ser regida para estar melodicamente afinada e harmônica, percebe-se que o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente de Itajaí está em processo de apuração, não somente para manter um serviço em consonância com as demandas, mas para que toda a estrutura da rede de atendimento atue efetivamente no reconhecimento de suas potencialidades e no seu fortalecimento, e sobretudo nas fragilidades e necessidades das famílias residentes no Município.

Assim, a finalização deste projeto com a entrega do compêndio de seis volumes que compreendem o Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Adolescência do Município de Itajaí, marca o início de uma nova etapa de trabalho, pois espera-se que a partir dele sejam desdobradas ações, pesquisas e estudos de modo a aprofundar o conteúdo que a realidade contextualizada nestes cadernos exige e requer.

11. GLOSSÁRIO DE TERMINOLOGIAS

Este glossário define as terminologias frequentemente utilizadas neste volume do Diagnóstico Social, compreendendo definição de termos estatísticos, bem como de atores, equipamentos e de programas relacionados ao eixo de direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

Cadastro Único ou CADÚnico – O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

Censo demográfico do IBGE – É a principal fonte de dados sobre a situação de vida da população nos municípios e localidades. São coletadas informações para a definição de políticas públicas em nível nacional, estadual e municipal. Os resultados do Censo também ajudam a iniciativa privada a tomar decisões sobre investimentos. Além disso, a partir deles, é possível acompanhar o crescimento, a distribuição geográfica e a evolução de outras características da população ao longo do tempo.

Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) – É um equipamento público, normalmente localizado em regiões com maior vulnerabilidade social, em que são prestados os serviços de proteção básica da Assistência Social, como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). Neste espaço os cidadãos também são orientados sobre os benefícios assistenciais e podem ser inscritos no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal.

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) – É uma unidade pública da política da proteção especial da Assistência Social, onde são orientadas, encaminhadas e atendidas famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Nestas unidades são ofertados o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); o serviço de cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, e outros serviços como a Abordagem Social e Serviço para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas famílias, orientação jurídica, medidas de apoio à família, apoio no acesso à documentação pessoal e estímulo da mobilização comunitária.

Conselho Tutelar (CT) – É um órgão permanente e autônomo, eleito pela sociedade para zelar pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Os conselheiros acompanham os menores em situação de risco e decidem em conjunto sobre qual medida de proteção para cada caso. O exercício efetivo da função de conselheiro constitui serviço público relevante e quem o pratica deve ser pessoa idônea, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Domicílio – De acordo com o IBGE é um local estruturalmente separado e independente, que se destina a servir de habitação a uma ou mais pessoas, ou que esteja sendo utilizado como tal. Os critérios essenciais desta definição são os de separação e independência. Entende-se por separação o local de habitação limitado por paredes, muros ou cercas, coberto por um teto, permitindo a uma ou mais pessoas que nele habitam isolar-se das demais, com a finalidade de dormir, preparar e/ou consumir seus alimentos e proteger-se do meio ambiente, arcando, total ou parcialmente, com suas despesas de alimentação ou moradia. Por independência se entende quando o local de habitação tem acesso direto, permitindo a seus moradores entrar e sair sem necessidade de passar por locais de moradia de outras pessoas. Só caracteriza-se corretamente domicílio quando forem atendidos simultaneamente os critérios de separação e independência.

Microdados do IBGE – Consistem no menor nível de desagregação dos dados de uma pesquisa, retratando, sob a forma de códigos numéricos, o conteúdo dos questionários, preservado o sigilo das informações. Os microdados possibilitam aos usuários, com conhecimento de linguagens de programação ou softwares de cálculo, criar suas próprias tabelas. Os arquivos de microdados são acompanhados de uma documentação que fornece os nomes e os respectivos códigos das variáveis e suas categorias, a metodologia da pesquisa, e o instrumento de coleta.

Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI) – É um serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais. O serviço PAEFI integra o nível de proteção social especial do SUAS e é ofertado pelo CREAS.

Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) – Consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva da família, prevenir a ruptura de seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida. Prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo. O serviço PAIF integra o nível de proteção social básica do SUAS e é ofertado pelo CRAS.

Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) – É um serviço da Proteção Social Básica do SUAS que é ofertado de forma complementar ao trabalho social com famílias realizado por meio do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF) e do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI). É uma forma de intervenção social planejada, por meio de atendimentos em grupo, compreendendo atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, dentre outras.

Unidade de Acolhimento Institucional (UAI) – São as unidades que executam os serviços especializados que oferecem acolhimento e proteção a indivíduos e famílias afastados temporária ou permanentemente do seu núcleo familiar ou comunitário por situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Esses serviços funcionam como moradia provisória até que a pessoa possa retornar à família, alcance sua autonomia ou seja encaminhado para família substituta.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

____. Código Penal. Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acessado em 15 de agosto de 2018.

CONANDA. Resolução nº 119/2006. Disponível em: <<https://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/119-resolucao-119-de-11-de-dezembro-de-2006/view>>. Acessado em: 24 de abril de 2019.

____. Lei nº 12.594/2012 – SINASE: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acessado em: 24 de abril de 2019.

Santos, M.. Território e Sociedade entrevista com Milton Santos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo; 2000. pg. 22.

NAVES, Rubens; GAZONI, Carolina. Direito ao futuro: desafios para a efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.

ROSSATO, Luciano Alves; LÉPORE, Paulo Eduardo, SANCHES, Rogério Cunha. Estatuto da criança e do adolescente comentado artigo por artigo. – 6. Ed. rev. Atual e ampl. – São Paulo: Editora Revistas dos Tribunais, 2014.

____. Súmula 605 do Supremo Tribunal Federal: Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=1622>>. Acessado em: 24 de abril de 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO DO BRASIL. Disponível em: < <http://atlasbrasil.org.br/2013/> >. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

CURRY, Munir. GARRIDO DE PAULA, Paulo Afonso. MARÇURA, Jurandir Norberto. Estatuto da Criança e do Adolescente anotado. 3 ed. Ver, e atual. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

ECA. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acessado em: 12 de dezembro de 2017.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em:<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: 12 de dezembro de 2017.

IBGE. Microdados2010. Disponível em:<http://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm>. Acessado em: 12 de dezembro de 2017.

IBGE, Cidades. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acessado em 11 de janeiro de 2018.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. Direito da criança e do adolescente e tutela jurisdicional diferenciada. Editora Revista dos Tribunais, 2002.

Prefeitura Municipal de Itajaí. Disponível em: < <https://itajai.sc.gov.br/> >. Acesso em 11 de janeiro de 2018.

Resolução do CONANDA Disponível em:< http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/diversos/mini_cd/pdfs/Res_113_CONANDA.pdf>. Acessado em: 12 de dezembro de 2017.

TAVARES, José de Farias. Direito da Infância e da Juventude. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.



Site da PAINEL:
www.painelpesquisas.com.br
Rua Ibirapuera 705 – Floresta – Joinville/SC
(55) 47 3025 5467 Cel: (55) 47 9 9993 1043
atendimento@painelpesquisas.com.br

O Poder da Informação muda o Mundo.



www.diagnosticossociais.com.br/itajai

IDEALIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:

painel
Pesquisas e Consultoria
Uma empresa do grupo 3 Elemento.

FINANCIAMENTO:



APOIO INSTITUCIONAL:

